

RELATÓRIO FINAL – PIBIC

Gestão Financeira:

**Uma reflexão sobre a construção da autoridade
monetária brasileira.**

Aluna Marina Azevedo Mansur

Tutor: Prof. Kurt Von Mettenheim

Fundação Getúlio Vargas – EAESP - São Paulo

São Paulo, Agosto de 2009



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
1.1 O trabalho	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1. O Conceito de Autonomia e noções Macroeconômicas.....	6
4. METODOLOGIA.....	9
4.1. O Manuscrito	9
4.2. O trabalho	10
3. DESENVOLVIMENTO.....	11
3.1. A História do Banco Central no Mundo.....	11
3.2. A História do Banco Central no Brasil.....	12
3.2.1. Funções do Banco Central brasileiro.....	13
3.3. Formação da Autoridade Monetária	15
3.3.1 Autonomia, Independência e suas condições	16
3.3.2. O Banco Central do Brasil.....	17
3.4. Caminhos para a autonomia	18
3.4.1. Os tipos de Autonomia	18
3.5. A Relação com os dados.....	19
4. CONCLUSÃO.....	22
5. BIBLIOGRAFIA	23
6. ANEXOS	35
Relatório 1: A teoria da moeda endógena	35
Relatório 2: Ministros das Finanças	38
Relatório 3: Perfil dos Ministros	41
Relatório 4: Planilhas e tabelas.....	86
Relatório 5: Gráficos	117

1. INTRODUÇÃO

Desde as primeiras relações sociais, o ser humano se deparou com escolhas, alocação de recursos e maximização de utilidade. Termos que a princípio parecem estritamente econômicos, são na realidade detalhes imperceptíveis do nosso dia a dia. Ao escolher trocar a galinha por um saco de farinha nas feiras medievais, o camponês, sem saber, estava alocando seu recurso escasso (a pouca galinha que sobrara de sua criação) da melhor maneira possível para conseguir, em troca, a maior utilidade atingível (o maior grau de satisfação com a farinha que conseguiu). É o que fazemos, a todo o momento, com a renda que possuímos. Procuramos, por exemplo, as menores taxas possíveis ao tomar um empréstimo e os maiores retornos ao investir. Calculamos o quanto iremos poupar de nosso salário, o quanto iremos gastar, onde iremos comprar. Mesmo que você não seja um economista, irá se deparar com escolhas econômicas para o resto da sua vida.

Não é a toa que a palavra “economia” vem do grego *economicus*, que significa “gerenciamento das questões domésticas”. Assim como uma família, que divide as tarefas domésticas, os recursos e administra as diferentes vontades dos membros dentro do limite de renda que possui; a sociedade também se depara com estas escolhas, mas de uma maneira bem mais delicada.

Mankiw (2001), em seu livro “Introdução à economia” ressalta:

A administração dos recursos da sociedade é importante porque os recursos são escassos. Escassez significa que a sociedade tem recursos limitados e, portanto, não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter. Assim como uma família não pode dar a seus membros tudo o que estes desejam, a sociedade não pode dar a cada pessoa o padrão de vida mais alto ao qual ela aspira (MANKIW, 2001, p.03).

Durante muito tempo, os economistas levaram em conta a teoria clássica de Adam Smith de que “uma mão invisível” equilibraria naturalmente o mercado, se este estivesse livre de grandes intervenções governamentais. Mas a história mostrou que “a mão invisível” nem sempre dá conta do trabalho de equilibrar as forças do lado da oferta e do lado da demanda, gerando o que os economistas chamam de falha de mercado¹. A mão invisível é ainda menos capaz de garantir que os efeitos positivos do mercado sejam distribuídos de forma igual. Por estas e outras razões que a interferência de um órgão regulador na economia passou a ser tão importante. (METTENHEIM, 2007)

A política monetária praticada pelo Banco Central tenta minimizar estas desigualdades e equilibrar o crescimento econômico do país, de forma a ser tornar

¹ Falha de mercado é a situação na qual o mercado, por si mesmo, fracassa em alocar os recursos de uma maneira eficiente.

sustentado. As taxas de juros definidas pelo Conselho de Política Monetária irão influenciar o banco, que influenciará o mercado, que influenciará a vida do cidadão. O nível determinado de Depósito a vista, a venda de títulos, a decisão da taxa de desconto; todas estas ações estarão embutidas na hora de tomarmos um empréstimo ou fazermos um investimento. Estarão influenciando nas compras do supermercado, nos preços dos eletrodomésticos, dos automóveis, etc. Estarão embutidas na hora de escolher um candidato para governar o país.

Mesmo que intuitivamente, sabemos que quanto mais estruturado for o plano econômico de um candidato, mais chances do país crescer, da economia se desenvolver, e mais fácil então, arranjar um emprego, ter um bom salário, financiar uma casa e assim por diante. É fácil imaginar, então, o raciocínio oposto: quanto mais popular for a política econômica, mais cidadãos satisfeitos e otimistas terão, o que resultará em mais votos na eleição seguinte.

Do mesmo jeito que, ao escolhermos um candidato, levamos em conta sua plataforma econômica, pois sabemos que isso impactará em nossas vidas; o candidato, ao traçar uma linha de crescimento econômico, leva em conta a quantidade de pessoas afetadas por esta política e o perfil que elas têm, pois sabe que isto impactará em sua carreira. Não é a toa que uma das decisões mais cruciais de um Presidente da República é a escolha de seu Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central.

Mas se a política monetária interfere tanto no futuro do país, ela deve ser calcada em análises precisas e neutras, para se escolher o caminho mais justo e lógico do crescimento econômico, certo? Errado. O que vemos é uma influência enorme da situação política no traçado econômico. Se a melhor escolha econômica em determinada época for, por exemplo, manter o crescimento do país perto de zero, para não gerar inflação e evitar uma crise mais para frente, certamente o Presidente da República manobrará a escolha da política monetária ou limitará as conseqüências desta escolha, pois sabe que ter um crescimento baixo em seu governo gera uma má aceitação por parte dos eleitores.

A evidência da influência política na tomada de decisão monetária nos leva a questionar a importância da independência de uma instituição do porte do Banco Central e a necessidade de sua autonomia. No Brasil, a autonomia do BC é discutida largamente na esfera acadêmica e na esfera social. Economistas e sociólogos estudam cada vez mais a possibilidade de aumentar a autonomia das instituições econômicas do Estado, sem que isso acarrete em falta de confiança, inflação ou crescimento econômico baixo. Apenas desta maneira, o futuro da economia poderia ser um pouco mais sustentado e de longo prazo, pois não teria a pressão de alcançar resultados dentro do limite de quatro anos.

Na maioria dos países desenvolvidos, o Banco Central possui larga autonomia em relação ao executivo e sua relação com o mercado econômico autônomo é de simples agente monetário, controlador dos meios de pagamento. Cabe aos outros grandes bancos a aplicação do multiplicador bancário² e o giro da moeda que é colocada em circulação pelo

BC. No Brasil, por sua vez, o Presidente do Banco Central ainda está muito a mercê do Presidente da República, pois deste depende seu emprego. E as decisões monetárias ainda sedem as pressões políticas e são altamente limitadas pela política fiscal. Além disso, a quantidade de funções atribuídas ao Banco Central e aos bancos públicos como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, fazem do Governo o grande agente de controle do mercado, o que sugere um alto grau de volatilidade do equilíbrio econômico de nosso país. (MAXFIELD, 1997)

Na maioria dos países, a formação da autoridade monetária se deu de maneira linear, onde existia uma instabilidade da moeda, o que exigiu uma força centralizada da instituição econômica vigente, o que por consequência lhe deu maiores graus de autonomia e o que, por fim, possibilitou a estabilidade financeira do país. O que vemos é a independência do Banco Central, como prerrogativa para o Governo conseguir atingir o tão esperado equilíbrio monetário. Outro fator marcante é a relação do Banco Central com as outras instituições financeiras. Nos países em que o BC é independente, sua relação com o mercado econômico autônomo é de simples agente monetário, controlador dos meios de pagamento. Cabe aos outros grandes bancos a aplicação do multiplicador bancário e o giro da moeda que é colocada em circulação pelo BC. No Brasil, por sua vez, nosso histórico de volatilidade financeira nos levou à duas anomalias: (1) a autoridade do Banco Central veio apenas após as políticas heterodoxas de estabilização e (2) durante muito tempo os maiores bancos brasileiros foram bancos governamentais, sendo eles o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (com a crise e fusões privadas de bancos como Itaú e Unibanco, os bancos governamentais ainda configuram na lista dos grandes bancos, mas deixaram a liderança). Nosso país, na contra-mão das correntes internacionais, estabilizou primeiramente sua moeda, através de um Ministério da Fazenda ativo e de grande influência, para depois dar maiores poderes para seu Banco Central, através, principalmente, do regime de metas de inflação.

Isso mostra que no cenário local as influências políticas do executivo e do legislativo no órgão econômico são maiores do que deveriam; o que nos leva ao segundo questionamento: Será que foi sempre assim?

Foi a partir desta segunda questão que o Professor Kurt Von Mettenheim resolveu escrever seu manuscrito: "Financial Statecraft: Politics, Money, and Government Policy in Brazil". O objetivo do manuscrito era analisar as relações financeiras entre Estado e Instituição econômica central, para, a partir disso, repensar o caminho para a consolidação da autoridade monetária no país, bem como sua independência e autonomia. Através do estudo histórico de como esta relação evoluiu, o projeto pretende filtrar os ranços históricos que nos levaram às duas anomalias citadas a cima, fazendo uma reflexão sobre as possíveis relações entre executivo, legislativo e Banco Central.

²O Banco Central coloca uma quantidade x de moeda em circulação. Esta moeda irá para o mercado e, de alguma forma irá parar também nos bancos comerciais. Estes bancos comerciais devem reter parte dos depósitos como forma de reserva. mas podem emprestar outra parte à custos de juros. Com os juros praticados, o depósito que antes era y , vira $(1+i)y$. Desta forma, a quantidade x de moeda em circulação irá se multiplicar através do giro de capital dos bancos. É isto que chamamos de multiplicador bancário.

1.1 O trabalho

Nosso projeto de iniciação científica, a princípio, se resumia em uma assistência de pesquisa, no auxílio de coleta de dados e análises, tais como o partido dos ministros durante o Império, as variações da moeda em poder público, as porcentagens dos tipos de meios de pagamento ao longo do tempo, a quantidade de moeda manual e os depósitos bancários. No entanto, com o envolvimento na pesquisa e a constante curiosidade sobre a autoridade monetária atual, o Banco Central, surgiu a oportunidade de consolidar os dados históricos da instituição e utilizá-los para fazer uma reflexão sobre seu papel na economia e sua autonomia.

O presente trabalho tem o objetivo de elucidar a história do Banco Central do Brasil e de, a partir disso, levantar questionamentos sobre a formação da autoridade monetária do país e o modo como ela se dá hoje em dia.

Ele é composto por 4 capítulos e um anexo. No primeiro capítulo o leitor encontrará os fundamentos teóricos necessários para o acompanhamento do raciocínio e da reflexão. No capítulo seguinte é descrita a metodologia utilizada na pesquisa e algumas análises gráficas que sustentam a idéia. No terceiro capítulo encontra-se o trabalho propriamente dito, com o histórico do Banco Central no mundo, as particularidades do Banco Central do Brasil, suas funções, as discussões sobre autonomia e autoridade monetária. Por fim, tem-se a conclusão do que foi levantado, avaliado e questionado. Nos anexos seguintes, o autor pode encontrar a compilação dos dados utilizados na pesquisa do manuscrito.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo pretende nutrir o leitor com as ferramentas necessárias para acompanhar o diagnóstico do problema e entender o desenvolvimento da pesquisa. Será preciso, antes de tudo, explicar o que a comunidade econômica acadêmica entende por autonomia monetária. É apenas a partir da absorção deste conceito que o leitor poderá compreender a importância do trabalho como objeto de pesquisa e a relevância do índice como instrumento de controle e cobrança da sociedade civil.

Para um bom entendimento do trabalho, como dito anteriormente, será fundamental ter em mente o conceito de autonomia, a discussão acadêmica a cerca do tema e as especificidades do Brasil nisso. Este conceito será desenvolvido junto com alguns conceitos macroeconômicos básicos, como balanço de pagamentos e déficit público, além de acabar abordando tópicos legais e políticos.

2.1. O Conceito de Autonomia e noções Macroeconômicas

O conceito de Autonomia das instituições econômicas do Estado é amplamente discutido e paulatinamente colocado em foco quando são debatidas reformas dos aparelhos públicos. Não é à toa que nos primeiros cinco anos da década de noventa, mais de trinta países alteraram sua legislação com o objetivo de dar um maior grau de independência a seus Bancos Centrais. Na América Latina aderiram países como o Chile a Argentina, a Colômbia, o Equador, a Venezuela e o México. O argumento mais evidente é o de que sem autonomia, os governos tendem a utilizar o Banco Central como ferramenta de financiamento de seus excessivos gastos. (MAXFIELD, 1997).

Para entender o problema existente por trás disso, e a relação existente entre o financiamento do déficit público e inflação vamos analisar mais a fundo as contas nacionais.

Na conta corrente do Governo descrita no Balanço de Pagamentos nacional, são contabilizadas as despesas correntes do setor público, o consumo, os subsídios dados e as transferências feitas. Os gastos públicos por sua vez, compreendem ainda os investimentos feitos em estoques e formação bruta de capital fixo. Por consequência, o déficit público (D_g), que é a diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta, pode ser definido, segundo Simonsen (2007) por:

$$D_g = \text{Investimento público} - \text{saldo do Governo em conta corrente}$$

Equação 1: Déficit Público

Fonte: Simonsen. 2007. pg 181. adaptado.

Este déficit pode ser financiado pelo aumento da base monetária, ou seja, o aumento do nível de moeda em circulação e o aumento da dívida líquida do setor público. Isto quer

dizer, de maneira simplificada, que o Governo sempre financia seus déficits ou emitindo moeda ou emitindo título. Desta forma, segundo o mesmo Simonsen (2007):

$$D_g = \text{Aumento da base monetária} + \text{Aumento da dívida pública}$$

Equação 2: Déficit Público 2

Fonte: Simonsen, 2007, pg.181, adaptado

Ao financiar o déficit público com emissão de moedas, o problema do desequilíbrio financeiro do Estado é resolvido, mas o perigo da inflação é agravado. Isto é evidenciado se levarmos em conta o déficit operacional, que é o déficit público (D_g) mais o imposto inflacionário (I_0). Dito isso, podemos reorganizar a equação a cima da seguinte forma (SIMONSEN & CYSNE, 2007):

Déficit operacional = Imposto inflacionário + Aumento da base monetária + Aumento real da dívida pública

Se o imposto inflacionário é uma função da base monetária (B_0) e da inflação do período (r), de forma que:

$$I_0 = B_0 \log_e(1+r)$$

Equação 3: Imposto Inflacionário

Fonte: Simonsen, 2007, pg.193

então, se o déficit operacional for igual a k vezes a base monetária, teremos:

$$kB_0 = B_0 \log_e(1+r) , \text{ então}$$

$$r = e^k - 1$$

Equação 4: Base Monetária

Fonte: Simonsen, 2007, pg.194.

Por meio deste raciocínio, que evidencia a relação entre o tamanho do déficit público e a taxa de inflação, os economistas conseguiram identificar a influência da autonomia dos Bancos Centrais na economia do país. Foi comprovado que os bancos centrais influenciados pelo Governo tendem a aumentar o volume da base monetária para financiar o déficit e, com isso, aumentam também a inflação. Luiz Alberto dos Santos (2006), em seu artigo "Banco Central: Independência, Autonomia, Accountability e governança" faz referência ao economista Alesina quando diz:

Estudo realizado por Alberto Alesina, considerando a taxa média de inflação de dezessete países industrializados no período 1973 a

1986 e o grau de independência de seus bancos centrais (considerando para tanto como são escolhidos os dirigentes dos bancos centrais, a sua origem e os arranjos formais para financiamento do déficit público por meio da emissão de moeda) concluiu que países com bancos centrais mais independentes apresentavam menores taxas médias de inflação do que países com bancos centrais menos independentes. Suíça e Alemanha, os dois países com bancos centrais mais independentes, apresentaram taxas médias de inflação equivalentes a um terço da taxa média de inflação verificada em Espanha e Itália, os dois países cujos bancos centrais eram os menos independentes. (Santos, 2006, pg.54)

Além disso, um banco central independente garante maiores investimentos externos, já que os investidores prezam um banco central com autonomia para assegurar a estabilidade econômica de seu país, o que assegura a expectativa do retorno de seus investimentos. (SANTOS, 2006)

Mas quais as diferenças no histórico da construção da autoridade monetária que fazem o Brasil ser um país tão distinto? Veremos isto no desenvolvimento da pesquisa.

4. METODOLOGIA

4.1. O Manuscrito

O manuscrito “Financial Statecraft” será composto por uma introdução, cinco capítulos e uma conclusão. Na introdução se apresenta a proposta da reflexão, sua aplicabilidade e sua relevância. Apresenta-se também um pouco sobre o que será tratado em cada capítulo e a estrutura do manuscrito em si. No capítulo um, o autor discorre sobre o conceito de autoridade monetária (financial statecraft), sua necessidade e como ela é tratada tradicionalmente pelas teorias econômicas e políticas. O capítulo dois faz uma análise das relações políticas entre instituições monetárias e Governo durante o Império, de 1810, com a vinda da família real e conseqüentemente a vinda da casa da moeda portuguesa, até 1889, quando teremos a proclamação da república. O capítulo três avalia a atuação do liberalismo nacional na república velha, de 1889 até 1930, quando Getúlio Vargas, apoiado por oligarquias dissidentes, derruba o então fortificado esquema café com leite. O capítulo quatro faz o percurso do populismo nacionalista até a ditadura militar, período que vai de 1930 a 1964, procurando entender as mudanças da política monetária e da autoridade central nesta transição. O capítulo cinco, por sua vez, vai ao cerne da questão levantada na introdução, procurando diagnosticar anomalias no desenvolvimento da autonomia de nossa política monetária e de nossas instituições financeiras durante o período de estabilização de preços, planos econômicos e, finalmente, o equilíbrio encontrado no plano real. A partir daí, o autor faz uma análise da transição para o governo Lula e estipula sua conclusão.

Quando o projeto de iniciação foi escrito, foi de comum acordo que ele estaria calcado basicamente na coleta e organização de dados que ajudassem no raciocínio do manuscrito ou que levassem a questionamentos e sustentações de outras teorias. Foi combinado, então, o seguinte cronograma:

Cronograma de Atividades

Agosto 08	Organização de Bases de Dados
Setembro 08	Organização de Bases de Dados
Outubro 08	Análise de Dados, período 1822-1889
Novembro 08	Análise de Dados, período 1822-1889
Dezembro 08	Análise de Dados, período 1889-1930
Janeiro 09	Análise de Dados, período 1889-1930
Fevereiro 09	Análise de Dados, período 1930-1993
Março 09	Análise de Dados, período 1930-1993
Abril 09	Análise de Dados, período 1994-2008

Maio 09	Análise de Dados, período 1994-2008
Junho 09	Conclusão e redação do relatório
Julho 09	Conclusão e redação do relatório

Durante os primeiros dois meses, as bases de dados foram organizadas, fontes foram pesquisadas, origens de números e modelos para a padronização das informações que iriam sendo coletadas. Livros contábeis do Governo, arquivos de instituições públicas como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Central foram utilizados, bem como um seletor arquivo pessoal do Prof. Kurt.

A partir daí foram, aos poucos planilhados dados e, através de gráficos e relações estatísticas, surgiam tentativas de encontrar análises válidas para o material que estava em mãos. Vale ressaltar que a dificuldade de encontrar dados concisos e a constante necessidade de filtrar informações para que não se tenha uma análise muito enviesada foi constante. Muitos anos simplesmente não possuem documentação regular, principalmente no período Imperial e da ditadura militar, por razões óbvias.

Periodicamente aluna e professor se encontravam, a aluna apresentava o que tinha feito e fazia seus questionamentos e observações. A partir deles, o Prof. Kurt direcionava as reflexões, sugerindo bibliografias explicativas ou enfatizando em relações mais causais. Os dados mais trabalhados podem ser encontrados nos apêndices no final deste relatório.

Para filtrar e lapidar as informações, foram utilizadas tabelas dinâmicas, regressões e gráficos simples de relações bidimensionais.

4.2. O trabalho

Quando se decidiu seguir uma linha paralela, onde a aluna desenvolveria um trabalho individual propriamente dito, uma vasta bibliografia foi estabelecida. Além das fontes didáticas, foram levantados dados dos arquivos históricos do Banco Central, que ficam guardados no Departamento Econômico. Os arquivos da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Fazenda também serviram de fonte direta para as informações aqui encontradas.

Os dados de fontes históricas foram devidamente separados, organizados cronologicamente (muitos arquivos encontravam-se soltos em formas de textos arquivados em pastas desconectadas) e compilados de forma lógica ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

A pesquisa virtual de sites e arquivos digitalizados também foi fundamental. Os sites utilizados encontram-se na bibliografia. Neles, encontram-se também séries históricas de variáveis macroeconômicas utilizadas em algumas análises durante o desenvolvimento da reflexão.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. A História do Banco Central no Mundo

Nos primórdios da civilização, quando grande parte do mundo era formada por sistemas sociais de economia de subsistência, as trocas diretas, também chamadas de “escambo”, eram a relação mais eficaz e eficiente para se comercializar um produto. Um precisava de leite e lhe sobravam maçãs, outro por sua vez, gozava de tonéis de leite, mas lhe faltavam frutas. De uma forma natural, contrapunha-se o cesto de maçãs com os tonéis de leite e, após uma árdua negociação, estava feita a permuta. (MANKIWI, 2001)

Com a evolução do comércio e o desenvolvimento da divisão do trabalho, esse processo de troca deixou de ser eficiente, pois com o aumento constante das demandas e sua eventual mudança, ficava muito difícil estabelecer valores-de-troca³ que pudessem ser utilizados como padrão. Com o objetivo de resolver este problema, algumas mercadorias passaram a ser utilizadas como “unidade de moeda”, entre elas o sal (daí a palavra “salário”), o trigo, o gado, etc. Mas a dificuldade de transporte de tais unidades de valor e a preocupação da ação do tempo sobre elas levaram ao desenvolvimento de uma unidade de troca única e não-perecível, o metal. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

Não demorou muito para o transporte do metal se tornar alvo da cobiça de bandos de assaltantes nos cruzamentos de estradas e feiras medievais. Foram, então, criadas as casas de custódia, que serviam como armazém de ouro e prata, oferecendo em troca certificados de depósitos que representavam o mesmo valor depositado e acabavam sendo muito mais seguros e cômodos de transportar. Essa foi a origem do Papel-moeda que conhecemos hoje em dia, que nada mais é que um papel que garante o mesmo valor-de-troca que a mercadoria adquirida. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

As casas de custódia permitiram o desenvolvimento de todo um sistema financeiro, que percebeu a importância do monopólio da emissão do papel-moeda. A partir do século XVI, a prática bancária concentrava a função de emitir os papéis-moeda e controlar o lastreamento do tesouro depositado, mas nenhuma destas funções estava nas mãos do Governo. Em 1694, porém, ao se ver envolvido em uma guerra contra a França e precisando de empréstimos urgentemente, foi concedido ao governo Inglês o monopólio da emissão do Papel-Moeda na região de Londres, que deu origem a criação do Banco da Inglaterra, o primeiro banco governamental a adotar a prática monetária. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

O prestígio e a confiança do Banco da Inglaterra fizeram com que se tornasse receptor de depósitos de outros bancos de regiões mais próximas, que viam no Governo

³Marx, em seu livro “O Capital”, as mercadorias possuem um valor-de-uso e um valor-de-troca. O primeiro é estabelecido pela utilidade da mercadoria, independe da quantidade de trabalho que lhe é empregada e só se realiza com a utilização em si do produto em questão. O segundo, por sua vez, é estabelecido na relação quantitativa entre os valores-de-uso de mercadorias diferente. Seis maçãs, por exemplo, possuem diferente valor de uso de dois litros de leite, mas na hora do escambo, abos

uma forma de assegurar a riqueza que lhes era dada. Desta maneira, no século XIX, além de assumir a função de emissor de Papel-Moeda, o Banco Inglês também passou a ter a função de compensador das operações realizadas entre os bancos. Como acumulava grande parte das riquezas do país, não demorou muito para que a instituição também servisse de financiador à outros bancos com problemas de liquidez, acumulando assim, há mais de 100 anos, as funções básicas de um Banco Central. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

Na América Latina, os bancos só surgiram no século XIX, com a demanda da Revolução Industrial por matérias-primas e o conseqüente fluxo de capital que isto gerou. Durante este século, instituições financeiras européias iniciaram operações nas recém-independentes nações da América Latina, dispersando as funções de um Banco Central em diferentes pequenos bancos. Apenas em 1920, depois da Primeira Guerra Mundial, com a Conferência Financeira Internacional ⁴ que se institucionalizou a criação de Bancos Centrais na região. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

3.2. A História do Banco Central no Brasil

Em 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, o Brasil recebe sua primeira instituição financeira, o Banco do Brasil, inaugurado em 12 de Outubro de 1808 pelo Rei D.JoãoVI. Ao longo do tempo, com a evolução da indústria manufatureira no país, novas instituições foram surgindo como as Caixas Econômicas, os bancos privados e as Câmaras de Compensação. Como dito anteriormente, após a Primeira Guerra Mundial, a discussão da necessidade de um Banco Central nos países latino americanos é colocada em cheque, mas é só após a Segunda Grande Guerra que isto se concretiza. Em 1945 é criada no país a Superintendência da Moeda e do Crédito, a Sumoc, que juntamente com o Conselho Superior da instituição, com o Banco do Brasil e com o Tesouro Nacional, exercia as funções de autoridade monetária previstas pela Conferência de 1920. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

Em 1964, o país assiste a tomada do poder pelos militares e embarca em um largo período de ditadura. Neste mesmo ano, em 31 de Dezembro, é criado, como autarquia pública, o Banco Central do Brasil, calcado na Lei 4.595, a chamada “Lei da Reforma Bancária”. Os militares substituíram o Conselho Superior da Sumoc pelo Conselho Monetário Nacional, o CMN, que existe até hoje e é composto pelo Ministro da Fazenda, do Planejamento, do Orçamento, de Gestão e pelo presidente do Banco Central. Eles também concentraram as funções da Sumoc, Banco do Brasil e Tesouro nas mãos de um só órgão, dando ao Banco Central brasileiro as ferramentas para assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e a solidez do Sistema Financeiro do país. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

têm o mesmo valor-de-troca. Para mais informações ver MARX, Karl: *O Capital – Volume 1*. Tradução da 4ª edição alemã por Ronaldo Sant’anna. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1970.

⁴ A Conferência Financeira Internacional de 1920, convocada pela Sociedade das Nações, em Bruxelas, recomendava aos países membros o incentivo à criação de Bancos Centrais em

3.2.1. Funções do Banco Central brasileiro

Segundo seu relatório educacional (2004), as funções do Banco Central são definidas como:

- a) a formulação, execução e acompanhamento da política monetária;
- b) o controle das operações de crédito em todas as suas formas, no âmbito do sistema financeiro;
- c) a formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior
- d) a organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Sistema Nacional de Habitação e ordenamento do mercado financeiro;
- e) emissão de papel-moeda e de moeda metálica e execução dos serviços do meio circulante. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004, p.18).

A política monetária é a função mais conhecida do BC e a que mais o define como autoridade econômica no país. No final das contas, todas as outras funções acabam servindo como instrumentos para a política monetária ou como consequência desta. É através do controle dos meios de pagamento, ou seja, da quantidade de moeda que circula no mercado que o Banco Central consegue garantir o valor-de-troca da unidade monetária nacional, o Real, e como consequência evitar o desequilíbrio de preços. (MANKIW, 2001)

No mesmo relatório educacional (2004), a política monetária é explicada da seguinte maneira:

O Banco Central controla, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, a expansão da moeda e do crédito e a taxa de juros, buscando adequá-los às necessidades do crescimento econômico e da estabilidade dos preços e zelar pela estabilidade da moeda, mantendo seu poder de compra. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004, p.20).

A política monetária brasileira é estabelecida a partir do Sistema de Metas Para a Inflação (SMPI). O SMPI, após as reuniões periódicas do COPOM e de sua decisão da taxa básica de juros, atua de forma a fazer com que a taxa real praticada no mercado se aproxime ao máximo a taxa definida pelo Conselho Monetário. Faz isso por meio das operações de mercado aberto⁵, dos depósitos compulsórios⁶ e das taxas de desconto⁷

lugares que ainda era inexistente. Esta recomendação também prezava a independência do Banco Central em relação aos governos, com o objetivo de combater as tendências de déficit público.

⁵ As operações de mercado aberto são realizadas mediante a compra e venda de títulos governamentais de curto prazo no mercado livre.

Uma vez estabelecidas as metas de inflação e taxa básica de juros, o BC fiscaliza as operações de crédito do Sistema Financeiro, monitorando o cumprimento de limites de empréstimos e endividamentos. Faz o mesmo em relação ao setor público, mantendo sempre dentro do projetado o montante de crédito que lhe é concedido. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

É de responsabilidade do BC também manter os ativos de ouro e de moeda estrangeira (principalmente o Dólar), podendo influenciar no mercado de câmbio, sempre procurando manter a paridade da moeda de acordo com a política econômica traçada. Desta maneira, consegue regular a balança de pagamentos brasileira, “administrando as reservas cambiais do País, acompanhando e controlando os movimentos de capitais, negociando com as instituições financeiras e com os organismos financeiros estrangeiros e internacionais (...) e gerenciando convênios internacionais de crédito recíprocos. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

Além disso, o BC fiscaliza diretamente o Sistema Financeiro, através da análise, avaliação e monitoramento das instituições bancárias. Ele atua com o objetivo de aperfeiçoar o sistema e garantir liquidez e solvência ao SFN. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

O relatório educacional (2004) explicita:

Assim, compete ao BC:

- a) formular normas aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional;
- b) conceder autorização para o funcionamento das instituições financeiras e de outras entidades, conforme legislação em vigor;
- c) fiscalizar e regular as atividades das instituições financeiras e demais entidades por ele autorizadas a funcionar. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004, p.22).

É ele, também, que encomenda à Casa da Moeda do Brasil (CMB)⁸ a quantidade de papel- moeda que será impressa, controlando o meio circulante existente em nossa economia. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

Existem algumas outras atribuições, que apesar de terem grande importância, não são tão conhecidas e explícitas à sociedade. Por determinação constitucional, o BC deve exercer a função de banqueiro do governo, ou seja, é ele que detém a conta onde é

⁶ Depósito compulsório é a parcela de dinheiro que os bancos comerciais são obrigados a deixar em reserva. O controle destes depósitos permite que o Banco Central evite ou estimule o giro do dinheiro.

⁷ A taxa de desconto é a quantidade de crédito que o Banco Central pode emprestar para os bancos comerciais. Assim como o depósito compulsório, esta taxa estimula ou não a movimentação do dinheiro na sociedade

⁸ A Casa da Moeda do Brasil existe desde 1694, quando foi instalada na Bahia. Hoje em dia ela funciona no Rio de Janeiro e tem como finalidade prioritária garantir o suprimento do meio circulante nacional. Para atender à demanda do Banco Central, dispõe de unidades industriais responsáveis pela impressão de cédulas, pela cunhagem de moedas e também de medalhas comemorativas (Banco Central do Brasil, 2004, p.23).

depositada a disponibilidade de caixa da União e de onde saem os recursos para os gastos governamentais. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004)

No mesmo relatório educacional (2004) é apontado:

Também lhe cabe:

- a) regulamentar, autorizar e fiscalizar as atividades das sociedades administradoras de consórcio para a aquisição de bens;
- b) normatizar, autorizar e fiscalizar as sociedades de arrendamento mercantil, as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo, bem como regular todas as suas operações;
- c) normatizar as operações do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), consolidar suas informações por meio do Regime Comum das Operações Rurais (Recor) e administrar o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); e
- d) desenvolver o trabalho de comunicação social, tanto de caráter técnico, por meio de publicações como o “Boletim Mensal”, o “Relatório Anual”, o “Relatório de Inflação”, as “Notas à Imprensa” e a página da internet, como de orientação, por meio de serviços de atendimento ao público, instalados em todas as gerências administrativas regionais. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004, p.24).

3.3. Formação da Autoridade Monetária

Na maioria dos países, a formação da autoridade monetária se deu de maneira linear, onde existia uma instabilidade da moeda, o que exigiu uma força centralizada da instituição econômica vigente, o que por consequência lhe deu maiores graus de autonomia e o que, por fim, possibilitou a estabilidade financeira do país. O que vemos é a independência do Banco Central, como prerrogativa para o Governo conseguir atingir o tão esperado equilíbrio monetário. Outro fator marcante é a relação do Banco Central com as outras instituições financeiras. Nos países em que o BC é independente, sua relação com o mercado econômico autônomo é de simples agente monetário, controlador dos meios de pagamento. Cabe aos outros grandes bancos a aplicação do multiplicador bancário e o giro da moeda que é colocada em circulação pelo BC. (METTENHEIM, 2007)

No Brasil, por sua vez, nosso histórico de volatilidade financeira nos levou a duas anomalias: (1) a autoridade do Banco Central veio apenas após as políticas heterodoxas de estabilização e (2) os maiores bancos brasileiros até pouco tempo eram governamentais, sendo eles o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (vale ressaltar que, após o período de crise dos últimos anos e a fusão de alguns bancos, conglomerados financeiros privados hoje marcam presença entre os maiores bancos do país). Nosso país, na contramão das correntes internacionais, estabilizou primeiramente sua moeda, através de um Ministério da Fazenda ativo e de grande influência, para depois dar maiores poderes para seu Banco Central, através, principalmente, do regime de metas de inflação. Isso mostra que no cenário local as influências políticas do executivo e do legislativo no órgão econômico são maiores do que deveriam. (METTENHEIM, 2007)

Em comparação a muitos bancos centrais, o banco central brasileiro se mostra, apesar de minimamente independente, muito pouco autônomo. Para entender melhor a diferença destes conceitos, isto será estudado mais a fundo.

3.3.1 Autonomia, Independência e suas condições

Para facilitar a compreensão, podemos classificar os bancos centrais como dependentes, independentes e autônomos. O primeiro é o que está inteiramente subordinado ao Ministério da Fazenda e que tem como função apenas a implementação das políticas por ele definidas. Neste caso, os componentes do banco central até podem participar da definição das políticas, mas não tem poder algum de veto, já que a responsabilidade das conseqüências recai exclusivamente sobre os ombros do Governo. O segundo são os bancos centrais que possuem liberdade na elaboração e implementação da política monetária, que tomam as decisões sem sofrer pressão do executivo ou legislativo, e controlam sozinhos sua estrutura interna. (SADDI, 1997) O terceiro termo, a autonomia, é diferenciado por Saddi (1997) da seguinte maneira:

(...) **autonomia** é a possibilidade de determinar regras de exercício, enquanto **independência** é algo muito mais abrangente, refere-se à liberdade de qualquer sujeição, de ser **senhor de suas próprias decisões** sem ter que se reportar a qualquer órgão externo. Em qualquer regime democrático, **apenas três são os poderes harmônicos e independentes**, como já nos havia ensinado Montesquieu. Não se pode querer elevar o banco central a um quarto poder (...).O órgão de disciplina monetária deve ser autônomo para tomar decisões racionais e técnicas sobre moeda, sem as ingerências alheias com fins políticos que tanto caracterizam as atividades dos mandatários do Estado moderno. Para tanto, não deve estar subordinado hierárquica ou funcionalmente a nenhum órgão ou cargo do Poder Executivo. Por ser autônomo, segundo esta proposição, ainda que deva satisfações a respeito de suas ações ao Poder Legislativo e, em alguns casos, ao Poder Judiciário, o banco central zelaria apenas pela estabilidade da moeda, acomodando tão-somente as demandas sociais que não causassem a sua desestabilização. (SADDI, 1997, pp.54-55).

Para que esta autonomia seja atendida, algumas prerrogativas são inevitáveis. Primeiramente o país precisa gozar de uma estabilidade macroeconômica, em segundo lugar, a política fiscal adotada precisa ser eficaz e caminhar no sentido de redução do financiamento do déficit público citado no início deste referencial; em terceiro lugar a classe política precisa agir legitimando os limites de interferência e abrandando o papel do Governo no que tange a política monetária; e por último, é necessária uma consciência social que demande um maior grau de autonomia pelo valor da proteção da moeda. (SADDI, 1997)

Para Roll (1993), no entanto, a autonomia monetária deve possuir cinco condições básicas: a) a limitação de objetivos e funções; b) especificidade e precisão das metas; c)

base estatutária para autonomia; d) garantias institucionais do Executivo; e) nomeação da diretoria do banco central. O mesmo autor diz:

Para ser autônomo, um banco central deve ter bem definida a sua área de ação, assim como devem ser explicitadas as metas a serem atingidas pela política monetária. A base estatutária se dá por meio de uma lei, cuja ausência torna o banco mais dependente do Governo. Essa lei deve prever, além das situações extraordinárias em que a política monetária deve subordinar-se às decisões do Executivo, também os mecanismos de *accountability*, ou seja, a forma de prestação de contas do banco. As garantias aos seus Executivos se dão por meio de regras para sua nomeação e destituição, e da fixação de um mandato – preferencialmente não coincidente com o do chefe de governo. (ROLL, 1993. Pg.56).

É importante, agora, ver mais a fundo o caso brasileiro.

3.3.2. O Banco Central do Brasil

O banco central brasileiro é definido como uma autarquia diferenciada, que fiscaliza e regula o sistema financeiro nacional. A Constituição de 1988 estabeleceu diversas cláusulas que operavam a favor da autonomia da instituição como a descrita no artigo 84, parágrafo XIV que dita a competência da nomeação da diretoria do banco ao presidente da república, mas sujeita esta escolha ao senado federal. (Constituição Federal, 1988)

O artigo 164, por sua vez, dá responsabilidade exclusiva para o banco sobre a emissão de moeda, o que por consequência, remete a responsabilidade da política monetária. (Constituição Federal, 1988)

Segundo Luiz Santos (2006)

Essas condições, se por um lado permitem ao Banco Central operar com certa autonomia, por outro lado tornam-no potencialmente vulnerável às pressões do Tesouro, permitindo o seu uso como instrumento de financiamento do governo. Além disso, o parágrafo 3º do art. 164 da CF determina que "as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central", atribuindo-se, portanto, ao BACEN uma função de "banco" do governo. (SANTOS, 2006, pg.56)

Saddi (1997) faz um comentário interessante sobre nossa constituição quando diz que:

A disciplina constitucional do Banco Central, em resumo, é omissa nos detalhes da estabilidade de seus mandatários, não restringe de forma completa a vedação de empréstimos ao Tesouro e remete a uma futura lei complementar, até hoje não emanada, a disciplina do sistema financeiro nacional. Optando apenas pelos parâmetros gerais, o constituinte acabou não indicando o modelo de autoridade monetária para o Brasil: autônomo ou dependente do Poder Executivo. (SADDI, 1997, pg. 197)

A partir destes conceitos, fica evidente, então, o questionamento do que seria necessário para que caminhássemos na direção de uma maior autonomia.

3.4. Caminhos para a autonomia

O que salta aos olhos da comunidade acadêmica é a necessidade de uma revisão das funções constitucionais que são atribuídas ao banco central brasileiro. Ao comparar-se os afazeres do banco central do Brasil, com o *Federal Reserve*, o FED, banco central americano, torna-se perceptível que o primeiro agrega muito mais funções que o segundo, o que acaba limitando seu grau de autonomia nas funções básicas. A diminuição das funções não-típicas (regulatórias, fiscalizadoras, etc.), levaria a um maior grau de autonomia das funções típicas (atividades monetárias). (METTENHEIM, 2007)

Segundo Saddi (1997), para que isso aconteça, deveriam acontecer as seguintes coisas: (i) a proibição de financiamento ao Tesouro; (ii) a garantia de mandato dos dirigentes; (iii) a mudança do próprio regime jurídico, ou estatuto, do Banco Central; (iv) a regulamentação da transferência de lucros do Banco para o Tesouro; (v) a melhor definição do regime cambial a ser adotado; (vi) o estabelecimento de mecanismos de prestação de contas (*accountability*); e (viii) a coordenação macroeconômica (SADDI, 1997).

A proibição de financiamento ao Tesouro evitaria as pressões políticas que existem hoje em dia em relação à política monetária e a política fiscal. Existem outros bancos centrais que compram títulos de seu governo, o próprio FED faz isso em tempos nebulosos, mas o grande problema é que esta política é muito mal utilizada em nosso país. Em 2000, demos um importante passo a caminho desta autonomia, com a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que o Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira. (SANTOS, 2006)

A garantia do mandato dos dirigentes evita a influência política nas escolhas do presidente do banco e de sua diretoria. Sabendo que seu mandato é fixo, o funcionário não agiria de acordo com os interesses políticos, pois não teria a vulnerabilidade da demissão a qualquer momento. É o que acontece na Comunidade Européia, por exemplo, onde os presidentes dos bancos centrais dos países membros possuem mandatos fixos de, no mínimo, cinco anos. (SADDI, 1997)

As outras necessidades citadas por Saddi (1997) acabam sendo conseqüências destas duas principais. É importante, no entanto, diferenciarmos os tipos de autonomia a importância devida de cada uma delas. (SADDI, 1997)

3.4.1. Os tipos de Autonomia

Ao tratarmos de empresas públicas podemos considerar quatro tipos de autonomia: (i) autonomia operacional, (ii) autonomia instrumental, (iii) autonomia patrimonial e (iv) autonomia administrativa. (SADDI, 1997)

A primeira está relacionada à condução de seus afazeres, no caso do banco central, a condução da política monetária em si. A segunda está relacionada aos instrumentos utilizados para se fazer sua função, ou seja, os instrumentos necessários para se aplicar a política monetária. A terceira implica que a instituição disponha dos bens materiais e do capital necessário para seu funcionamento, sem depender de outros órgãos para se sustentar. A quarta, finalmente, é na realidade a junção de duas autonomias, a autonomia orçamentária e de recrutamento. Isto quer dizer que o banco central deveria ter autonomia na contratação de seu capital humano e deveria dispor de capital suficiente para atrair uma mão de obra qualificada o bastante para exercer sua função. Ela implica, também, que a negociação de salários seja feita independentemente, por meio de seu sindicato ou organização de trabalhadores. (SADDI, 1997)

No Brasil, as anomalias citadas neste capítulo, vinculadas ao estabelecimento da autoridade monetária, geraram um vácuo no estabelecimento destes graus de autonomia, principalmente a patrimonial e administrativa que acabam limitando as outras duas. (METTENHEIM, 2007)

A discussão da autonomia é interminável e os graus que deveriam ser alcançados são até agora uma incógnita. Para finalizar este tema, é relevante observar o comentário de Santos (2006):

Muito pouco pode ser feito para mudarem-se as instituições se as alterações foram apenas de caráter formal. Pouco resolveria alterar a Constituição, ou o Estatuto do Banco Central, se permanecerem viciadas as suas relações com o setor privado, ou se seus dirigentes continuarem a ser escolhidos por critérios inidôneos. (SANTOS, 2006, pg.60).

3.5. A Relação com os dados

Se pensarmos na Autonomia relacionada com o nível de *accountability* (explicada no referencial teórico) podemos perceber a discrepância entre a autonomia conquistada na teoria e a limitação da mesma na prática. Analisando a tabela 1, percebe-se que a taxa de juros caminha na mesma direção que a inflação, mas em patamares e em velocidades absolutamente diferentes.

Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da Taxa de Inflação, do PIB e da Taxa de Juros
Diferentes Períodos (Dados Trimestrais)

Período	Taxa de Inflação			PIB			Taxa de Juros		
	Média (anual)	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Média (anual)	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Média (anual)	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Plano Real Antes de Metas para Inflação									
1994:04 - 1999:02	10,3	9,2	0,89	2,0	6,3	3,16	35,4	14,1	0,40
1996:01 - 1999:02	5,8	4,8	0,84	2,0	5,2	2,55	28,2	6,0	0,21
Metas para Inflação									
1999:03 - 2002:02	7,1	3,0	0,42	2,4	3,5	1,46	18,0	1,4	0,08
1999:03 - 2002:04	8,9	6,0	0,68	2,5	3,3	1,28	18,2	1,55	0,09

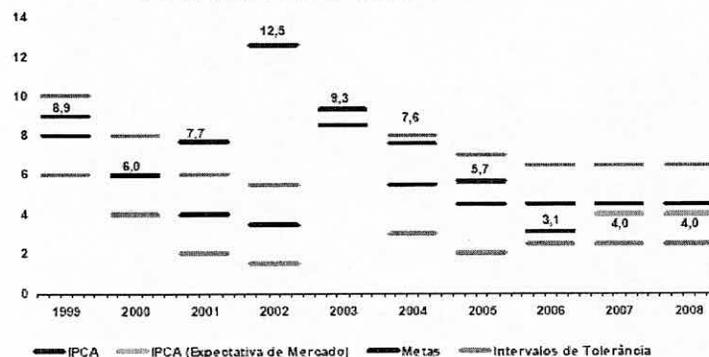
Tabela 1: Inflação, PIB e Taxa de Juros

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009

Podemos, por outro lado, defender a falta de autonomia do Banco Central não pelo conceito comum de autonomia operacional, mas pelo conceito de autonomia como autoridade monetária (também já explicado no referencial teórico). Para muitos, a idéia de autonomia operacional é ultrapassada e só fez sentido enquanto o país não possuía reservas, pois servia como ferramenta de avaliação do grau de confiabilidade da economia para investidores externos. Após os planos de estabilização e da imposição da autoridade monetária pela legislação, o questionamento deve se dar no hiato existente entre a autonomia monetária imposta e a autonomia monetária conquistada, como acontece em países de banco central autônomo.

Como a idéia de autoridade monetária gira em torno da capacidade de alinhar expectativas do mercado, ou seja, da confiabilidade da instituição, é possível analisar este hiato através do gráfico 1 abaixo, disponível no próprio site do Banco Central.

Gráfico 4 – Metas para a Inflação, Intervalos, Mediana das Expectativas de Mercado e Resultados Efetivos para o IPCA (1999-2008, % a.a.)



Fontes: IBGE e Banco Central do Brasil.

Gráfico 1: Metas e expectativas

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009

Este gráfico mostra que muitas vezes as metas estabelecidas estão bastante distantes da inflação real e são constantemente adaptadas para integralizar as expectativas dentro de seu intervalo de confiança.

Podemos pensar também que um fator crucial para a comprovação da limitação da Política Monetária é o fato de um dos maiores influenciadores na inflação não ser o preço real, como todos imaginam, e sim o repasse cambial. Chegamos a esta conclusão através da Tabela 2 abaixo.

Contribuições para a inflação: 2001-2002.
(Em pontos percentuais e em contribuição percentual)

Item	2001		2002	
	Contribuições em pontos percentuais	Contribuição Percentual	Contribuições em pontos percentuais	Contribuição Percentual
Inflação dos Preços Livres Excluindo Repasse Cambial e Inércia	2,4	28%	3,9	31%
Inflação dos Preços Administrados Excluindo Repasse Cambial e Inércia	1,7	24%	1,9	15%
Inércia	0,7	10%	0,9	7%
Repasse Cambial	2,9	38%	5,8	46%
Total	7,7	100%	12,5	100%

Tabela 2: Contribuição para a Inflação.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009

A tabela mostra que a contribuição percentual do repasse cambial é muito maior que a da inflação dos preços livres, dos preços administrados e da inércia. Este fato dificulta a execução da autoridade monetária e limita os poderes da Política Monetária praticada.

4. CONCLUSÃO

A polêmica da autonomia ou não do Banco Central está muito presente tanto na esfera acadêmica quanto na esfera prática do mercado. O grau de confiança das ações do Banco Central depende disso e o efeito de suas ações depende do grau de confiança. Como ainda é uma coisa indefinida, há muitas literaturas que apóiam ou refutam a idéia (com mais ou menos fervor), sua simples discussão e análise são de extrema significância para a comunidade científica.

O estudo do projeto do manuscrito está intimamente relacionado com a análise proposta neste trabalho. O primeiro faz a relação entre a política nacional e a criação da autoridade monetária, o segundo questiona este processo de construção da autoridade monetária e por consequência a autonomia do Banco Central Brasileiro e de seu sistema financeiro.

A coleta de dados foi bastante densa e pode ainda gerar infinitas outras relações, pela grande quantidade de análises estatísticas possíveis. Vale ressaltar também a relevância da documentação histórica que foi feita. Este trabalho não deixa de ser um compilado de dados que estavam espalhados e inutilizados por autoridades governamentais.

O trabalho não tem a pretensão de encontrar respostas definitivas ou análises rígidas, tem sim, o objetivo de levantar os questionamentos e contribuir para as discussões que estão na agenda governamental atual.

5. BIBLIOGRAFIA

(A Bibliografia utilizada está relacionada, também, ao manuscrito "Financial Statecraft")

Abdulmacih, Verence P. G. "A Reforma de 1988: bancos múltiplos e concentração bancária no Brasil." Masters Dissertation, PUC/SP, 2000

Abreu, Marcelo de Paiva., ed. *Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990

Ackerman, Bruce & Anne Alstott. *The Stakeholder Society*. New Haven: Yale University Press, 1999

Aghion, Philippe et al, "A Simple Model of Monetary Policy and Currency Crises." *European Economic Review*. 2000, Vol. 44, pp. 728-738

AfanasiEFF, T., et al. "The determinants of bank interest spreads in Brazil." Central Bank of Brazil, 2001

Aghion, P. & P. Howitt, P. *Endogenous growth theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998

Agung, F. & J. Ford, "Financial Development, Liberalization And Economic Development in Indonesia, 1966-1996: Co-integration and Causality," University of Birmingham, Department Of Economics Discussion Paper No: 98-12, 1998

Alesina, Alberto et al, *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge: M.I.T. Press, 1997

Amsden, Alice. *The Rise of the Rest: Challenges to the West from Late Industrializing Economies*. Oxford: Oxford University Press, 2001

Andrews, David. "Capital Mobility and State Autonomy: Toward a Structural Theory of International Monetary Relations." *International Studies Quarterly*, 38, No. 2, (1994) pp. 193-218

Arestis, Philip & Panicos Demetriades, "Finance and growth: is Schumpeter right?" *Análise Econômica*, Vol. 6, no. 30, (1998), pp. 5-21

Arestis, Philip & Panicos Demetriades, "Financial Development and Economic Growth: Assessing the Evidence", *Economic Journal*, Vol. 107 no. 442, (1997), pp. 783-799

Armijo, Leslie Elliot, ed. *Financial Globalization and Democracy in Emerging Markets*. New York: St. Martin's Press, 1999

Bacha, Edmar. "Do consenso de Washington ao dissenso de Cambridge." In: Castro, Antonio de B. (ed.). *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*. BNDES, 2002.

Baer, Mônica. *A Internacionalização Financeira no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Baer, Werner. *The Brazilian Economy: Growth and Development*. New York: Praeger, 1983

Bank for International Settlements. "The New Basel Accord: An Explanatory Note." Secretariat of the Basel Committee on Banking Supervision, 2001

Barberis, Nicholas, et al, "How Does Privatization Work? Evidence from the Russian Shops," *Journal of Political Economy* Vol. 104, (1996), pp. 764-790

- Barro, R. et al., "Capital mobility in neoclassical models of growth." *The American Economic Review*, Vol. 85, no. 1, (1995)
- Barro, R. & Sala-I-Martin, X. "Convergence." *Journal of Political Economy*, Vol. 100, no. 2, (1992), pp. 223-251
- Barro, R. "Economic growth in a cross-section of countries," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 106, (1991), pp. 7-43
- Becht, M. & A. Roell., "Blockholdings in Europe: An international comparison," *European Economic Review*, 1999
- Bencivenga, Valerie R. & Bruce D. Smith, "Financial Intermediation and Endogenous Growth," *Review of Economic Studies*, Vol. 58, no. 2, (1991), pp. 195-209
- Berger, A.N. and D.B. Humphrey, "Efficiency of financial institutions: international survey and directions for future research", *European Journal of Operational Research* Vol. 98, (1997), pp. 175-212
- Berger, Suzanne & Ronald Dore, (eds.) *National Diversity and Global Capitalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996
- Bernanke, Ben S. et al, "The financial accelerator in a quantitative business cycle framework." in Taylor, John & Michael Woodford, (eds.). *Handbook of Macroeconomics*, v. 1. North-Holland, (1999), pp. 1341-1393.
- Bernanke, B. S. and Gertler, M. (1995) 'Inside the black box: the credit channel of monetary policy transmission.' *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9 Issue 4, 27-48.
- Bugarin, Mirta N. S. & Roberto Ellery Jr., Roberto "Liquidity constraints and the behavior of aggregate consumption over the Brazilian business cycle." *Anais do XXIV Encontro Brasileiro de Econometria*, v. 1. SBE, Nova Friburgo, 2002
- Berthelemy, J.C. & Varoudakis, A. "Economic growth, convergent clubs, and the role of financial development," *Oxford Economic Papers*, No. 48, (1996), pp. 300-328
- Boyd, J. H. & B.D. Smith, "Capital market imperfections, international credit markets, and non-convergence," *Journal of Economic Theory*, Vol. 73, no. 2, (1997), pp. 335-364
- Bresnahan, T., "The Oligopoly Solution Concept is Identified." *Economic Letters*. Vol. 10, (1982), pp. 87-92.
- Bresser-Pereira, Luis C. & Yoshiaki Nakano, "Crescimento Econômico com Poupança Externa?" *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol. 23, no. 2/90, (2003), pp. 3-27
- Bresser Pereira, Luis C. & Yoshiaki Nakano. *The Theory of Inertial Inflation*. Boulder: Lynne Rienner, 1987
- Brimmer, A. "The Political Economy of Money: Evolution and Impact of Monetarism in the Federal Reserve System." *American Economic Review*., May 1972, pp. 344-352
- Burkhart, M., et.al. "Large shareholder monitoring and the value of the firm," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 112, (1996), pp. 693-728.
- Brito, Ney O. & Helio Touriel. "Estrutura Empresarial e a Atuação do BNDE no Mercado de Capitais." *Revista de Administração*, Universidade de São Paulo, 1980
- Brunner, Karl and Allan H. Meltzer. *Money and the Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

- Byamugisha, Frank F.K. How land registration affects financial development and economic growth in Thailand. *Policy Research Working Paper* n.2241. Washington: The World Bank, 1999 (available at: <<http://www.worldbank.org/research/workpapers.nsf>>)
- Calderón, Alvaro & Casilda, Ramón. "La Estrategia de los Bancos Españoles en América Latina. Santiago," *Revista de la Cepal*, no. 70, (2000), pp. 71-89
- Cameron, Rondo. *Banking and Economics: Some Lessons of History*. New York: Oxford University Press, 1972
- Carvalho, F. J. C. "Financial Innovations and the Post Keynesian Approach to the Process of Capital Formation," *Journal of Post Keynesian Economics*, Vol. 19, no. 3, (1997)
- Caves, R. & M. Uekusa, *Industrial Organization in Japan*, Washington DC: Brookings Institution, 1976
- Carlin, Wendy & Colin Mayer, "How do Financial Systems Affect Economic Performance?" Said Business School Paper, 1999
- Central Bank of Brazil "Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro." 1999. Available at: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- Central Bank of Brazil, "Relatório de Juros e Spreads: avaliação de um ano de programa." Oct. 2000. Available at: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- Central Bank of Brazil, "Relatório de Juros e Spreads: avaliação de dois anos de programa." Oct. 2001. Available at: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- Cetorelli, N. & M. Gambera, "Banking Market Structure, Financial Dependence and Growth: International Evidence from Industry Data." *Journal of Finance*. Vol. 56, no. 2, (2001), pp 617-648
- Chenery, H. & Syrquin, M. *Patterns of development 1950-70*. Oxford: Oxford University Press, 1975
- Cheng, Benjamin. S. "Cointegration and causality between financial development and economic growth in South Korea and Taiwan," *Journal of Economic Development*, Vol. 24, no. 1, (1999), pp.23-38
- Chick, Victoria. *Macroeconomics after Keynes: A Reconsideration of the General Theory*, Cambridge, MA: MIT Press, 1983
- Chick, Victoria. "On the Structure of the Theory of Monetary Policy," in Currie, D. et al, (eds.), *Macroeconomic Analysis: Essays in Macroeconomics and Econometrics*, London: Croom Helm, 1981, pp. 178-208
- Chu, Victorio Y. T. & Márcio I. Nakane, "Credit Channel without the LM Curve," Central Bank of Brazil Working Paper, 20, May 2001
- Cintra, Marcos A. M. "Uma Visão Crítica da Teoria da Repressão Financeira." Masters Dissertation, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1993
- Claessens, S., et al, "How Does Foreign Entry Affect Domestic Banking Markets?" *Journal of Banking and Finance*, Vol. 25, (2001), pp. 891-911.
- Clague, Christopher et al, "Contract-intensive money: contract enforcement, property rights, and economic performance," *Journal of Economic Growth*, Vol. 4, (1999), pp. 185-211
- Clapham, J.H. *The Economic Development of France and Germany, 1815-1914*, Cambridge: Cambridge University Press, 1936

- Clarida, R. et al, "The Science of Monetary Policy: A New Keynesian Perspective," *Journal of Economic Literature* 37 (December 1999), pp. 1661-1707
- Clarida, R. H. "International capital mobility, public investment and economic Growth," National Bureau of Economic Research Paper 4.506, October 1993
- Clark, William R. & Mark Hallerberg, "Mobile Capital, Domestic Institutions, and Electorally Induced Monetary and Fiscal Policy." *American Political Science Review*, Vol. 94., June 2000, pp. 323-346
- Cysne, R. & S.G. Costa "Dos Reflexos do Plano Real sobre o Sistema Bancário Brasileiro," Rio de Janeiro: EPGE-FGV Discussion Paper, 1996
- Cysne, Rubens P. "Imposto Inflacionário e Transferências Inflacionárias," *Revista de Economia Política*, Vol 14, no. 3, (1994), pp.
- Cysne, Rubens P. "Contabilidade com Juros Reais, Déficit Público e Imposto Inflacionário," *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 20, no. 1, April 1990, pp.
- Darrat, A. F. "Are financial deepening and economic growth causality related? Another look at the evidence," *International Economic Journal*, Vol. 13, no. 3, (1999), pp. 19-35
- Deeg, Richard. *Finance Capitalism Unveiled: Banks and the German Political Economy*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999
- De Gregorio, J. & P. Guidotti, "Financial development and economic growth," *World Development*, Vol. 23, no. 3, (1995), pp.433-448
- Demetriades, P. O. & K. A. Hussein, "Does financial development cause economic growth? Time series evidence from 16 countries," *Journal of Development Economics*, Vol. 51, (1996), pp. 387-411
- Demirguc-Kunt, A. and V. Maksimovic "Law, finance and firm growth," *Journal of Finance*, Vol. 53, (1998), pp. 2107-2137
- Dewatripont, M. & E. Maskin, "Credit efficiency in centralized and decentralized economies," *Review of Economic Studies*, Vol. 62, (1995) pp. 541-555.
- Dobson, W. and P. Jacquet, *Financial Services Liberalization in the WTO*, Institute for International Economics, 1998.
- Dornbusch, Rudiger. (ed.) *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 1991
- Edwards, J. & S. Ogilvie "Universal banks and German industrialization: a Reappraisal," *Economic History Review*, Vol. 49, (1996), pp. 427-446
- Edwards, Sebastian. "Capital mobility and economic performance: are emerging economies different?" National Bureau of Economic Research Paper 8.076, January 2001.
- Edwards, Sabastian, ed. *Capital Flows and the Emerging Economies: Theory, Evidence, and Controversies*. Chicago: University of Chicago Press, 2000
- Eichengreen, Barry. *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton: Princeton University Press, 1998
- Eichengreen, Barry. *Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1918-1939*. New York: Oxford University Press, 1992
- Engle, R.F. & C.W.J. Granger (eds), *Long-run Economic Relationships*, Oxford: Oxford University Press, 1991

- Fama, E.. "What's Different about Banks?" *Journal of Monetary Economics*, Vol. 15, no.1, (1985), pp. 29-39.
- Feldstein, M. "Domestic Savings and International Capital Flows," *Economic Journal*, Vol. 90, no. 358, (1980), pp. 314-29
- Ferreira, Afonso H. B. "Testes de Granger: causalidade para a balança comercial brasileira." *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 47, no. 1, (1993), pp.83-95
- Ferreira, Pedro C. & Thomas G. Malliagos, "Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil – 1950/95." *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 28, no. 2, (1998), pp. 315-37
- Ferreira, Pedro C. Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 26, no. 2, (1996), pp.231-52
- Filho, Ailton C. "A Controvérsia dos Conglomerados Financeiros: O Caso do Brasil." *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*. Vol. 6, No. 18, Sept-Dec. 1980
- FIPE-USP. *Sistema Financeiro Nacional. Diagnósticos e Sugestões para Reforma*. São Paulo, FIPE-USP, 1991
- Fischer, Stanley. *Indexing, Inflation, and Economic Policy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986
- Fohlin, C. "Financial system structure and industrialization: reassessing the German experience before World War I." Social Science Working Paper No. 1028, (1998), California Institute of Technology
- França, Paulo. "A "Conta-Movimento" entre o Banco Central e o Banco do Brasil." in *Conjuntura Econômica*. Vol. 40, No. 3, March 1986
- Franks, J. & C. Mayer, "Ownership and control in Europe," in Newman, P. ed. *The New Palgrave Dictionary of Economics and the Law*, London: Macmillan, 1998, pp.
- Freiden, Jeffrey. "Invested Interests: the Politics of National Economic Policies in a World of Global Finance." *International Organization* Vol. 45 No. 4, 1991, pp. 524-541
- Freidman, Milton. (ed.) *Studies in the Quantity Theory of Money*. Chicago: University of Chicago Press, 1956
- Freitas, Maria C.P.A. "Natureza Particular da Concorrência Bancária e seus Efeitos sobre a Estabilidade Financeira," *Economia e Sociedade*, Campinas, IE/Unicamp, no. 8, (1997), pp. 51-83
- Freixas, Xavier & Jean-Charles Rochet. *Microeconomics of Banking*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997
- Ffrench-Davis, R. *Reforming the Reforms in Latin America: Macroeconomics, Trade, Finance*, London: Macmillan/Palgrave, 2000
- Fry, Maxwell J. *Money, Interest, and Banking in Economic Development*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988
- Frydman, Roman, et al, "Private Ownership and Corporate Performance: Evidence from the Transition Economies," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 114, (1999), pp. 1153-1192
- Garcia, Márcio G. P. "O financiamento à infra-estrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado," *Revista de Economia Política*, Vol. 16, no. 3/63, (1996), pp. 5-19
- Garrett, Geoffrey. *Partisan Politics in the Global Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998

- Gerschenkron, A. *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962
- Giannico, Maíra. "O Crédito Bancário no Plano Real (1994-1997)," Masters Dissertation, PUC-SP, 2000
- Greenwood, J. & B. Jovanovic, "Financial Development, Growth, and the Distribution of Income", *Journal of Political Economy*, Vol. 98, no. 5, (1990), pp. 1076-1107
- Grilli, Vittorio, et al, "Political and Monetary Institutions and Public Financial Policies in the Industrial Countries." *Economic Policy* Vol. 13, October 1991, pp. 341-392
- Gudin, Eugênio. *Inflação, Crédito e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Agir, 1956
- Gudin, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (vol. 1, 1946) Agir (vol.2, 1956)
- Haddad, Claudio L.S. *Crescimento do Produto Real no Brasil, 1900-1947*. Rio de Janeiro, FGV, 1978
- Haddad, Claudio L.S. *As Operações com Títulos Públicos Federais e a Execução da Política Monetária*. São Paulo: Adeval, 1982
- Haggard, Stephan, et al, (eds.) *The Politics of Finance in Developing Countries*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993
- Hall, Peter & David Soskice, *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001
- Hall, Peter & Rosemary Taylor. "Political Science and the Three New Institutionalisms." *Political Studies*. Vol. 44, 1996, pp. 936-57
- Hallsten, K. "Bank loans and the transmission mechanism of monetary policy," Stockholm: Sveriges Riksbank Working Paper No. 73, 1999
- Hellman, Thomas et al, "Liberalization, Moral Hazard in Banking, and Prudential Regulation: Are Capital Requirements Enough?" *The American Economic Review*. Vol. 90. No. 1, (2000), pp. 147-64
- Hennings, Katherine and Fernando A. S. Rocha. 2002. *Sistema Bancário Nacional: Evolução a partir de junho de 1994* (National Banking System: Evolution since June 1994), forthcoming in Central Bank of Brazil Technical Notes.
- Herman, J. & Studart, R. "O Desenvolvimento Financeiro e o Processo de Integração Financeira no Mercosul: tendências e perspectivas" in: Baumann, R. (ed.). *Mercosul Avanços e Desafios da Integração*. Brasília: IPEA e CEPAL, 2001, pp. 397-438.
- Hermes, N. "Financial Development and Economic Growth: A Survey of the Literature", *International Journal of Development Banking*, Vol. 12, no. 1, (1994), pp. 3-22
- Hibbs, Douglas. "Political Parties and Macroeconomic Policy." *American Political Science Review*. Vol. 71, (1977), pp. 1467-1487
- Higashi, Hermes et al, "Modelos evolucionistas de crescimento endógeno," *Revista de Economia Política*, Vol. 19, no. 4/76, (1999), pp.53-77
- Hoggarth, Glen et al. "Costs of Banking System Instability: Some Empirical Evidence," *Journal of Banking & Finance*, Vol. 26 (2002), pp. 825-855.

- Hollingsworth, Roger et al (eds.), *Governing Capitalist Economies*. New York: Oxford Press, 1994
- Holt, Robert & John E. Turner, *The Political Bases of Economic Development: An Exploration in Comparative Political Analysis*. Princeton: D Van Nostrand, 1966
- Hoshi, T., et.al., "The role of banks in reducing the costs of financial distress in Japan," *Journal of Financial Economics*, Vol. 27, (1990), pp. 67-88.
- Hubbard, R.G. "Is there a 'Credit Channel' for monetary policy?" NBER Working Paper No. 4977, 1994
- IIF- Institute of International Finance. *Capital Flows to Emerging Market Economies*, 2000. Available at: <<http://www.iif.org>>.
- Kashyap, A. K. & J.C. Stein, "Monetary policy and bank lending". In Mankiw, N. G., (ed.) *Monetary Policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1994
- Kennedy, W. *Industrial Structure, Capital Markets and the Origins of British Economic Decline*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987
- Kindleberger, Charles. *A financial history of western Europe*. London: George Allen & Unwin, 1984
- King, Robert & Ross Levine "Finance and Growth: Schumpeter Might be Right," *Quarterly Journal of Economics* Vol. 108, (1993), pp. 717-738.
- King, Robert. & R. Levine, "Finance, entrepreneurship and growth: Theory and evidence," *Journal of Monetary Economics*, Vol. 32, (1993), pp. 513-542
- Kirschner, Jonathan. *Currency and Coercion*. Princeton: Princeton University Press, 1995
- Kitschelt, Herbert et al. (eds.) *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- Knack, Stephen & Philip Keefer, "Institutions and Economic Performance: Crosscountry Tests Using Alternative Institutional Measures," *Economics and Politics*, Vol. 7, (1995), pp. 207-227
- Kornai, Janos, "Resource-constrained vs. Demand-constrained Systems," *Econometrica* Vol. 47, (1979), pp. 801-819
- La Porta, Rafael, et al, "The Quality of Government," *Journal of Law, Economics and Organization*. Vol. 15, (1999), pp. 222-279.
- La Porta, Rafael. et al, "Law and finance." *Journal of Political Economy*, Vol. 106, no. 6, (1998), pp. 1113-1155
- La Porta, Rafael, et al, "Legal Determinants of External Finance," *Journal of Finance* Vol. 52, (1997), pp. 1131-1150.
- Lees, Francis A et al. *Banking and Financial Deepening in Brazil*. New York: MacMillan, 1990
- Leff, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil: Estrutura e Mudança Econômica, 1822-1994*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991
- Leff, Nathaniel H. "Dependency Rates and Savings Rates," *American Economic Review*, Vol. 59, no, 5, (1968), pp. 886-96
- Leiderman, L. & Razin, A. (eds.). *Capital mobility: the impact of consumption, investment and growth*. Nova York: Cambridge University Press, 1994

- Levine, Ross, "Law, Finance, and Economic Growth," *Journal of Financial Intermediation*, (1999)
- Luintel, K.B. & M.A. Khan, "A quantitative reassessment of the finance-growth nexus: evidence from a multivariate VAR." *Journal of Development Economics*, Vol. 60, (1999), pp. 381-405
- Lukauskas, Arvid & Susan Minushkin, "Explaining Styles of Financial Market Opening in Chile, Mexico, S. Korea, and Turkey," *International Studies Quarterly*, Vol 44, No. 4, (2000), pp. 695-723
- Lynch, D. "Measuring Financial Sector Development: A Study Of Selected Asia-Pacific Countries", *Developing Economies*, Vol. 34, no. 1, (1996), pp. 3-33
- Lyons, S.E. & V. Murinde, "Cointegration And Granger-Causality Testing of Hypotheses On Supply-Leading And Demand-Following Finance", *Economic Notes*, Vol. 23, no. 2, (1994), pp. 308-316.
- Mahoney, Robert & Dieter Reuschmeyer, (eds.), *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003
- Maia, Geraldo. "Restructuring the Banking System - the Case of Brazil," BIS Policy Papers n. 6, 1999
- Malloy, James & Catherine Conaghan. *Unsettling Statecraft: Democracy and Neoliberalism in the Andes*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994
- Mangabeira, João. *Rui O Estadista da República* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943
- Mankiw, G. N. et al, "A contribution to the empirics of economic Growth," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 107, (1992), pp.407-37, 1992
- Manley, J. *The Politics of Finance*. Boston: Little Brown, 1971
- March, James & Johan Olsen, "New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life," *American Political Science Review*. Vol. 78 (1984), pp.724-749
- March, James & Johan Olsen, *Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics*. New York: Free Press, 1989.
- Maxfield, Sylvia & Benn R. Schneider, (eds), *Business and the State in Developing Countries*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997
- Mettenheim, Kurt von, and James Malloy, eds. *Deepening Democracy in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998
- Mettenheim, Kurt von (ed.), *Presidential Institutions and Democratic Politics: Comparing Regional and National Contexts*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997
- Miron, J. A., et al. "Historical perspectives on the monetary transmission mechanism," in Mankiw, N. G., (ed.) Chicago: University of Chicago Press, 1994, pp.
- Moore, Barrington. *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1966
- Murinde, V. & F. S. H. Eng, "Financial Development and Economic Growth In Singapore: Demand-Following Or Supply-Leading?" *Applied Financial Economics*, Vol. 4, no. 6, (1991), pp. 391-404.
- Myrdal, Gunnar. *Asian Drama*, New York: Pantheon, 1968

Naím, M. "Latin America: the second stage of reform." *Journal of Democracy*, Vol. 5, no. 4, (1994), pp.

Nakatani, I., "The role of financial corporate groupings," in M. Aoki (ed), *Economic Analysis of the Japanese Firm*, New York: North Holland, 1984

Nordhaus, W. T. "The Political Business Cycle" *Review of Economics Studies*, 1975

Paula, Antônio de. "Comportamento dos Bancos em Alta Inflação: teoria experiência brasileira recente." Doctoral Dissertation, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1997

Peek, J. & Rosengreen, E. S. "Implications of the Globalization of the Banking Sector: the Latin American Experience." *New England Economic Review*, (2000), pp. 45-62, Sept./Oct. 2000

Pérez, Sofia A. "Systemic Explanations, Divergent Outcomes: The Politics of Financial Liberation in France and Spain," *International Studies Quarterly*, 42, 1998, pp. 755-784

Pierson, Paul & Theda Skocpol. "Historical Institutionalism in Contemporary Political Science." In Katznelson, Ira & Helen Milner, (eds). *The State of the Discipline*. New York: W.W. Norton, 2002

Pinheiro, Armando C. "Uma Agenda Pós-Liberal de Desenvolvimento para o Brasil," IPEA Discussion Paper 989, October 2003

Pinheiro, A. C., & A. Moura. "Segmentation and the use of information in Brazilian credit markets." In: Miller, M. (ed.). *Credit reporting systems and the international economy*. MIT Press, 2003

Pivetti, Massimo. *An Essay on Money and Distribution*. London: Macmillan, 1991

Polanyi, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. New York: Rinehart & Co. 1944

Prebisch, Raul. "The economic development of Latin America and its principal problems." *Economic Bulletin for Latin America*, Vol. 7, 1950

Quin, Dennis. "The correlates of change in international financial regulation," *American Political Science Review*, Vol. 91 no. 3, Sept. (1997), pp. 531-551.

Rajan, R., & Zingales, L. "Financial dependence and growth." *American Economic Review*, Vol. 71, no. 3, (1998), pp. 559-586

Rhoades, S.A., "Welfare loss, redistribution effect, and restriction in output due to monopoly in banking", *Journal of Monetary Economics*, Vol. 9, (1982), pp. 375-87

Rigolon, Francisco J. Z. "O investimento em infra-estrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado." *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 28, no. 1, (1998), pp.129-58

Riker, William. "Implications from the Disequilibrium of Majority Rule for the Study of Institutions." *American Political Science Review* Vol. 74, 1980, pp. 432-46

Roberts, Richard & David Kynaston, *The Bank of England: Money, Power, and Influence, 1694-1994*. Oxford: Clarendon Press, 1995

Robinson, Joan. *The rate of interest and other essays*, London: Macmillan, 1952

Rogers, Colin. *Money, interest, and capital: A study in the foundations of monetary theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

- Romer, Christina D. & David H. Romer "Federal Reserve Private Information and the Behavior of Interest Rates" *American Economic Review*, June 2000
- Schumpeter, J. *Theory of Economic Development*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1912
- Shaffer, S. "Competitiveness in Banking," *The New Palgrave Dictionary of Money and Finance*. London: Macmillan Press, 1992, pp. 414-416
- Shaw, E.S. *Financial deepening in economic development*, New York: Oxford University Press, 1973
- Shleifer, Andrei, "State vs. Private Ownership," *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 12, (1998), pp. 133-150
- Shleifer, Andrei & Robert Vishny, "Politicians and Firms," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 109, (1994), pp. 995-1025
- Sims, C.A. "Money Income and Causality", *American Economic Review*, Vol. 62, (1972), pp. 540-552.
- Singer, H. "The distribution of gains between investing and borrowing countries." *American Economic Review*, Vol. 40, (1950), pp.
- Sinn, Hans Werner. *The German State Banks*. Cheltenham, England: Edward Elgar, 1999
- Smoth, William et al. (eds), *Latin American Political Economy in the Age of Neoliberal Reforms*. Brunswick, NJ: Transaction, 1994
- Sobel, Andrew. *State Institutions, Private Incentives, Global Capital*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1999
- Sola, Lourdes, (ed.), *Estado, Mercado e Democracia: Política e Economia Comparadas*. São Paulo, Paz e Terra, 1993
- Solow, Robert. "A contribution to the theory of economic growth," *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 70, no. 1, Feb. (1956), pp. 65-94
- Stern, Nicholas. The economics of development: a survey. *Economics Journal* Vol. 99 no. 397, (1989), pp. 597-685
- Studart, Rogerio. "Pension Funds and the Financing of Productive Investment: an Analysis Based on Brazil's Recent Experience," Series: *Financiamiento del Desarrollo*, no. 102, ECLAC, Development Finance Unit, International Trade and Development Finance Division, Santiago, Chile: August 2000.
- Studart, Rogerio. *Investment Finance in Economic Development*. London: Routledge, 1995
- Studart, Rogerio. "O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional," *Revista de Economia Política*, Vol. 13, no. 1, (1993), pp. 101-18
- Sturzenegger, F. & M. Tommasi (eds.), *The Political Economy of Reform*, Cambridge, MA: MIT Press, 1998
- Suplicy, Eduardo M. "Renda Básica: A Resposta Está Sendo Soprado pelo Vento," *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol. 23, no. 2/90, pp. 47-62

- Tavares, Maria C. "O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente." In BELLUZZO, L.G.M. e L. Coutinho, eds. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- Tavares, Maria C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972
- Triner, Gail D. "Banking, economic growth and industrialization: Brazil, 1906-30," *Revista Brasileira de Economia*. Vol.50, no.1, (1996), pp. 135-53
- Van Parijs, Philippe. *Real Freedom for All: What (if Anything) Can Justify Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1995
- Veblen, Thorsten. "Captains of finance and the engineers," *Dial*, June (1919).
- Vives, X., "Competition in the Changing World of Banking." *Oxford Review of Economic Policy* Vo. 17, no. 4, (2001), pp. 535-547
- Weinstein, D. and Y. Yafeh (1998), "On the costs of a bank centred financial system: Evidence from the changing main bank relationships in Japan," *Journal of Finance*, Vol. 53, (1998), pp. 635-672
- Welch, John H. *Capital Markets in the Development Process: The Case of Brazil* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993
- WTO, *Opening Markets in Financial Services and the Role of GATS*, World Trade Organization, 1997.
- Wurgler, Jeffrey, "Financial Markets and the Allocation of Capital," *Journal of Financial Economics*, (2000).
- Yanelle, M.O., "Banking Competition and Market Efficiency," *The Review of Economic Studies*. Volume 64, Issue 2, (1997), pp. 215-239.
- Yeyati, Eduardo L. & Alejandro Micco, "Banking Competition in Latin America," Paper presented to the First Meeting of the Latin American Competition Forum, Paris, (OECE/IADB) April, 2003
- Young, Alwyn, "The Tyranny of Numbers: Confronting the Statistical Realities of East Asian Growth Experience," *Quarterly Journal of Economics* Vol. 110, (1995), pp. 641-680
- Zahler, Roberto. "The Efficiency of the Financial System, Liberalization and Economic Development," *Journal of Post Keynesian Economics*, Vol. 18, no. 2, (1995), pp. 265-289
- Zysman, John, *Governments, Markets, and Growth*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL DO TRABALHO

- Banco Central do Brasil. **Relatório Educacional**. 4ª edição. Brasília, 2004.
- Banco Central do Brasil. **Memória do Departamento Econômico**. 2ª edição. Brasília, 2001.
- BERK, T., LEVINE, R. e LOAYZA, N. **Finance and the sources of growth**. Washington: The

BENCIVENGA, Valerie R. & SMITH, Bruce D: Financial Intermediation and Endogenous Growth. **Review of Economic Studies**, Washington, Vol. 58, nº2, pp. 195-209, Dezembro de 1999.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 9ª edição. São Paulo: Campus, 2004.

BRUE, Stanley L.: **História do Pensamento Econômico**. Tradução da 6ª edição norte americana por Luciana Penteado. São Paulo: Thompson Learning, 2005.

BUSSAB, W. & MORETTIN, P. **Estatística Básica**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

KOTLER, P. & REIN, I. **Marketing Público**. 5ª edição. EUA: Makron Books, 1995.

MANKIW, Gregory N.: **Introdução à Economia: princípios básicos de Microeconomia e Macroeconomia**. Tradução da 2ª edição norte americana por Mª José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001

MARX, Karl: **O Capital – VI**. Tradução da 4ª edição alemã por Ronaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. , 1970

METTENHEIM, Kurt Von. **Financial Statecraft**. São Paulo: FGV, 2007

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SIMONSEN, Mario & CYSNE, Rubens: **Macroeconomia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

WOOLDRIDGE, Stanley: **Introdução à Econometria: Uma abordagem Moderna**. Tradução da 2ª edição norte americana por Rogério César de Souza. São Paulo: Thompson Learning, 2007

6. ANEXOS

Relatório I: A teoria da moeda endógena

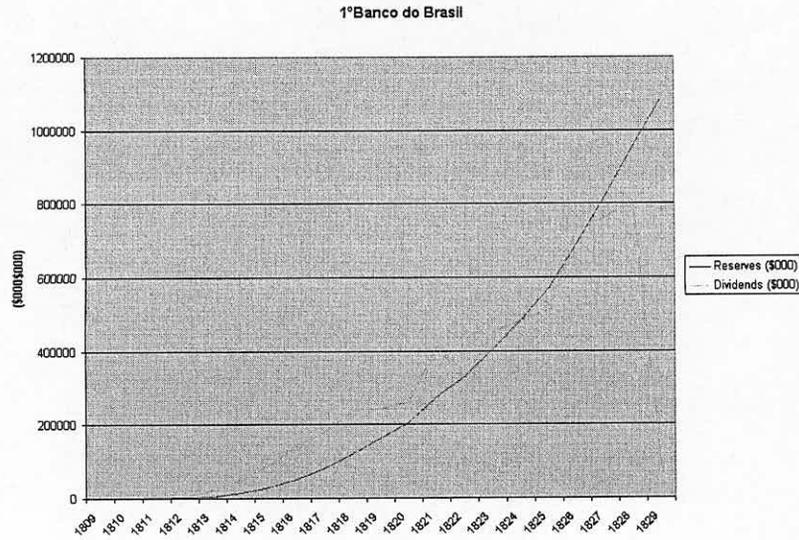
Segundo as teorias macroeconômicas, um mercado financeiro estará em equilíbrio somente quando a quantidade de moeda ofertada pelo Governo, mais especificamente Banco Central, for igual a quantidade demandada pela população, em forma de consumo. A partir daí, não é difícil concluir que as decisões de política monetária são absolutamente fundamentais na estabilidade financeira do país. O problema, porém, é que o Banco Central tem o controle apenas do estoque nominal de moeda (M), mas o estoque real (M/P , onde M = oferta monetária e P = preço) é influenciado por muitos outros fatores, como o preço de um produto. Por mais que o BC determine que a oferta de moeda será X , se neste mesmo período o preço da cesta básica, por exemplo, subir 10%, isso quer dizer que os consumidores terão que gastar mais 10% da renda que detêm, o que gera uma diminuição de 10% no estoque real de moeda. Este raciocínio evidencia o efeito da política monetária na demanda agregada.

Quando aprendemos macroeconomia aprendemos que dentre os axiomas básicos está o que afirma que a oferta de moeda é exógena, ou seja, ignoram-se os determinantes da oferta de moeda para conseguir concentrar nos efeitos e intensidades da trílice de determinantes: preço, emprego e renda. Desta forma, colocamos a responsabilidade da política monetária (e de seus efeitos) inteiramente sobre a autoridade econômica, sem levar em conta outros fatores que podem limitar estas ações.

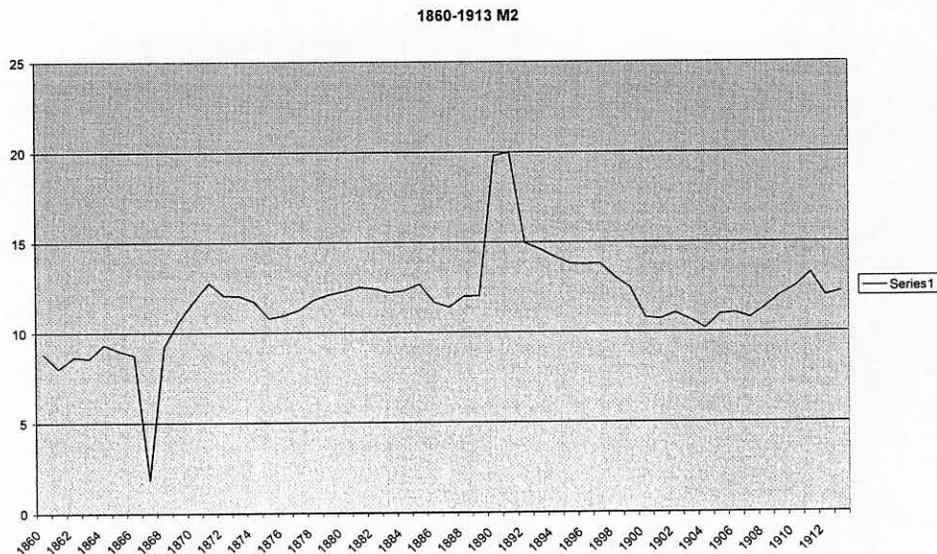
O que mostram os dados

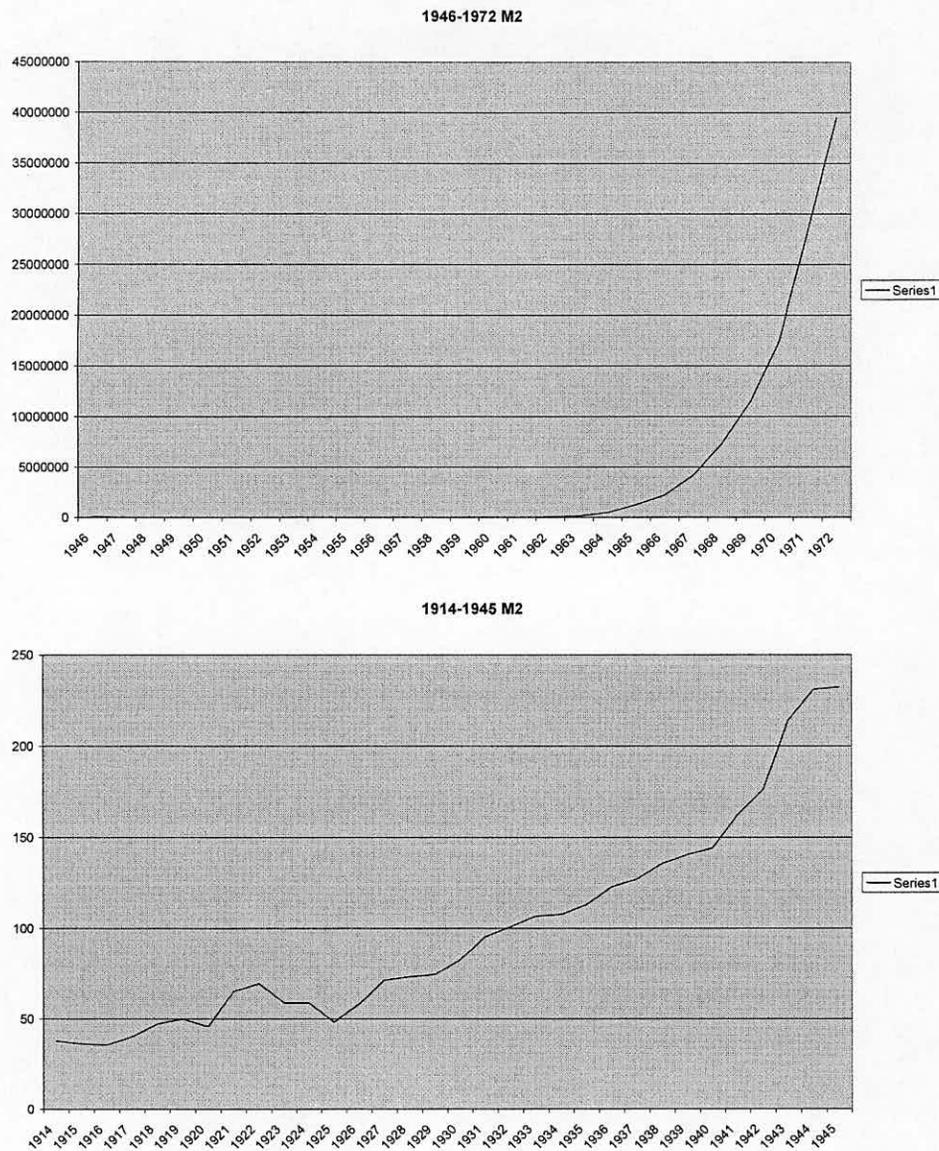
A hipótese da oferta de moeda exógena pressupõe uma política monetária ativa e por consequência um Banco Central autônomo. Como já mencionado anteriormente o caso brasileiro é cheio de anomalias e diferenças históricas que fazem com que nossa autonomia monetária seja questionada e a independência do Banco Central seja pauta de polêmicas acadêmicas.

Ao trabalharmos com os dados para o manuscrito do projeto "Financial Statecraft" algumas relações chamaram atenção. A primeira está relacionada à evolução da quantidade de papel moeda em circulação ou reserva monetária. Através das tabelas e gráficos encontrados no anexo ficou claro que, pelo menos até 1965, um dos mecanismos mais utilizados pelo Governo para financiar o déficit da balança de pagamento era a simples emissão de reservas, fossem elas em cruzados, cruzeiros ou prata. Este mecanismo, além de gerar um ciclo inflacionário, limita a ação da autoridade monetária que passa a agir de forma passiva já que não consegue ter o controle da oferta dos meios de pagamento.



O segundo ponto curioso está nos aumentos abruptos da dívida externa. É fácil de perceber que estes aumentos da dívida com o exterior acontecem em períodos de gastos governamentais muito grandes como os gastos com a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, os gastos com a transição republicana ou os gastos industriais da ditadura militar. Isso demonstra que o segundo mecanismo mais utilizado para financiar o déficit público é a contenção de empréstimos externos. O grande problema é que o aumento da dívida pública em dólar aumenta também a vulnerabilidade da base monetária, ou meios de pagamento em relação às mudanças nas reservas cambiais.





O que víamos era uma circularidade no processo inflacionário. O aumento dos preços (causado por um choque qualquer) gerava uma inflação, que gerava um aumento dos gastos governamentais, que era financiado com emissão de moeda, que aumentava a oferta monetária, que gerava mais inflação. Ou por pressuposto, o aumento dos preços, gerava uma inflação, que gerava um aumento dos gastos governamentais, que era financiado com empréstimos no exterior, que aumentava a vulnerabilidade da moeda nacional em relação a moeda estrangeira, que aumentava a inflação. Das duas maneiras, inflação gerava mais inflação.

Além de criar um processo inflacionário contínuo, estas ações influenciavam mais a quantidade de moeda em circulação do que a própria política monetária. Os dados empíricos refutam, então, a hipótese de moeda exógena para o caso brasileiro, já que a política monetária era sujeita ao déficit

fiscal. Foi assim que acabamos consolidando uma autoridade monetária enfraquecida, passiva e com muitos limitantes.

Relatório 2: Ministros das Finanças

Império

Dom João VI

11/03/1808 a 30/12/1816 Dom Fernando José de Portugal - II Marquês de Aguiar
30/12/1816 a 22/06/1817 Antônio de Araujo e Azevedo - Conde da Barca (Interino)
23/06/1817 a 28/11/1817 João Paulo Bezerra de Seixas
28/11/1817 a 25/02/1821 Thomaz Antonio de Villanova Portugal - Conde da Palma
26/02/1821 a 22/04/1821 Dom Diogo de Menezes - Conde de Louzã
22/04/1821 a 16/01/1822 Dom Diogo de Menezes - Conde de Louzã
16/01/1822 a 04/07/1822 Caetano Pinto de Miranda Montenegro - Marquês de Vila Real da Praia Grande
04/07/1822 a 07/09/1822 Martim Francisco Ribeiro de Andrada
07/09/1822 a 17/07/1823 Martim Francisco Ribeiro de Andrada

Dom Pedro I

17/07/1823 a 10/11/1823 Manoel Jacintho Nogueira da Gama - Marquês de Baependi
10/11/1823 a 13/11/1823 Sebastião Luís Tinoco da Silva
13/11/1823 a 21/11/1825 Mariano José Pereira da Fonseca - Marquês de Maricá
21/11/1825 a 20/01/1826 Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta - Marquês de Barbacena
20/01/1826 a 21/01/1826 Antonio Luiz Pereira da Cunha - Marquês de Inhambupe de Cima
21/01/1826 a 16/01/1827 Manoel Jacintho Nogueira da Gama - Marquês de Baependi
16/01/1827 a 20/11/1827 João Severiano Maciel da Costa - Marquês de Queluz
20/11/1827 a 15/06/1828 Miguel Calmon du Pin e Almeida - Marquês de Abrantes
16/06/1828 a 18/06/1828 José Clemente Pereira
18/06/1828 a 25/09/1828 José Bernardino Baptista Pereira de Almeida
25/09/1828 a 04/12/1829 Miguel Calmon Du Pin e Almeida - Marquês de Abrantes
04/12/1829 a 02/10/1830 Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta - Marquês de Barbacena
02/10/1830 a 03/11/1830 José Antonio Lisboa
03/11/1830 a 05/04/1831 Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque
05/04/1831 a 07/04/1831 Manoel Jacintho Nogueira da Gama - Marquês de Baependi

Dom Pedro II

07/04/1831 a 16/07/1831 José Ignácio Borges
16/07/1831 a 10/05/1832 Bernardo Pereira de Vasconcellos
07/05/1832 a 03/08/1832 Joaquim José Rodrigues Torres - Visconde de Itaboraí
03/08/1832 a 13/09/1832 Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque
13/09/1832 a 14/12/1832 Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
14/12/1832 a 02/06/1834 Cândido José de Araújo Vianna - Marquês de Sapucaí
02/06/1834 a 07/10/1834 Antonio Pinto Chichorro da Gama
07/10/1834 a 16/05/1837 Manuel do Nascimento de Castro e Silva
16/05/1837 a 19/09/1837 Manoel Alves Branco - II Visconde de Caravelas
19/09/1837 a 16/04/1839 Miguel Calmon Du Pin e Almeida - Marquês de Abrantes
16/04/1839 a 01/09/1839 Cândido Batista de Oliveira
01/09/1839 a 18/05/1840 Manoel Alves Branco - Visconde de Caravelas
18/05/1840 a 24/07/1840 José Antônio da Silva Maia
24/07/1840 a 23/03/1841 Martim Francisco Ribeiro de Andrada
23/03/1841 a 20/01/1843 Miguel Calmon Du Pin e Almeida - Marquês de Abrantes
20/01/1843 a 02/02/1844 Joaquim Francisco Viana
02/02/1844 a 02/05/1846 Manoel Alves Branco - Visconde de Caravelas

02/05/1846 a 17/05/1847 Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque -Visconde de Albuquerque
20/10/1847 a 18/11/1847 Manoel Alves Branco - Visconde de Caravelas
14/05/1848 a 31/05/1848 Antonio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de Abaeté
31/05/1848 a 18/08/1848 José Pedro Dias de Carvalho
18/08/1848 a 29/09/1848 Francisco de Paula Souza e Melo
29/09/1848 a 06/10/1848 Bernardo de Souza Franco - Visconde de Souza Franco (Interino) 06/10/1848 a 06/09/1853 Pedro de Araújo Lima - Marquês de Olinda
12/02/1853 a 06/09/1853 Joaquim José Rodrigues Torres - Visconde de Itaboraí
06/09/1853 a 12/01/1855 Honório Hermeto Carneiro Leão - Marquês de Paraná
12/01/1855 a 27/01/1855 Antonio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de Abaeté
27/01/1855 a 23/08/1856 Honório Hermeto Carneiro Leão - Marquês de Paraná
23/08/1856 a 04/05/1857 João Mauricio Wanderley - Barão de Cotegipe
04/05/1857 a 12/12/1858 Bernardo de Souza Franco - Visconde de Souza Franco
12/12/1858 a 10/08/1859 Francisco de Salles Torres Homem - Visconde de Inhomirim
10/08/1859 a 02/03/1861 Angelo Moniz da Silva Ferraz - Barão de Uruguaiana
02/03/1861 a 24/05/1862 José Maria da Silva Paranhos - Visconde do Rio Branco
24/05/1862 a 30/05/1862 José Pedro Dias de Carvalho
30/05/1862 a 08/04/1863 Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque -Visconde de Albuquerque
15/01/1864 a 31/08/1864 José Pedro Dias de Carvalho
31/08/1864 a 12/05/1865 Carlos Carneiro de Campos - III Visconde de Caravelas
12/05/1865 a 04/03/1866 José Pedro Dias de Carvalho
04/03/1866 a 07/03/1866 Francisco de Paula da Silveira Lobo
07/03/1866 a 03/08/1866 João da Silva Carrão
03/08/1866 a 16/07/1868 Zacarias de Góes e Vasconcellos
16/07/1868 a 29/08/1870 Joaquim José Rodrigues Torres - Visconde de Itaboraí
29/08/1870 a 07/03/1871 Francisco de Sales Torres Homem - Visconde de Inhomirim
07/03/1871 a 25/06/1875 José Maria da Silva Paranhos - Visconde de Rio Branco
25/06/1875 a 05/02/1878 João Mauricio Wanderley - Barão de Cotegipe
05/02/1878 a 13/02/1878 João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu
13/02/1878 a 08/02/1879 Gaspar da Silveira Martins
08/02/1879 a 28/03/1880 Affonso Celso de Assis Figueiredo - Visconde de Ouro Preto
28/03/1880 a 20/01/1882 José Antônio Saraiva
20/01/1882 a 03/07/1882 Martinho Álvares da Silva Campos
03/07/1882 a 24/05/1883 João Lustosa da Cunha Paranaguá - II Marquês de Paranaguá
24/05/1883 a 06/05/1885 Lafayette Rodrigues Pereira
06/05/1885 a 06/05/1885 Manuel Pinto de Sousa Dantas
06/05/1885 a 20/08/1885 José Antônio Saraiva
20/08/1885 a 10/03/1888 Francisco Belisário Soares de Souza
10/03/1888 a 07/06/1889 João Alfredo Corrêa de Oliveira
07/06/1889 a 15/11/1889 Affonso Celso de Assis Figueiredo - Visconde de Ouro Preto

República Velha

15/11/1889 a 21/01/1891 Ruy Barbosa
22/01/1891 a 04/07/1891 Tristão de Alencar Araripe
04/07/1891 a 23/11/1891 Henrique Pereira de Lucena - Barão de Lucena
26/11/1891 a 31/08/1892 Francisco de Paula Rodrigues Alves
31/08/1892 a 30/04/1893 Inocêncio Serzedelo Corrêa
30/04/1893 a 18/08/1894 Felisbello Firmo de Oliveira Freire
15/11/1894 a 20/11/1896 Francisco de Paula Rodrigues Alves
20/11/1896 a 15/11/1898 Bernardino José de Campos
15/11/1898 a 02/09/1902 Joaquim Duarte Murtinho
02/09/1902 a 15/11/1902 Sabino Alves Barroso Júnior
15/11/1902 a 15/11/1906 José Leopoldo de Bulhões Jardim
15/11/1906 a 14/06/1909 David Morethson Campista
14/06/1909 a 15/11/1910 José Leopoldo de Bulhões Jardim
15/11/1910 a 09/05/1913 Francisco Antônio de Salles
11/08/1913 a 15/11/1914 Rivadávia da Cunha Corrêa
15/11/1914 a 31/05/1915 Sabino Alves Barroso Júnior
08/07/1915 a 06/09/1917 João Pandiá Callógeras

06/09/1917 a 01/11/1918 Antonio Carlos Ribeiro de Andrada
15/11/1918 a 17/01/1919 Amaro Bezerra Cavalcânti de Albuquerque
17/01/1919 a 27/07/1919 João Ribeiro de Oliveira e Sousa
27/07/1919 a 15/11/1922 Homero Baptista
15/11/1922 a 02/01/1925 Rafael de Abreu Sampaio Vidal
02/01/1925 a 15/11/1926 Annibal Freire da Fonseca
15/11/1926 a 17/12/1927 Getúlio Dornelles Vargas
17/12/1927 a 24/10/1930 Francisco Chaves de Oliveira Botelho
25/10/1930 a 04/11/1930 Agenor Lafayette de Roure

1930-1964

04/11/1930 a 16/11/1931 José Maria Whitaker
16/11/1931 a 24/07/1934 Oswaldo Euclides de Souza Aranha
24/07/1934 a 29/10/1945 Artur de Souza Costa
29/10/1945 a 01/02/1946 José Pires do Rio
01/02/1946 a 15/10/1946 Gastão Vidigal
15/10/1946 a 21/10/1946 Onaldo Brancante Machado (Interino)
21/10/1946 a 10/06/1949 Pedro Luís Correa e Castro
10/06/1949 a 31/01/1951 Manoel Guilherme da Silveira Filho
01/02/1951 a 15/06/1953 Horacio Lafer
16/06/1953 a 24/08/1954 Oswaldo Euclides de Souza Aranha
25/08/1954 a 12/04/1955 Eugenio Gudín
13/04/1955 a 10/10/1955 José Maria Whitaker
11/10/1955 a 09/11/1955 Mário Leopoldo Pereira da Câmara
01/02/1956 a 24/06/1958 José Maria Alkimim
25/06/1958 a 03/06/1959 Lucas Lopes
04/06/1956 a 31/01/1961 Sebastião Paes de Almeida
01/02/1961 a 07/09/1961 Clemente Mariani Bittencourt
08/09/1961 a 26/06/1962 Walter Moreira Salles
12/07/1962 a 14/09/1962 Walter Moreira Salles
13/07/1962 a 29/07/1962 Francisco de Paula Brochado da Rocha
18/09/1962 a 22/01/1963 Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho
23/01/1963 a 20/06/1963 Francisco Clementino de San Tiago Dantas
21/06/1963 a 19/12/1963 Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto
20/12/1963 a 03/04/1964 Ney Neves Galvão

Governo Militar

15/04/1964 a 16/03/1967 Octavio Gouvêa de Bulhões
17/03/1967 a 15/03/1974 Antônio Delfim Netto
16/03/1974 a 15/03/1979 Mário Henrique Simonsen
16/03/1979 a 17/01/1980 Karlos Heinz Rischbieter
18/01/1980 a 14/03/1985 Ernane Galvêas

Transição para a República Nova

15/03/1985 a 26/08/1985 Francisco Oswaldo Neves Dornelles
26/08/1985 a 29/04/1987 Dilson Domingos Funaro
29/04/1987 a 21/12/1987 Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira
06/01/1988 a 15/03/1990 Maílson Ferreira da Nóbrega
15/03/1990 a 10/05/1991 Zélia Maria Cardoso de Mello
10/05/1991 a 02/10/1992 Marcílio Marques Moreira
02/10/1992 a 16/12/1992 Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho
16/12/1992 a 01/03/1993 Paulo Roberto Haddad
01/03/1993 a 19/05/1993 Eliseu Resende
19/05/1993 a 30/03/1994 Fernando Henrique Cardoso
30/03/1994 a 06/09/1994 Rubens Ricupero
06/09/1994 a 31/12/1994 Ciro Ferreira Gomes
01/01/1995 a 31/12/2002 Pedro Sampaio Malan
01/01/2003 a 27/03/2006 Antonio Palocci Filho
27/03/2006 a Guido Mantega

Relatório 3: Perfil dos Ministros

Império

Dom João VI

11/03/1808 a 30/12/1816

Dom Fernando José de Portugal - II Marquês de Aguiar
(Lisboa/Portugal - 04.12.1752 Rio de Janeiro - 24.01.1817)

Acumulou os cargos de Ministro dos Negócios do reino, Presidente do Erário Régio e Ministro Assistente ao Despacho. Destacam-se como as principais providências de natureza administrativa e financeira: a criação do Erário Régio e o Conselho de Fazenda; permissão livre do estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil, quebrando o monopólio de D. Maria I (de 1785); instituição do imposto de 400 réis por arroba sobre todo o tabaco de corda do consumo da Bahia e sobre o que entrasse na Alfândega do Rio; criação do imposto da décima dos prédios urbanos; proibição do curso do ouro em pó, como moeda; criação do Banco do Brasil; criação do imposto de sisa e meia sisa. Referendou ainda, os seguintes Decretos e Alvarás: o que mandou extinguir o Banco do Troco das Barras de Ouro; o que estabeleceu um imposto sobre seges, lojas e embarcações, para fundo do capital do Banco do Brasil; o que regulou o lançamento e cobrança da décima dos prédios urbanos; o da regulamentação da administração das obras do Porto do Recife, PE, cobrando o direito de 80 réis por tonelada em cada navio de coberta que entrasse naquele Porto, a fim de ser aplicado nas obras; o que dispôs sobre as administrações das heranças no Brasil.

30/12/1816 a 22/06/1817

Antônio de Araujo e Azevedo - Conde da Barca (Interino)
(Ponte de Lima/Portugal - 14.05.1754 Rio de Janeiro - junho 1817)

Fez seus estudos de Humanidades no Porto, partindo depois para Coimbra, não chegando a concluir o Curso de Filosofia; voltando ao Porto se dedicou às Matemáticas e aos estudos históricos. Tendo viajado pela Alemanha, em 1799, ali estudou Ciências e Literatura alemã. Enviado Extraordinário às Cortes de Haia e S. Petersburgo e Ministro Plenipotenciário junto à República Francesa nos anos 1795, 1797 e 1801; Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em Lisboa, em 1804; Ministro do Reino, em 1806; Conselheiro de Estado; Presidente do Tribunal da Junta do Comércio; exerceu as funções de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, no Brasil, em 1814, com a morte do Conde das Galvêas. Teve de ocupar, ao mesmo tempo, todas as pastas do governo, com a morte do Marquês de Aguiar. Como Ministro da Fazenda referendou os seguintes atos: Alvará que concedia as dívidas do Banco do Brasil o privilégio executivo para serem cobradas como dívidas fiscais; o que criava uma Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Departamento da Ilha de Santa Catarina; o que mandava proibir nas Alfândegas os leilões das mercadorias inglesas.

Organizou na Vila de Ponte Lima uma Sociedade Econômica dos Amigos do Bem Público; Sócio da Academia de Ciências de Lisboa; fundador no Rio de Janeiro da Sociedade de Animação à Indústria e Mecânica (1808); criou a Real Academia de Belas Artes em agosto de 1816.

23/06/1817 a 28/11/1817

João Paulo Bezerra de Seixas
(Portugal - 27.06.1756 Rio de Janeiro - 29.11.1817)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado Ouvidor da Comarca de Vila Rica, tomando posse em 18 de outubro de 1790. Restabeleceu a Alfândega na Vila da Parnaíba da Capitania do Piauí e criou a da Capitania de Alagoas.

28/11/1817 a 25/02/1821

Thomaz Antonio de Villanova Portugal - Conde da Palma
(Lisboa/Portugal - 1755 Lisboa/Portugal - 16.05.1839)

Formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho do Rei D. João VI; depois de exercer diversos lugares na magistratura, chegou ao de Desembargador do Paço, no Rio de Janeiro e foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios dos Reino (1818). Como Ministro da Fazenda expediu decretos para determinar que os empregados do Real Erário, antes de começar o

trabalho assistissem à missa na Capela da Repartição; mandou observar o privilégio da Fazenda Real na cobrança das dívidas do Banco do Brasil; criou na Capitania de Mato Grosso uma Alfândega do Rio; criou uma Alfândega no porto de Vila Vitória e uma na cidade de Natal. Criou no Rio de Janeiro a Academia de Artes (1820).

26/02/1821 a 22/04/1821

22/04/1821 a 16/01/1822

Dom Diogo de Menezes - Conde de Louzã

(Portugal – 1788 1878)

A partir de sua nomeação, todos os demais titulares da pasta foram nomeados com a designação expressa de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Foi reduzido o ordenado dos Ministros de Estado, tendo em vista a necessidade de economias severas; mandando cobrar o imposto de 8 réis por pipa de aguardente de consumo, fosse nacional ou estrangeira. O Erário Régio passou a denominar-se Tesouro Público do Rio de Janeiro e estabelecida a forma de administração das Províncias do Brasil; criou-se no Rio de Janeiro uma Junta de Fazenda, com as mesmas atribuições das demais Províncias. Continuou como Ministro durante a Regência do Príncipe Dom Pedro.

16/01/1822 a 04/07/1822

Caetano Pinto de Miranda Montenegro - Marquês de Vila Real da Praia Grande

(Lamego/Portugal - 16.09.1748 Rio de Janeiro - 11.01.1827)

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Intendente do Ouro no Rio de Janeiro (1791-1798); governou as Capitanias de Mato Grosso e Pernambuco. Desembargador do Paço, tendo se aposentado como Presidente da Mesa. Com passagem pelo Juizado da Alfândega. Fundou o Ministério da Justiça. Foi de carreira militar. Permaneceu como Ministro da Fazenda por alguns meses. Quando faleceu era Senador por Mato Grosso.

04/07/1822 a 07/09/1822

07/09/1822 a 17/07/1823

Martim Francisco Ribeiro de Andrada

(Santos/SP – 1775 São Paulo/SP - 23.02.1844)

Formado em Matemática e Doutorado em Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serviu em 1821 como Secretário do Governo Provisório. Ao assumir o posto de Ministro da Fazenda enfrentou difícil situação econômico-financeira, agravada com o retorno de D. João VI e a Corte, que decidiu levar para Portugal todos os valores existentes no Erário Régio e no Banco do Brasil. Ocorrendo a Proclamação da Independência, Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, permaneceu no cargo, tornando-se, assim, o primeiro Ministro da Fazenda do Brasil independente. Lançou um empréstimo interno para enfrentar a situação e organizou o parêlho fiscal, criando a Administração das Rendas Públicas. Voltou a ocupar a pasta em 1840, no início do Segundo Reinado, quando também era difícil a situação do País. Confiante na recuperação da economia, apelou para o recurso do empréstimo externo, a fim de cobrir a falta de recursos, resultante do déficit que se verificava nas contas nacionais.

Dom Pedro I

17.07.1823 – 10.11.1823

21.01.1826 – 16.01.1827

05.04.1831 – 07.04.1831

Manoel Jacintho Nogueira da Gama - Marquês de Baependi

(* São João del Rei-MG - 08.09.1765 † Rio de Janeiro - 15.02.1847)

Formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Marechal-de-Campo reformado; pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado. Nomeado em 1791 Lente Substituto de Matemática da Real Academia de Marinha de Lisboa, onde lecionou até 1801. Após ser promovido a Capitão-de-Fragata foi transferido para o Corpo de Engenheiros em 1803. Ao ser criado o Erário Régio, em 1808, designaram-no para as funções de Escrivão, e nessa qualidade apresentou um plano

sobre os melhoramentos exigidos para a cobrança de rendas e fiscalização da despesa, aprovado por D. João VI. Exerceu funções no Conselho de Fazenda e, em 1823, passou a Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro, demitindo-se do mesmo três meses depois, não concordando com a dissolução da Assembléia Constituinte. Ocupou a pasta da Fazenda novamente em 1826 e, após ter participado, como Ministro da Fazenda, no Gabinete dos Medalhões, em 1831, retirou-se da vida pública. Ao Marquês de Baependi coube a iniciativa de um projeto de criação do montepio geral para as famílias brasileiras. Senador pela Província de Minas Gerais, ocupando a Presidência em 1838.

10/11/1823 a 13/11/1823

Sebastião Luís Tinoco da Silva

(Viana/Portugal - 03.08.1758 Rio de Janeiro - 11.06.1839)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Juiz de Fora em campos (1803); Juiz em Macaé; Desembargador; Juiz da Chancelaria e Agravista da Casa de Suplicação; Desembargador do Paço. Veio para o Brasil, e em 1821, foi nomeado Fiscal do Erário Régio. Em 1822, por apenas três dias, ocupou a pasta da Justiça, tendo sido também, membro do Ministério que substituiu o Gabinete da Independência. Foi convidado para Ministro da Fazenda em 1823, mas só permaneceu no cargo por três dias, pedindo exoneração por se negar a assinar o decreto que dissolvia a Constituinte. Nesse mesmo ano, subindo o Gabinete chefiado pelo Marquês de Olinda, foi chamado para titular da Justiça. Senador pela Província de Minas, cargo que desempenhou até a sua morte.

13/11/1823 a 21/11/1825

Mariano José Pereira da Fonseca - Marquês de Maricá

(Rio de Janeiro - 18.05.1773 Rio de Janeiro - 16.09.1848)

Formado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Senador pela Província do rio de Janeiro; Conselheiro de Estado; pertenceu ao Conselho do Imperador; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Membro da Junta de Comércio; Censor Régio da Imprensa ; Administrador Tesoureiro da Fábrica de Pólvora e um dos administradores da Imprensa Régia. Foi também, um dos colocadores da Constituição do Império. Em 1823 assumiu a pasta da Fazenda numa fase bastante difícil, pois os meios financeiros escassos dificultavam a consolidação interna da independência. Realizou na Inglaterra o primeiro empréstimo externo do Governo brasileiro, no valor de três milhões de libras esterlinas, com hipoteca de rendas aduaneiras. Foram designados negociadores do Brasil, em Londres, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e horta e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa. Por sua proposta, foi nomeada uma Comissão para examinar o estado da Fazenda Pública do Império, firmar e consolidar o seu crédito e fundar a Dívida Nacional, a qual teve como presidente o Marquês de Barbacena, nomeado, posteriormente, Ministro da Fazenda.

20.01.1826 – 21.01.1826

Antonio Luiz Pereira da Cunha - Marquês de Inhambupe de Cima

(* BAHIA – 06.04.1760 † RIO DE JANEIRO – 18.09.1837)

Formado em Direito e doutorado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Exerceu sucessivamente os cargos de Juiz de Fora, Ouvidor de Comarca, Desembargador da Relação da Bahia, Desembargador da Relação do Porto e Desembargador da Casa de Suplicação de Lisboa; Deputado da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e navegações; Fiscal das Mercês; Intendente Geral de Polícia. Em 1826, aceitou a pasta dos Negócios Estrangeiros e por 24 horas respondeu também pela Fazenda. Assinou como Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Tratado de 23 de novembro de 1826, ajustado com o governo inglês, para a extinção do comércio de escravos. Chamado em 1831 pelo Imperador para organizar o Ministério dos Medalhões, coube-lhe a pasta do Império. Com a abdicação, foi exonerado, conservando-se Pereira da Cunha no cargo até a transmissão ao sucessor. Era Presidente do Senado por ocasião do seu falecimento.

Destaca-se na sua bibliografia o seguinte:

- Plano de melhoramento e fiscalização da alfândega do algodão. Recife, 12 jun. 1879. Como Presidente da Mesa Inspetora.

16.01.1827 – 20.11.1827

João Severiano Maciel da Costa - Marquês de Queluz

(*MARIANA-MG – 27.12.1769 † RIO DE JANEIRO-RJ – 19.11.1833)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho de D. João VI e ao Conselho do Imperador D. Pedro I; Conselheiro de Estado. Colaborou na constituição do Império. Ingressou na Magistratura e, em 1808, alcançou o cargo de Desembargador do Paço, no Rio de Janeiro. Nomeado Governador da Guiana Francesa, permaneceu no cargo de 1809 até 1819. Foi Ministro do Império e do Estrangeiro. No período em que exerceu o cargo de Ministro da Fazenda, entre outras iniciativas, destacaram-se: promulgação das primeiras leis orçamentárias, criação do grande Livro da Dívida Pública, instalação da Caixa de Amortização, redução para 5% a cobrança do quinto do ouro e criação da Alfândega de Paranaguá.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Análise e refutação do libelo acusatório; que publicou o Almirante Barão do Rio da Prata, contra alguns Ministros de Estado, e em geral contra os Ministros de 1826, 1827 e 1928. Rio de Janeiro, 1829.

- O Barão do Rio da Prata. Rio de Janeiro, 1830.

20.11.1827 – 15.06.1828

25.09.1828 – 04.12.1829

19.09.1837 – 16.04.1839

23.03.1841 – 20.01.1843

Interino 09.03.1863 – 15.01.1864

Miguel Calmon du Pin e Almeida - Marquês de Abrantes

(* SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO-BA – 22.12.1794 † RIO DE JANEIRO-RJ – 05.10.1865)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1821. Vereador da Imperatriz; pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado; Senador pela Província do Ceará (1840); Membro Honorário da Academia Imperial de Belas-Artes; Sócio da Sociedade Literária do Rio de Janeiro; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio fundador da Academia de Música e Ópera Nacional; Presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Fluminense de Agricultura; Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Representou a Província da Bahia na Constituinte brasileira e nas quatro primeiras legislaturas até ser eleito Senador. Ocupou a pasta da Fazenda cinco vezes, na primeira convidado pelo Regente Araújo Lima, em 1827. Dos seus períodos de Administração destacam-se: proibição da exportação da moeda de cobre na Província da Bahia; fixação do ano financeiro de 1º de julho a 30 de junho; extinção do Banco do Brasil; regulamentação do serviço de Coletorias; instituição dos Livros de Receita; emissão de apólices da dívida interna para evitar o empréstimo externo. Ocupou duas vezes a pasta de Estrangeiros.

Destaca-se na sua bibliografia o seguinte:

- Relatório (exercício de 1827). Rio de Janeiro, 1828.

- Documentos, com que instruiu o seu Relatório o Ministro da Fazenda, na sessão de 1828. Rio de Janeiro, 1828.

- Falas sustentando o orçamento do Ministério a seu cargo (da Fazenda) nas sessões da Câmara dos Deputados de 21 a 28 de agosto do corrente ano. Rio de Janeiro, 1829.

- Proposta e relatório do Ministério da Fazenda apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Tipografia. Nacional, 1863

16.06.1828 – 18.06.1828

José Clemente Pereira

(* TRANCOSO-PORTUGAL – 17.02.1787 † RIO DE JANEIRO – 10.03.1854)

Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra. Senador pela Província do Pará; Conselheiro de Estado; pertenceu ao Conselho do Imperador; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Membro da Sociedade Amante da Instrução e do Conservatório Dramático. Como Juiz de Fora fundou a Vila da Praia Grande, hoje cidade de Niterói; Juiz de Fora da Corte e Presidente do Senado da Câmara. Veio para o Brasil, onde iniciou a carreira política, tendo sido Ministro da Justiça e, por duas vezes, Ministro da Guerra. Em 1828, o Imperador chamou-o para Ministro do Império, e por dois dias apenas foi titular da Fazenda.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Código comercial do Império do Brasil.

18.06.1828 – 25.09.1828

José Bernardino Baptista Pereira de Almeida

(* CAMPO DOS GOITACASES-RJ – 20.05.1783 † NITEROI-RJ – 29.01.1861)

Graduado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1828. Pertenceu ao Conselho do Imperador. Serviu na magistratura nos cargos de Juiz de Fora de Santo Antonio de Sá e de Magé, de Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Provedor da Fazenda de Capelas e Resíduos. Assumiu a pasta da Fazenda, e no mesmo ano passou a exercer o cargo de Ministro da Justiça. Em ambos permaneceu pouco tempo, pedindo exoneração por não transigir em cumprir ordens do Imperador, por ele julgadas ilegais. Na sua administração fixaram-se em quinze por cento os direitos de importação sobre todas as mercadorias, sem considerar o país de origem.

21.11.1825 – 20.01.1826

04.12.1829 – 02.10.1830

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta - Marquês de Barbacena

(* MARIANA-MG – 19.09.1772 † RIO DE JANEIRO-RJ – 13.06.1842)

Fez seus primeiros estudos em Minas Gerais; no Rio de Janeiro, prestou exame público em presença do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos. Em Portugal, cursou a Academia de Marinha e obteve, com brilhantismo, o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, transferindo-se logo a seguir para o Exército, atingindo o posto de Marechal.

Senador pela Bahia (1926). Em 1825, confiaram a ele o cargo de Ministro da Fazenda, no qual permaneceu durante sessenta dias. Voltou ao exercício do mesmo, em 1829, acumulando com o de Chefe do Gabinete. Neste período foi isenta de direitos a entrada do ouro e da prata, e nomeada uma comissão para organizar o Sistema Monetário. O Regente Feijó nomeou-o, em 1835, Ministro Plenipotenciário em Londres, onde negociou com o governo inglês vários assuntos de interesse para o Brasil.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Defesa dos negociadores do empréstimo brasileiro em Londres. Rio de Janeiro, 1826.
- Conta geral da Caixa de Londres, desde a sua instalação no ano de 1804 até o fim de 1830. Rio de Janeiro, Tipografia de Tomaz B. Hunt & Comp., 1831-32.
- Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; na sessão de 15 de maio de 1830. Rio, Tipografia Imp. e Nac., 1830.

02.10.1830 – 03.11.1830

José Antonio Lisboa

(* RIO DE JANEIRO – 23.02.1777 † RIO DE JANEIRO – 29.07.1850)

Doutorado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Lente Jubilado da aula do Comércio; Deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nomeado sucessivamente para várias Comissões de Estatística e de Fazenda, tendo organizado o Código de Comércio, do qual foi incumbido por Decreto de 14 de março de 1832, que apresentou um capítulo relativo a letras de câmbio, tendo sido aprovado por todos os membros da Comissão e do Governo Imperial. Em 1830 substituiu o Marquês de Barbacena na pasta da Fazenda, na qual permaneceu apenas um mês, exonerando-se por não concordar com as ordens do Imperador. A convite do Monarca, fez um estudo sobre finanças públicas, propondo medidas, a fim de melhorá-las. Data daí o seu trabalho sobre o novo padrão monetário e organização de um banco estatal.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Reflexões sobre o Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 1821.
- Observações sobre o melhoramento do meio circulante no Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1835.
- Projeto de lei sobre o sistema monetário. Rio de Janeiro, 1835.
- Estatística do Brasil. Rio de Janeiro, 1822.

03.11.1830 – 05.04.1831

03.08.1832 – 13.09.1832

02.05.1846 – 17.05.1847

30.05.1862 – 08.04.1863

Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque

(* PERNAMBUCO – 21.08.1797 † RIO DE JANEIRO – 14.04.1863)

Iniciou-se na carreira militar ainda criança, atingindo o posto de Tenente-Coronel, no qual se reformou, em novembro de 1832. Conselheiro de Estado ocupou a pasta da Fazenda em quatro Gabinetes. Nos dois primeiros períodos, enfrentou a situação crítica do estado econômico do País. Em 1846, voltou ao cargo; nesse período reorganizou as Recebedorias das Rendas Internas, criou as da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e São Pedro do Sul, atual Rio Grande do Sul, com a atribuição de arrecadar tributos, o que até então era feito pelas Alfândegas. No Gabinete do Marquês de Olinda, em 1862, pela quarta e última vez, exerceu o cargo de Ministro da Fazenda. Chamado para outras pastas ocupou a da Marinha também por quatro períodos; dirigiu ainda as pastas da Guerra e do Império.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatórios de 1831 a 1862 (como Ministro das pastas que ocupou).

07.04.1831 – 16.07.1831

José Inácio Gomes

(* RECIFE-PE – Séc. XVIII 06.12.1838)

Ingressou na carreira militar, reformando-se no posto Marechal-de-Campo. Senador pela Província de Pernambuco; pertenceu ao Conselho do Imperador. No período de 1816 a 1817 presidiu a Província do Rio Grande do Norte e, em 1831, com a organização da Regência Provisória, ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, quando a situação econômico-financeira do País era desanimadora. Propôs ao Parlamento a suspensão do serviço da dívida externa por cinco anos, o que recusaram. Na sua administração derogaram-se as leis que proibiam a saída da moeda de cobre do Rio de Janeiro e da Bahia. Na Regência de Feijó exerceu, em 1835, a pasta do Império e, interinamente, a dos Estrangeiros.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 1836.

16.07.1831 – 10.05.1832

Bernardo Pereira de Vasconcelos

(* OURO PRETO-MG – 27.08.1795 † RIO DE JANEIRO-RJ – 01.05.1850)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1818); Conselheiro de Estado. Nomeado Juiz de Fora de Guaratinguetá, sucessivamente em Ouro Preto e mais tarde Desembargador da Relação do Maranhão. Assumiu a pasta da Fazenda, atendendo a convite do Regente Feijó. Na qualidade de grande realizador, executou a determinação da Constituição do Império, que mandava instituir um tribunal incumbido da administração da receita e da despesa, criando o Tribunal do Tesouro Nacional e as Tesourarias nas Províncias. O Tribunal era presidido pelo Ministro da Fazenda. Ainda em sua administração reorganizou-se o serviço de Tomada de Contas, destacando-se também a discriminação da receita e da despesa das Províncias. Presidente da Província de Minas Gerais em 1833, representou Minas no Senado (1838). Foi Ministro da Justiça de 1837 a 1839 e do Império em 1840, por nove horas, para impedir a declaração de maioridade de D. Pedro II. Criou o Arquivo Nacional em 1838 e fundou o Colégio Pedro II.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatórios como Ministro de Estado, além de obras jurídicas.

10.05.1832 – 03.08.1832

06.10.1848 – 06.09.1853

16.07.1868 – 29.08.1870

Joaquim José Rodrigues Torres - Visconde de Itaboraí

(* ITABORAÍ-RJ – 13.12.1802 † RIO DE JANEIRO-RJ – 08.01.1872)

Doutorado em Ciências Naturais e Matemáticas pela Universidade de Coimbra. Grande do Império; Conselheiro de Estado; pertenceu ao Conselho do Imperador; Senador; Membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Nomeado Lente Substituto da Academia Militar em 1826. Foi o primeiro

Presidente da Província do Rio de Janeiro; Presidente do Banco do Brasil e Inspetor Geral da Instrução Pública. Com o primeiro Gabinete da Regência Trina Permanente, ingressou no Ministério da Fazenda, em 1832, acumulando com a pasta da Marinha. Voltou a titular da pasta da Marinha, por mais cinco períodos, ocupando também interinamente o da Guerra, durante o primeiro Gabinete do Regente Araújo Lima. Com a ascensão do Partido Conservador em 1848, retornou à pasta da Fazenda por quatro anos. Executou a grande reforma do Ministério da Fazenda em 1850, reorganizando as Tesourarias das Províncias e estruturando a administração central da Fazenda em: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Diretoria-Geral das Rendas Públicas, Diretoria-Geral da Despesa Pública, Diretoria-Geral da Contabilidade, Diretoria-Geral do Contencioso, Tesouraria-Geral e Primeira e Segunda Pagadorias do Tesouro e Cartório. O Tribunal do Tesouro Nacional era constituído pelo Presidente, o Ministro, quatro membros de nomeação imperial, e o Conselho, formado pelos três Diretores-Gerais e o Procurador Fiscal do Tesouro Nacional. Na época imperial, foi o Ministro que teve o maior período de permanência no cargo.

Além dos muitos Relatórios ao Parlamento, na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Propostas e relatórios. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1850-52.
- Propostas e relatórios. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1869-70. Contendo vários mapas e documentos.

13.09.1832 – 14.12.1832

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro

(* BRAGANÇA-PORTUGAL – 20.12.1778 † RIO DE JANEIRO-RJ – 18.09.1859)

Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra (1804). Pertenceu ao Conselho do Imperador; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Senador por Minas Gerais em 1828. Foi um dos componentes da Regência Trina Provisória, Presidente da Província de São Paulo e Ministro da Justiça (1847). Em 1832, encarregado de organizar o Gabinete Ministerial, acumulou as pastas do Império e da Fazenda. Na sua administração a despesa e receita pública passaram a ser divididas em despesa geral e despesa provincial, e em receita geral e receita provincial. Dirigiu a Academia de São Paulo (1837-42).

14.12.1832 – 02.06.1834

Cândido José de Araújo Viana - Marquês de Sapucaí

(* SABARÁ-MG – 15.09.1793 † RIO DE JANEIRO-RJ – 23.01.1875)

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra; Senador; Conselheiro de Estado; pertenceu ao Conselho do Imperador; Ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, para o qual foi nomeado em 1850; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nomeado Juiz de Fora da Comarca de Sabará, no ano de sua formatura. Em 1862 viu-se nomeado Presidente da Província de Alagoas e, no ano seguinte, Presidente do Maranhão. Assumiu a pasta da Fazenda em 1832 e interinamente a da Justiça, bem como a do Império de 1841 a 1843. Como Ministro da Fazenda adotou as seguintes medidas: alteração do padrão monetário; restauração do Banco do Brasil; reorganização da Casa da Moeda, tornando-a única do Império; extinção da Casa da Moeda da Bahia.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatório sobre o melhoramento do meio circulante; apresentado à Assembléia Geral em sessão extraordinária de 1833. Rio de Janeiro, 1833. Apresentou em anexo o Mapa das Moedas, Decretos e quesitos feitos à Comissão e alguns Pareceres.

07.10.1834 – 16.05.1837

Manuel do Nascimento de Castro e Silva

(* ARACATI-CE – 25.03.1788 † RIO DE JANEIRO-RJ – 23.10.1846)

Senador; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Nomeado em 1807. Solicitador dos Feitos e Execução da Fazenda em Aracati, exerceu a seguir o cargo de Administrador dos Direitos de Exportação e Inspetor do Algodão em Fortaleza. Exerceu os cargos de Tabelião do Público, Judicial e Notas e Escrivão do Crime e Cível em Crato; Escrivão da Câmara, Órfãos e Almotaceria de Aracati. Assumiu a Presidência da Província do Rio Grande do Norte em 1825. Com a Regência Trina foi convidado para a pasta da Fazenda. Organizado o quarto e último Gabinete da Regência, em que servia, passou a dirigir provisoriamente a pasta do Império, conservando a da Fazenda. Sua administração caracterizou-se por uma política de

saneamento do meio circulante. Substituiu os conhecimentos, vales e cédulas, emitidos para troca, e as notas do Banco do Brasil, então extinto, por notas do Tesouro. Criou um Fundo de resgate do papel-moeda, elevou a cotação dos títulos das dívidas interna e externa. Na sua administração consolidou-se o Regulamento das Alfândegas do Império.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Guia do novo manual dos coletores e dos coletados. Rio de Janeiro.
- Relatório. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1835.
- Proposta e relatório. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1836-37.

16.05.1837 – 19.09.1837

01.09.1839 – 18.05.1840

02.02.1844 – 02.05.1846

22.05.1847 – 08.03.1848

Manoel Alves Branco - II Visconde de Caravelas

(* BAHIA – 07.06.1797 † NITEROI-RJ – 13.07.1853)

Graduado em Direito pela Universidade de Coimbra. Senador; Conselheiro de Estado; pertenceu ao Conselho do Imperador. Foi nomeado Juiz de Fora de Santo Amaro, BA, donde foi removido para a cidade do Rio de Janeiro. Com o último Gabinete da Regência Trina exerceu a pasta da Justiça e interinamente a dos Estrangeiros, onde permaneceu efetivo no primeiro Gabinete da Regência de Feijó. Designado em 1837 Contador-Geral do Tesouro Nacional, assumiu, nesse mesmo ano, depois de organizar o Gabinete, a pasta da Fazenda, o que ocorreu por mais três vezes. Dos diversos períodos de sua administração destacaram-se: introdução do sistema de partidas dobradas na escrituração das rendas; iniciativa da criação de um fundo de garantia em ouro ao lado do resgate do papel, apenas executado por Joaquim Murinho em 1899; reforma da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e regulamentação da extração das loterias em todo o Império; a Tarifa para as Alfândegas e a cobrança do Imposto sobre Ordenados. A criação de um Tribunal de Contas, sugerida por Manoel Alves Branco, concretizou-se no período Ruy Barbosa, em 1890. Ocupou também a pasta do Império.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatórios (dos Ministérios da Justiça, dos Estrangeiros, da Fazenda e do Império, de 1835-1845).
- Instruções para a escrituração por partidas dobradas.

18.05.1840 – 24.07.1840

José Antonio da Silva Maia

(* PORTO-PORTUGAL – 06.10.1789 † RIO DE JANEIRO-RJ – 03.10.1853)

Graduado pela Faculdade de Direito de Coimbra. Senador pela Província de Goiás; pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado Ordinário; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serviu na magistratura em vários cargos, começando pelo de Juiz de Fora de Sabará, até o de Desembargador Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional da Relação da Corte. Desempenhou o cargo de Inspetor da Casa de Fundação do Rio das Velhas, tendo sido Ministro do Império em dois reinados. No Gabinete da Regência de Araújo Lima, exerceu interinamente a pasta da Justiça e, em caráter efetivo, o cargo de Ministro da Fazenda. Com o fortalecimento dos conservadores em 1843, assumiu novamente a pasta do Império por um ano.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Memória da origem, progresso e decadência do quinto do ouro na Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1827.
- A Lei de 04 de outubro de 1831. Da organização do Tesouro Público Nacional e das Tesourarias das Províncias. Rio de Janeiro, 1834.
- Guia dos Procuradores da Coroa. Rio de Janeiro, 1841.
- Apontamentos da legislação para uso dos Procuradores da Coroa e da Fazenda Nacional. Rio de Janeiro, 1846.
- Decreto n. 736, de 20 de novembro de 1850. Reforma o Tesouro Público Nacional e as Tesourarias Provinciais, com notas explicativas e justificativas de suas disposições. Niterói, Tipografia Fluminense de C. Martins Lopes, 1852.

16.04.1839 – 01.09.1839

Cândido Batista de Oliveira

(* PORTO ALEGRE-RS – 15.02.1801 † A bordo do navio francês Pelouse próximo à BAHIA – 26.05.1865)

Formado em Matemática e Filosofia pela Universidade da Bahia. Foi Deputado; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1831, Bernardo Pereira de Vasconcelos, então Ministro da Fazenda, nomeou-o Inspetor do Tesouro. Em 1838, assumiu efetivamente a pasta dos Estrangeiros e depois a da Fazenda, pleiteando a valorização do papel-moeda, através da organização de um banco de emissão de notas conversíveis. Mais tarde trocou a política pela diplomacia, servindo como Ministro Diplomático, em São Petersburgo e depois em Viena. Em 1847, assumiu a pasta da Marinha por um ano.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Sistema financeiro do Brasil. 1842.

18.05.1840 – 24.07.1840

José Antonio da Silva Maia

(* PORTO-PORTUGAL – 06.10.1789 † RIO DE JANEIRO-RJ – 03.10.1853)

Graduado pela Faculdade de Direito de Coimbra. Senador pela Província de Goiás; pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado Ordinário; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serviu na magistratura em vários cargos, começando pelo de Juiz de Fora de Sabará, até o de Desembargador Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional da Relação da Corte. Desempenhou o cargo de Inspetor da Casa de Fundação do Rio das Velhas, tendo sido Ministro do Império em dois reinados. No Gabinete da Regência de Araújo Lima, exerceu interinamente a pasta da Justiça e, em caráter efetivo, o cargo de Ministro da Fazenda. Com o fortalecimento dos conservadores em 1843, assumiu novamente a pasta do Império por um ano.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Memória da origem, progresso e decadência do quinto do ouro na Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1827.

- A Lei de 04 de outubro de 1831. Da organização do Tesouro Público Nacional e das Tesourarias das Províncias. Rio de Janeiro, 1834.

- Guia dos Procuradores da Coroa. Rio de Janeiro, 1841.

- Apontamentos da legislação para uso dos Procuradores da Coroa e da Fazenda Nacional. Rio de Janeiro, 1846.

- Decreto n. 736, de 20 de novembro de 1850. Reforma o Tesouro Público Nacional e as Tesourarias Provinciais, com notas explicativas e justificativas de suas disposições. Niterói, Tipografia. Fluminense de C. Martins Lopes, 1852.

20.01.1843 – 02.02.1844

Joaquim Francisco Viana

(* CAMPOS – 15.01.1803 † RIO DE JANEIRO-RJ – 11.04.1864)

Graduado em Matemática pela Universidade de Coimbra. Foi Deputado e Senador. Com o Ministério Silva Maia convidaram-no para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda. Na sua administração, introduziu-se a cobrança do Imposto do Selo em duas espécies; proporcional e fixo; estabeleceu-se um imposto progressivo sobre os vencimentos percebidos pelos cofres públicos, a título de contribuição extraordinária, que só vigorou nos exercícios de 1843 e 1844. Foi eleito, em 1850, Vice-Presidente do Tribunal do Tesouro Público.

Bibliografia:

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 5ª legislatura. Rio de Janeiro, 1843.

08.03.1848 – 14.05.1848

12.01.1855 – 27.01.1855

Antonio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de Abaeté

(* LISBOA-PORTUGAL – 22.09.1798 † RIO DE JANEIRO-RJ – 14.09.1883)

Graduado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1820. Foi Grande do Império; Conselheiro de Estado; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Exerceu diversos cargos de magistratura, tendo sido decisivo para a sua carreira pública a nomeação para Juiz em Minas Gerais. Foi Desembargador da Relação da Bahia, da Relação do Rio de Janeiro; Ministro Adjunto do Conselho

Supremo Militar e do Supremo Tribunal de Justiça; Presidente de Minas Gerais. Durante a Regência de Feijó tornou-se um de seus principais auxiliares. Ocupou as pastas do Império, da Justiça e dos Estrangeiros em diversos períodos. Em 1848, foi convidado para Ministro da Fazenda, cargo que voltou a ocupar em 1855. Sendo curta a sua permanência como gestor das finanças, limitou-se à expedição de ordens e ao despacho do expediente. Senador por Minas Gerais (1847); foi Presidente do Senado por muitos anos. Aposentou-se como Ministro do Supremo Tribunal; cargo que ocupou de 1846 a 1848. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Missão Especial do Rio da Prata em 1856. Assumiu a Presidência do Conselho e a pasta da Marinha em 1858. Foi Ministro em seis Gabinetes.

Bibliografia:

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 7ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia. Nacional, 1848.

14.05.1848 – 31.05.1848

24.05.1862 – 30.05.1862

15.01.1864 – 31.08.1864

12.05.1865 – 04.03.1866

José Pedro Dias de Carvalho

(MARIANA-MG – 16.07.1805 † RIO DE JANEIRO-RJ – 26.07.1871)

Senador; pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado; Vereador da Casa Imperial; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Presidente da Província de Minas Gerais. Jornalista e político, exerceu pela primeira vez o cargo de Ministro da Fazenda no período de 14 a 31 de maio de 1848. Ocupou a pasta do Império e foi Diretor do Banco do Brasil de 1854 a 1857. Em três períodos de curta duração voltou ao cargo de Ministro da Fazenda, constituindo medida de maior relevo, no último, a regulamentação do processo de habilitação para as pensões de montepio e meio soldo. As suas gestões foram relativamente curtas em gabinete quase de emergência.

31.05.1848 – 18.08.1848

Francisco de Paula Souza e Melo

(* ITU-SP – 05.06.1791 † RIO DE JANEIRO-RJ – 16.08.1851)

Em São Paulo fez o curso de Humanidades, que não chegou a concluir. Autodidata, adquiriu sólidos conhecimentos na biblioteca que possuía. Deputado, Senador e Presidente do Conselho de Estado. Em 1848, aceitou a incumbência de organizar o Gabinete, assumindo logo a pasta da Fazenda. Viu-se obrigado a abandonar o cargo, a fim de não se incompatibilizar com os seus correligionários, que lhe exigiam medidas partidárias das quais discordava.

Interino 18.08.1848 – 29.09.1848

Efetivo 04.05.1857 – 12.12.1858

Bernardo de Souza Franco - Visconde de Souza Franco

(* BELÉM-PA – 28.06.1805 † RIO DE JANEIRO-RJ – 28.05.1875)

Formado em Direito pela Faculdade de Olinda em 1835. Conselheiro de Estado; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ocupou o lugar de procurador fiscal da Tesouraria de Pernambuco (1836), cargo em que permaneceu por dois anos e de Juiz do Cível da Capital. Exerceu a Presidência das Províncias do Pará em 1839, de Alagoas em 1844 e a do Rio de Janeiro em 1864. Em 1848 foi Ministro da Fazenda interino e em 1857, com o Gabinete Olinda, convidado, ocupou pela segunda vez a pasta da Fazenda. Executou a Nova Tarifa Alfandegária. As moedas inglesas passaram a ser recebidas nas repartições públicas, pois era sua convicção de que a expansão das emissões fomentava a indústria e o comércio. Filiado à escola da pluralidade bancária, sua gestão no Ministério da Fazenda foi denominada, por Joaquim Nabuco, de período de ensaio da chamada liberdade bancária, pois então se desenrolou a luta entre os partidários da pluralidade e os da unidade emissora. Foi Senador em 1855.

Bibliografia destaca-se o seguinte:

- Os bancos do Brasil; sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário. Rio de Janeiro, 1848.

- A SITUAÇÃO econômica e financeira do Brasil. Biblioteca Brasileira, Rio de Janeiro, I (1/2) 1863. Revista mensal editada por uma Associação de Homens de Letras.
- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1857-58.

29.09.1848 – 06.10.1848

06/10/1848 a 06/09/1853 Pedro de Araújo Lima - Marquês de Olinda

(* SERINHAEM-PE – 22.12.1793 † RIO DE JANEIRO-RJ – 07.06.1870

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado; Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi escolhido Senador em 1837 pelo Regente Feijó. Em 1848 subiu ao poder, Presidente do Conselho, acumulando as pastas dos Estrangeiros e da Fazenda. Em 1857, assumiu novamente a Presidência do Conselho e exerceu a pasta do Império. De um modo geral, os historiadores o consideram como um dos grandes estadistas do Império, o qual administrou como Regente. Foi Ministro da Justiça em 1862 e 1865.

Ocupou o cargo de Ministro, por oito vezes, em várias pastas e em diversos períodos.

Bibliografia:

- Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1866.

HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO

Marquês de Paraná

* JACUÍ-MG – 11.01.1801

† RIO DE JANEIRO-RJ – 03.09.1856

06.09.1853 – 12.01.1855

27.01.1855 – 23.08.1856

Graduado em Direito pela Universidade de Coimbra (1825). Juiz de Fora em Minas Gerais; Ouvidor no Rio; Desembargador da Relação da Corte; Senador; Presidente do Conselho (1853) e Ministro da Fazenda do Gabinete que organizou; pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tendo sido Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1842, ocupou logo depois a pasta da Justiça, exercendo interinamente a do Exterior. De 1849 até 1851 presidiu a província de Pernambuco. Desempenhou uma missão do governo no Rio da Prata. Em 1853, no chamado Ministério da Conciliação, o Marquês de Paraná assumiu a Presidência do Conselho, acumulando com a pasta da Fazenda. Conservou o crédito público, deu novo alento e confiança ao capital, orientando-o em aplicação mais nobre que a escravatura. Regularizou a situação cambial, impôs a unidade bancária e manteve em ordem a administração do Tesouro; criou agências do Banco do Brasil em algumas províncias e o autorizou a elevar a emissão do Banco ao triplo.

Bibliografia:

- Propostas e relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1854-56.

JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY

Marquês de Cotegipe

* BARRA DO RIO GRANDE-BA – 23.10.1815

† RIO DE JANEIRO-RJ – 13.02.1889

23.08.1856 – 04.05.1857

25.06.1875 – 05.02.1878

Iniciou o Curso de Direito em Coimbra e se formou em São Paulo (1831). Grande do Império, pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico do Rio da Prata, da Academia Britânica de Ciências, Artes e Indústrias, da Academia Tiberina de Roma, da Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris e da Sociedade Animadora das Ciências, Letras e Artes de Dunkerque. Foi Juiz Municipal de São Paulo, passando à Corte como Juiz de Direito de São Paulo.

Administrou a Província do Rio de Janeiro em 1836. Em 1840 foi, pela primeira vez, chamado ao Governo, tendo sido Ministro da Justiça por duas vezes. Ocupou por três vezes a pasta dos Estrangeiros. No impedimento do Ministro efetivo Rodrigues Torres, exerceu interinamente o cargo de Ministro da Fazenda. Foi Senador em 1849, Ministro de Estado honorário; Desembargador da Relação do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

- Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 1865.

FRANCISCO DE SALLES TORRES HOMEM
Visconde de Inhomirim

* RIO DE JANEIRO-RJ – 29.01.1812

† PARIS-FRANÇA – 03.06.1876

12.12.1858 – 10.08.1859

29.08.1870 – 07.03.1871

Formado em Medicina Cirúrgica pela Faculdade do Rio de Janeiro e em Direito pela Faculdade de Paris. Dedicou-se aos estudos de Direito Constitucional, Economia Política e Sistemas Financeiros. Foi Nomeado Chefe de uma das Diretorias do Tesouro Nacional. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado ordinário; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico de França; Sócio da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e eleito membro do Conselho. Senador pelo Rio Grande do Norte. Lente de Filosofia por concurso feito em 1844; Secretário da Legação e depois Encarregado de Negócios em Paris. Ao ser organizado o Gabinete presidido pelo Visconde de Abaeté, em 1858, Torres Homem ocupou a pasta da Fazenda. Combateu a política da pluralidade bancária e as facilidades emissoras de Souza Franco, revogando a autorização dada ao Banco do Brasil para elevar a emissão ao triplo do fundo disponível. Contraíu empréstimo para liquidar a dívida de 1829 e encampou as Estradas de Ferro D. Pedro II e Estrada de Ferro União e Indústria. Em 1859 introduziu alterações na estrutura do Tesouro Nacional, determinadas pela reforma de 1850. Com o advento do Gabinete chefiado pelo Marquês de São Vicente, Torres Homem foi novamente Ministro da Fazenda, permanecendo no cargo apenas seis meses.

Redigiu para vários jornais, tendo sido fundador do Jornal de Debates Políticos e Literários (1837-38).

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Sociedade em comandita e bancos de circulação. Rio de Janeiro, 1853. Discursos.
- Questões sobre impostos. Rio de Janeiro, 1856.
- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1859.
- Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas do Banco do Brasil (1867, 1868, 1869). Rio de Janeiro, 1867-69.

ANGELO MONIZ DA SILVA FERRAZ
Barão de Uruguaiana

* VALENÇA-BA – 1812

† PETRÓPOLIS-RJ – 18.01.1867

10.08.1859 – 02.03.1861

Doutorado em Direito pela Faculdade de Olinda, Grande do Império. Em 1848 aceitou o cargo de Inspetor da Alfândega, daí passando à Procuradoria e a Fiscal do Tesouro, sendo em 1857, nomeado Presidente da província do Rio Grande do Sul. No período em que exerceu o cargo de Ministro da Fazenda, acumulou a pasta do Império e a Presidência do Conselho. Lutou por uma política de economia, através do desenvolvimento das rendas internas e aduaneiras. Caracterizaram-lhe a administração os seguintes atos: criação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas; organização das Caixas Econômicas; regulamentação dos bancos de emissão e do meio circulante; introdução da tomada de contas dos responsáveis perante a Fazenda Nacional; obrigatoriedade de concurso para ingresso no serviço público. Em 1865, assumiu a pasta da Guerra, mantendo-se neste posto durante quase toda a Guerra do Paraguai.

Escreveu Relatórios e Regulamentos como Presidente de Província e Ministro de Estado; na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Proposta e relatório do Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, 1860.

- Regulamento do Imposto do Selo e sua arrecadação. Rio de Janeiro, 1860.
- Regulamento das Alfândegas e das Mesas de Rendas. Rio de Janeiro, 1860.
- A Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1860.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS
Visconde do Rio Branco

* SALVADOR-BA – 16.03.1819

† RIO DE JANEIRO-RJ – 01.11.1880

02.03.1861 – 24.05.1862

07.03.1871 – 25.06.1875

DEm 1836, ingressou na Escola de Marinha, fazendo brilhante carreira. Grande do Império; Conselheiro de Estado Efetivo do Conselho do Imperador; Senador pela Província de Mato Grosso; Professor Jubilado da Escola Politécnica; Professor Honorário da Academia de Belas Artes; Major Honorário de Exército; Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil; Presidente do Montepio de Economia dos Servidores do Estado; Presidente do Montepio Agrícola; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Real das Ciências de Lisboa; Membro Honorário da “British Foreign Anti-Slavery Society”; Membro e Vice-Presidente do Instituto Politécnico; Membro e Presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, em 1846 substituiu o Presidente efetivo por alguns meses. Ocupou por duas vezes a pasta da Marinha e a dos Estrangeiros. Foi quem firmou o acordo para organizar-se um governo provisório no Paraguai. Em 1861, exerceu o cargo efetivo de Ministro da Fazenda cumulativamente com o de Ministro dos Estrangeiros, em caráter interino.

Executou uma política de severa e drástica economia e de orçamento equilibrado; introduziu na lei orçamentária, o princípio de que a lei que autorizasse pagamento, deveria consignar os fundos correspondentes à despesa. Consolidou as disposições das inúmeras ordens e instruções de serviço, recomendando a confecção de manuais de trabalho para os Funcionários. Defendeu o sistema do mérito, conciliando a admissão por concurso com a prova de capacidade revelada na prática dos serviços. Por mais de uma vez teve palavras de louvor aos funcionários do Ministério – “prestavam serviços dignos de apreço, fiscalizando a cobrança e o dispêndio dos dinheiros públicos”. No segundo período, a 07 de março de 1871, assumiu a Presidência do Conselho e a pasta da Fazenda, em que permaneceu até 25 de junho de 1875. Na sua administração aplicou-se a lei que substituiu, em todo o Império, o Sistema de Pesos e Medidas, sendo reorganizadas a Caixa de Amortização e a Casa da Moeda, bem como regulamentados os impostos de transmissão, pessoal sobre imóveis, de indústrias e profissões. Destacou-se a emissão de bilhetes com o fim de auxiliar os bancos de depósitos, sob a garantia de títulos da dívida pública fundada ou de outros títulos.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Discurso do Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, 1861.
- Relatórios. Rio de Janeiro, Tipografia. Nacional, 1861-62.
- Proposta do governo sobre a reforma do estado servil. Rio de Janeiro, 1871.
- Propostas e relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Tipografia. Nacional, 1873-74.

CARLOS CARNEIRO DE CAMPOS
III Visconde de Caravelas

* BAHIA – 01.11.1805

† RIO DE JANEIRO-RJ – 28.04.1878

31.08.1864 – 12.05.1865

Graduado em Direito pela Universidade de Paris. Deputado e Senador; Conselheiro do Estado. Exerceu, interinamente em 1864, com a ascensão do Ministério Liberal, a pasta dos Estrangeiros e em caráter efetivo a da Fazenda, período e em que foram postas em vigor importantes leis financeiras: reforma da legislação hipotecária; elevação ao triplo do fundo disponível do Banco do Brasil; estabelecimento das bases das sociedades de crédito real; curso forçado, por tempo determinado, dos bilhetes do Banco do Brasil, e regulamentação da emissão de bilhetes e outros títulos ao portador. As despesas extraordinárias com a guerra dificultaram-lhe a obra, obrigando o Governo a emitir sucessivamente. Em 1873 voltou a ocupar a pasta dos Estrangeiros.

Bibliografia:

- A crise comercial de setembro de 1864, seguida dos atos do Ministério da Fazenda que lhe são relativos. Rio de Janeiro, Tipografia. Nacional, 1865.

FRANCISCO DE PAULA DA SILVEIRA LOBO

* MAMANGUAPE-PB – 1826

† PONTE NOVA-MG – 24.04.1886

04.03.1866 – 07.03.1866

Formado em Direito pela Universidade de Recife. Juiz Municipal de Mariana; Deputado e Senador. No Gabinete Araújo Lima, em 1865 assumiu a pasta da Marinha, e no ano seguinte, por três dias, a da Fazenda. Em setembro do mesmo ano aceitou a Presidência da Província de Pernambuco, ocupando mais tarde o mesmo cargo em Minas Gerais.

JOÃO DA SILVA CARRÃO

* CURITIBA-PR – 14.05.1810

† RIO DE JANEIRO-RJ – 04.07.1888

07.03.1866 – 03.08.1866

Bacharelado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Deputado Provincial, Senador; Membro do Conselho do Imperador. Nomeado Presidente do Estado do Pará, onde permaneceu por dois anos. Em 1866, no Gabinete do Marquês de Olinda, assumiu a pasta da Fazenda. Determinou em sua gestão, a liquidação da carteira emissora do Banco do Brasil, comprou-lhe o lastro metálico e substituiu as notas bancárias pelas do Tesouro.

ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS

* VALENÇA-BA – 05.11.1815

† RIO DE JANEIRO-RJ – 28.12.1877

03.08.1866 – 16.07.1868

Bacharelado em Direito pela Faculdade de Recife e Doutorado pela Academia de Olinda. Professor jubilado da mesma Academia. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Presidente da Câmara de Deputados; Senador pela Bahia; Sócio do Instituto Histórico da Bahia. Presidente das Províncias do Piauí em 1845, Sergipe em 1848 e do Paraná, a qual instalou, tendo sido o seu Primeiro Presidente. Exerceu o cargo de Ministro da Marinha (1852), do Império, da Justiça (1864) e da Fazenda. Incumbido pelo Imperador, organizou os Ministérios de 1862 e 1864, que tiveram pouca duração. Em 1866 acumulou a Chefia do Gabinete com o cargo de Ministro da Fazenda. A sua gestão, em fase bastante árdua da guerra contra o Paraguai, caracterizou-se pela criação de novos impostos e agravação dos existentes. Autorizou a elevação da Tarifa das Alfândegas, inclusive a cobrança em moeda-ouro; instituiu um imposto de três por cento sobre o rendimento locativo das casas de habitação; o Imposto de Indústrias e Profissões passou a ser devido por toda pessoa, nacional ou estrangeira, que exercesse qualquer indústria, profissão, arte ou ofício, cobrado mediante taxas fixas e cotas proporcionais; ampliou o imposto sobre vencimentos pagos pelos cofres públicos. Nessa fase se criou a Delegacia do Tesouro Nacional em Londres e se reorganizaram o Tesouro Nacional e as Tesourarias nas Províncias. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia de 1866 até o fim da sua vida.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Propostas e Relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, 1867-68.

JOÃO LINS VIEIRA CANSANÇÃO DE SINIMBU

Visconde de Sinimbu

* S. MIGUEL DOS CAMPOS-AL – 20.11.1810

† RIO DE JANEIRO-RJ – 21.12.1906

05.02.1878 – 13.02.1878

Doutorado em Direito pela Faculdade de Recife. Senador (1857); Diplomata; pertenceu ao Conselho do Imperador; Membro do Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura; Juiz de

Direito em Nova Friburgo. Presidente das Províncias de Alagoas em 1839, Rio Grande do Sul em 1852, Bahia em 1856 e Sergipe.

Exerceu o cargo de Ministro Residente na República Oriental do Uruguai em 1843, e ocupou também as pastas dos Estrangeiros, 1859, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1862, e a da Justiça de 1862-1864, primeiro como interino e depois efetivamente. Sinimbu foi convidado, em 1878, pelo Imperador, para assumir a Presidência do Conselho, a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a da Guerra e a da Fazenda. Na direção dos negócios financeiros, tomou grandes iniciativas. Conselheiro de Estado (1882).

GASPAR DA SILVEIRA MARTINS

* BAGÉ-RS – 05.08.1835

† RIO DE JANEIRO-RJ – 23.07.1901

13.02.1878 – 08.02.1879

Graduado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi agraciado com o título de Conselho do Imperador; Juiz Municipal na Corte em 1859; Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Assumiu a pasta da Fazenda quando o Imperador entregou o Governo aos Liberais em 1878. Administração caracterizada pelo aumento de impostos e uma severa política de economia, para fazer face ao déficit orçamentário dos exercícios de 1877 a 1878, anos de grandes despesas, agravadas com a terrível seca que assolou o Nordeste. Regulamentou o Serviço de Loterias da Corte. Por tentar o recuso da emissão, foi severamente atacado no Parlamento, o que o levou a deixar o cargo.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Um ministro negociante; discursos. Rio de Janeiro, 1877. Refere-se a uma acusação injusta ao Barão de Cotegipe.

AFFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO

Visconde de ouro Preto

* OURO PRETO-MG – 02.02.1836

† PETRÓPOLIS-RJ – 21.02.1912

08.02.1879 – 28.03.1880

07.16.1889 – 15.11.1889

Bacharelado em Direito em São Paulo; ocupou os cargos de Inspetor da Tesouraria e Procurador Fiscal da Fazenda Geral da Província. Ministro da Marinha à época da Guerra do Paraguai, prestou relevantes serviços. Nomeado, em 1879, Ministro da Fazenda, pela primeira vez, promoveu as seguintes inovações: plano para amortização do papel-moeda; divisão da proposta orçamentária em projetos distintos para cada Ministério; exclusividade à Tipografia Nacional para a impressão de leis, Diário Oficial e demais publicações oficiais; criação da taxa sobre transportes, conhecida como imposto do vintém, repelida pelos contribuintes, que não chegaram a pagá-la; proposta de reorganização administrativa. Convidado, em 1889, para presidir o Conselho, assumiu, pela segunda vez, a pasta da Fazenda. Abolida a escravidão, para facilitar a organização do regime de trabalho livre, levantou-se um empréstimo interno para conceder auxílio aos lavradores. Procurou-se resolver os grandes problemas da conversão da dívida externa e a consolidação do meio circulante. Ao ser proclamada a República, deixou o Ministério com o câmbio acima do par e uma firme política econômico-financeira. Principal redator da folha A Reforma; fundador e redator de O Progressista; colaborou com o Ensaio Filosófico e Correio Paulistano.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- As finanças do Império. Rio de Janeiro, 1876.
- As finanças da regeneração. Rio de Janeiro, 1877.
- Discurso pronunciado em sessão da câmara quadrienal de 18.04.1879. Rio de Janeiro, 1879.
- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 17ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1879.
- Relatório (exercício de 1879-80). Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1880.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA

* SANTO AMARO-BA – 01.03.1823

† BAHIA – 21.07.1895

28.03.1880 – 20.01.1882

06.05.1885 – 20.08.1885

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi Senador. Em 1850 foi nomeado Presidente do Piauí; fundou Teresina, nova capital da Província. Presidente da Província de Alagoas. Em 1865, ocupou por duas vezes a pasta da Marinha e também aceitou a da Guerra. Nos dois períodos à frente do Ministério, exerceu cumulativamente a Presidência do Conselho e o cargo de Ministro da Fazenda. Sua administração caracterizou-se pela severa economia e diminuição dos impostos criados para fazer face à crise da seca no Nordeste e ao equilíbrio orçamentário, conseguido pelo crescimento natural das rendas. Com a fiel execução que fez dar à Lei nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881 (Lei Saraiva), que reformou a legislação eleitoral, substituindo o antigo sistema pelo de eleição direta; teve a sua reputação muito aumentada.

Bibliografia:

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1880.

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1882.

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 19ª legislatura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

MARTINHO ÁLVARES DA SILVA CAMPOS

* PITANGUI-MG – 21.11.1816

† CAXAMBU-MG – 29.03.1887

20.01.1882 – 03.07.1882

Formado em Medicina no Rio de Janeiro, não exerceu a profissão, dedicando-se à política. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado. Em 1881, foi nomeado Presidente da Província do Rio de Janeiro, e no ano seguinte assumiu a Presidência do Conselho e a pasta da Fazenda. Sendo curto o seu período na direção das finanças brasileiras, não se registraram medidas dignas de nota, porém o programa, que adotou, se destacou por tentar melhorar a situação cambial e reduzir a dívida pública. Em 1882 foi Senador.

Bibliografia:

- Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1882.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ

II Marquês de Paranaguá

* PARANAGUÁ (Vila)-PI – 21.08.1821

† RIO DE JANEIRO-RJ – 10.02.1912

03.07.1882 – 24.05.1883

Doutorado pela Faculdade de Direito em Pernambuco, em 1846. Logo ingressou na carreira política. Foi Senador pelo Piauí; Presidente das Províncias do Maranhão em 1858, de Pernambuco em 1865 e da Bahia em 1881. Exerceu os cargos de Ministro da Justiça (1859-1861), dos Estrangeiros e da Guerra. Sendo Magistrado, aposentou-se com honras de Desembargador em 1878. Conselheiro de Estado (1879); Presidente do Conselho em 1882, assumiu cumulativamente a pasta da Fazenda, quando apresentou programa idêntico ao dos liberais em 1868: economia, redução do papel-moeda e diminuição dos juros da dívida pública. Determinou um novo regulamento do Imposto do Selo, quando foi introduzido o selo por verba. Durante 20 anos foi Presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, Vice-Presidente e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1906-1907).

LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA

* QUELUZ (hoje Conselheiro Lafaiete)-MG – 28.03.1834

† RIO DE JANEIRO-RJ – 29.01.1917

24.05.1883 – 06.06.1884

Graduado em Filosofia pela Faculdade de São Paulo em 1857. Promotor Público em Ouro Preto; Senador pela Província de Minas Gerais (1879); Membro extraordinário do Conselho de Estado. Exerceu a Presidência do Ceará em 1868, Maranhão em 1869 e o cargo de Ministro da Justiça (1878-1880). Em 1883 acumulou a Presidência do Conselho e o cargo de Ministro da Fazenda. Seu programa baseou-se no combate ao déficit e à progressão dos empréstimos. Foi Ministro em Missão Especial (do Imperador); Árbitro nas relações européias pela guerra do Pacífico, em 1885; Chefe da Delegação à Primeira Conferência Panamericana, em Washington, cargo que largou em 16 de novembro de 1889.

Bibliografia:

- Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1884.

MANUEL PINTO DE SOUSA DANTAS

* INHAMBUPE-BA – 29.02.1831

† RIO DE JANEIRO-RJ – 29.01.1894

06.06.1884 – 06.05.1885

Graduado em Direito pela Faculdade de Recife. Foi Juiz e Promotor na Capital. Logo se iniciou na vida política; foi Senador pela Bahia (1879); Conselheiro de Estado; atingiu a Presidência do Conselho em 1884. Aceitou a Presidência das Províncias de Alagoas, em 1858, e da Bahia, em 1865. Foi chamado, em 1866, para o Governo Central, a fim de ocupar o cargo de Ministro da Agricultura e, nesse mesmo ano, convidado para a pasta da Justiça. O Imperador o encarregou de organizar o Gabinete, tendo Sousa Dantas chamado a si a pasta da Fazenda e, interinamente, a dos Estrangeiros. Era de opinião que o Governo se deveria definir em relação ao elemento servil e à questão financeira, isto é, a mais estreita fiscalização das rendas, redução severa das despesas e incrementação da arrecadação. Ocupou interinamente a pasta do Império, no Gabinete de Saraiva. Foi Procurador Fiscal em 1888. Presidente do Banco do Brasil, veio a falecer no referido cargo.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA

* SANTO AMARO-BA – 01.03.1823

† BAHIA – 21.07.1895

28.03.1880 – 20.01.1882

06.05.1885 – 20.08.1885

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi Senador. Em 1850 foi nomeado Presidente do Piauí; fundou Teresina, nova capital da Província. Presidente da Província de Alagoas. Em 1865, ocupou por duas vezes a pasta da Marinha e também aceitou a da Guerra. Nos dois períodos à frente do Ministério, exerceu cumulativamente a Presidência do Conselho e o cargo de Ministro da Fazenda. Sua administração caracterizou-se pela severa economia e diminuição dos impostos criados para fazer face à crise da seca no Nordeste e ao equilíbrio orçamentário, conseguido pelo crescimento natural das rendas. Com a fiel execução que fez dar à Lei nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881 (Lei Saraiva), que reformou a legislação eleitoral, substituindo o antigo sistema pelo de eleição direta; teve a sua reputação muito aumentada.

Bibliografia:

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1880.

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1882.

- Proposta e relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 19ª legislatura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

FRANCISCO BELISÁRIO SOARES DE SOUZA

* ITABORAÍ-RJ – 09.11.1839

† RIO DE JANEIRO-RJ – 24.09.1889

20.08.1885 – 10.03.1888

Graduado em Direito pela Faculdade Paulista. Pertenceu ao Conselho do Imperador; Senador; Diretor do Banco do Brasil de 1873 a 1878. Assumiu a pasta da Fazenda, após insistentes convites do Presidente do Conselho. Manifestou-se contrariamente à criação de bancos de emissão, por entender que deveria ser criado um banco emissor, com lastro-ouro, que substituisse as notas do Tesouro pelas controversíveis em ouro. Na sua administração destacaram-se: anexação das Caixas Econômicas às Tesourarias da Fazenda; regulamentação do executivo fiscal, incumbido do serviço os Procuradores da Fazenda Nacional; derrogação do dispositivo legal que mandava aplicar a renda do Imposto do Selo no melhoramento do meio circulante. Foi considerado como um dos mais esclarecidos orientadores do Brasil-Império.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Situação atual da cultura do café no Brasil: conferência pronunciada durante a 2ª Exposição de café, realizada no Brasil em 1º nov. 1882. Publicada no Cruzeiro, 10 nov. 1882.
- Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 20ª Sessão. Rio de Janeiro, 1887.
- Discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro, 1887.

JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA

* ITAMARACÁ-PE – 12.12.1835

† RIO DE JANEIRO-RJ – 06.03.1919

10.03.1888 – 07.06.1889

Graduado em Direito pela Faculdade de Olinda. Membro Honorário da Escola Nacional de Belas Artes; Presidente da Diretoria do Liceu de Artes e Ofícios; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Teve o título de Conselho do Imperador e foi Conselheiro de Estado Extraordinário. Presidente das províncias do Pará, em 1869, de São Paulo, em 1885. Em 1870, exerceu a pasta do Império e, interinamente, a da Agricultura. Em 1883, acumulou a Presidência do Conselho com o cargo de Ministro da Fazenda. Nesse cargo referendou a Lei de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil. Com a mudança do regime, afastou-se das atividades políticas. Mais tarde, aceitou o cargo de Diretor do Banco do Brasil, no qual se manteve até dias antes do seu falecimento.

Bibliografia:

- Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 20ª legislatura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888.

Old Republic

JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA

* ITAMARACÁ-PE – 12.12.1835

† RIO DE JANEIRO-RJ – 06.03.1919

10.03.1888 – 07.06.1889

Graduado em Direito pela Faculdade de Olinda. Membro Honorário da Escola Nacional de Belas Artes; Presidente da Diretoria do Liceu de Artes e Ofícios; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Teve o título de Conselho do Imperador e foi Conselheiro de Estado Extraordinário. Presidente das províncias do Pará, em 1869, de São Paulo, em 1885. Em 1870, exerceu a pasta do Império e, interinamente, a da Agricultura. Em 1883, acumulou a Presidência do Conselho com o cargo de Ministro da Fazenda. Nesse cargo referendou a Lei de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil. Com a mudança do regime, afastou-se das atividades políticas. Mais tarde, aceitou o cargo de Diretor do Banco do Brasil, no qual se manteve até dias antes do seu falecimento.

Bibliografia:

- Proposta e Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 20ª legislatura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

Icó/CE - 07.07.1821

Rio de Janeiro/RJ - 03.07.1908

Graduado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Agraciado com o título de Conselho do Imperador; Desembargador da Relação de São Paulo e mais tarde do Rio de Janeiro; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e de outras associações de letras. Ocupou a Presidência das Províncias de São Paulo em 1885. Exerceu o cargo de Segundo Oficial da Secretaria da Fazenda. Em 1891 foi nomeado ministro da Fazenda. Nesse mesmo ano assumiu a pasta da Justiça e interinamente a do Exterior. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal permaneceu no cargo até 1894 quando se aposentou.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte;

Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro da Fazenda.

HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA

Barão de Lucena

Bom jardim-PE - 27.05.1835

Rio de Janeiro/RJ - 10.12.1913

Bacharelado em Direito pela Faculdade de Recife. Foi Delegado de Polícia de Recife; Chefe de Polícia do Ceará; Juiz Municipal de Goiana; Juiz de Direito em Teixeira (PB); Juiz de Direito de Jaboatão (PE); Juiz dos Feitos da Fazenda Pública no Rio de Janeiro; Desembargador honorário. Durante o Império presidiu as Províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco em 1872 Bahia em 1877 e Rio Grande do Sul em 1885. Na República foi elevado a Ministro do Supremo Tribunal Federal e nomeado Governador de Pernambuco. Ao serem reorganizados os serviços da administração federal aceitou a pasta da Agricultura Comércio e Obras Públicas e interinamente a da Justiça (1891). Assumiu em 1891 a pasta da Fazenda por curto período Foi durante a sua gestão que o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe na qualidade de Ministro da Justiça referendou a Lei nº 23 de 30 de outubro de 1891 que reorganizou os serviços da Administração Federal. Esta Lei fixou como competência privativa da Fazenda todo o expediente de serviço concernente à Fazenda Pública em todos os ramos e interesses. Abandonou as atividades públicas à saída do primeiro Presidente da República.

Bibliografia:

- Exposição de motivos sobre a situação financeira e idéias de reforma. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1891.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Guaratinguetá/SP - 07.06.1848

Rio de Janeiro/RJ - 16.01.1919

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo sendo em 1887 nomeado Presidente da Província. Na pasta da Fazenda procurou corrigir a situação financeira criada com o encilhamento mediante levantamento de um empréstimo externo. Nesse período criou-se o Imposto de Consumo do Fumo. Contrariado em sua política de redução do meio circulante exonerou-se do cargo. Reeleito Senador por um período de nove anos resignou o mandato para exercer o cargo de Ministro da Fazenda pela segunda vez. Adotou medidas relativas à execução do empréstimo interno anteriormente autorizado e ao resgate do papel-moeda; iniciou a operação financeira denominada Funding Loan entre Londres e o Governo brasileiro. Deixando o Ministério ocupou por mais dois períodos a Presidência do Estado de São Paulo e por duas vezes eleito Presidente da República em 1902 e 1918 já enfermo não pode tomar posse vindo a falecer pouco depois.

Bibliografia:

- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1892.

- Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1895-96 /Anexos/

INOCÊNCIO SERZEDELO CORRÊA

Belém/PA - 16.06.1858

Rio de Janeiro/RJ - 05.06.1932

Ingressou na Escola Militar onde concluiu o Curso de Estado-Maior de Primeira Classe. Nomeado Governador do Paraná ocupou as pastas das Relações Exteriores e da Indústria Viação e Obras Públicas. Em 1892 assumiu a pasta da Fazenda e em sua administração destacaram-se: fusão dos Bancos da República e do Brasil sob a denominação de Banco da República do Brasil autorizando-o a emitir bônus ao portador; instalação do tribunal de Contas; criação da Bolsa de Valores; implantação no Ministério da Fazenda da primeira reforma administrativa da República. Foi Ministro Interino da Justiça e da Agricultura (1892). Administrou o Rio de Janeiro como Prefeito por duas vezes. Reformou-se no posto de General-de-Brigada (1910).

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1893.
- O problema econômico no Brasil em 1903. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1903.
- Discurso sobre a Caixa de Conversão. Rio de Janeiro 1906.

FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE

Itaporanga/SE - 30.01.1858

Rio de Janeiro/RJ - 08.05.1916

Doutorado pela Faculdade de Medicina da Bahia; passou a dedicar-se à política. No Governo Provisório da República foi nomeado Governador de Sergipe. Exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. No período em que ocupou a pasta da Fazenda autorizaram-se empréstimos internos e externo e a emissão de papel-moeda. Ao deixar o cargo abandonou as atividades políticas dedicando-se à Medicina. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- História de Sergipe. Rio de Janeiro 1891. /Livro de valor histórico abrangendo épocas do descobrimento do Brasil a 1855/
- História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil. 29 ed. Rio de Janeiro Typ. Aldina 1894.
- Relatório do Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro 1894.
- O ex-Ministro da Fazenda ao público (Questão das loterias). Rio de Janeiro 1895.
- História do Banco do Brasil. Rio de Janeiro 1907.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Guaratinguetá/SP - 07.06.1848

Rio de Janeiro/RJ - 16.01.1919

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo sendo em 1887 nomeado Presidente da Província. Na pasta da Fazenda procurou corrigir a situação financeira criada com o encilhamento mediante levantamento de um empréstimo externo. Nesse período criou-se o Imposto de Consumo do Fumo. Contrariado em sua política de redução do meio circulante exonerou-se do cargo. Reeleito Senador por um período de nove anos resignou o mandato para exercer o cargo de Ministro da Fazenda pela segunda vez. Adotou medidas relativas à execução do empréstimo interno anteriormente autorizado e ao resgate do papel-moeda; iniciou a operação financeira denominada Funding Loan entre Londres e o Governo brasileiro. Deixando o Ministério ocupou por mais dois períodos a Presidência do Estado de São Paulo e por duas vezes eleito Presidente da República em 1902 e 1918 já enfermo não pode tomar posse vindo a falecer pouco depois.

Bibliografia:

- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1892.
- Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1895-96 /Anexos/

BERNARDINO JOSÉ DE CAMPOS

Pouso Alegre/MG - 06.09.1841

São Paulo/SP - 18.01.1915

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo; ocupou por duas vezes a Presidência da Província. Foi Ministro interinamente da Justiça foi Jornalista militante e Senador Federal. No Ministério da Fazenda prosseguiu a política de fortalecimento da receita e em sua administração regulamentaram-se a cobrança e a fiscalização dos impostos de consumo de bebidas sal e fósforo. O Tesouro foi mais uma vez reformado em sua organização.

Bibliografia:

- Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1897-98 /Contém Anexos/

JOAQUIM DUARTE MURTINHO

Cuibá/MT - 07.12.1848
Rio de Janeiro/RJ - 18.11.1911

Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e Lente do Curso de Ciências Naturais da Escola Politécnica. Engenheiro e médico homeopata com a mudança do regime ingressou na política. Em 1896 exerceu o cargo de Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas. Ao assumir a pasta da Fazenda atacou o problema do déficit: orçamentário mediante a emissão de papel-moeda ou empréstimos internos e externos. Criou uma combinação de fundos: o de resgate para reduzir anualmente o papel em circulação extinguindo o direito do Governo de emitir e o de garantia o direito do Governo de emitir e o de garantia constituído dos recursos obtidos com o restabelecimento da cota-ouro sobre os direitos de importação taxas arrendamentos e rendas eventuais arrecadadas em ouro. Consolidou-se a legislação sobre o Imposto de Consumo passando a quatorze os produtos sobre os quais devia incidir; restabeleceram-se as Coletorias Federais e deu-se maior eficiência à fiscalização e à arrecadação para incrementar as rendas. Foram anos de economias severas mas ao final de sua administração o País estava em condições de retomar o pagamento de seus compromissos ressurgiu o crédito a renda cresceu e o orçamento a apresentar saldos. Foi Senador.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatórios do Ministério da Fazenda 1899-1902. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1899-1902.

SABINO ALVES BARROSO JÚNIOR

Serro Frio/MG - 27.04.1859
Belo Horizonte/MG - 15.06.1919

Bacharelado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1884). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito regeu a Cadeira de Direito Público e Constitucional. Logo ingressou na política em Minas Gerais. Exerceu a pasta da Justiça e Negócios Interiores (1901-1902) e cumulativa mente o cargo de Ministro da Fazenda. No segundo período de sua administração na Presidência de Venceslau Brás caracterizado pela crítica situação econômico-financeira do País emitiu Letras do Tesouro conhecidas por Sabinas. No orçamento para 1915 foi dada maior amplitude aos Impostos sobre dividendos indústrias e profissões ao imposto sobre subsídios e vencimentos que incidiu nas quantias mensais recebidas por civis e militares incluídos o Presidente da República Senadores Deputados e Ministros de Estado para estes fixado o percentual de vinte por cento e cinco por cento sobre os salários dos operários da União. Por motivo de saúde exonerou-se do cargo. Em 1885 foi eleito Deputado provincial tendo presidido a Assembléia em 1889; na República foi Deputado à Constituinte e Senador estadual.

JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM

Goiás/GO - 25.09.1856
Rio de Janeiro/DF - 25.12.1928

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de São Paulo. Foi Deputado em diversas legislaturas; Senador; Presidente da Associação Comercial; Presidente do Conselho de Contribuintes do Imposto de Renda. Nomeado Ministro da Fazenda em 1906 consolidou a obra de seu antecessor: encerraram-se os orçamentos com saldo e a massa de papel-moeda decresceu gradativamente. No primeiro período de sua administração destacaram-se: regulamentação do funcionamento e fiscalização das companhias estrangeiras tendo sido criada a Inspeção de Seguros do Tesouro Nacional; reorganização da Casa da Moeda e das Delegacias Fiscais nos Estados; liquidação do Banco da República do Brasil e aprovação dos Estatutos do Banco do Brasil; novo regulamento de loterias; elaboração do projeto do Código de Contabilidade Pública. Em 1907 assumiu a Diretoria do Banco do Brasil. Voltou a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda em 1909 na Presidência de Nilo Peçanha. Nesse período promoveu grande reforma no Ministério e aprovou o regulamento dos concursos para ingresso no serviço fazendário.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Meio circulante e abolição dos escravos. Rio de Janeiro 1833.

- Relatórios do Ministro da Fazenda. Anos 1903-1906.
 - Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1910.
- DAVID MORETHSON CAMPISTA

Rio de Janeiro - 22.01.1863
Copenhagen/Dinamarca - 12.10.1911

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (1883). Deputado Federal. Em 1898 assumiu o cargo de Secretário das Finanças de Minas Gerais. Nomeado Ministro da Fazenda foi um de seus primeiros atos: a criação da Caixa de Conversão para a qual foram transferidos os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda instituídos em 1899. Nesse período cunharam-se as moedas de prata de dois mil um mil e de quinhentos réis; sancionou-se o decreto legislativo definindo a letra de câmbio e a nota promissória; regularam-se as operações cambiais; autorizou-se empréstimo para ocorrer às despesas com os serviços de água da Capital da República e construção de vias férreas bem como a emissão de apólices para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Ao deixar o Ministério foi nomeado representante diplomático do Brasil na Dinamarca onde faleceu.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Consolidação das leis fiscais do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Imprensa Oficial 1900.
- Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1907-1909. /Contém Anexos/

Rio de Janeiro - 22.01.1863
Copenhagen/Dinamarca - 12.10.1911

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (1883). Deputado Federal. Em 1898 assumiu o cargo de Secretário das Finanças de Minas Gerais. Nomeado Ministro da Fazenda foi um de seus primeiros atos: a criação da Caixa de Conversão para a qual foram transferidos os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda instituídos em 1899. Nesse período cunharam-se as moedas de prata de dois mil um mil e de quinhentos réis; sancionou-se o decreto legislativo definindo a letra de câmbio e a nota promissória; regularam-se as operações cambiais; autorizou-se empréstimo para ocorrer às despesas com os serviços de água da Capital da República e construção de vias férreas bem como a emissão de apólices para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Ao deixar o Ministério foi nomeado representante diplomático do Brasil na Dinamarca onde faleceu.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Consolidação das leis fiscais do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Imprensa Oficial 1900.
 - Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1907-1909. /Contém Anexos/
- FRANCISCO ANTÔNIO DE SALLES

Lavras/MG - 20.01.1863
Rio de Janeiro-DF - 16.01.1933

Bacharelado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Senador; Prefeito de Belo Horizonte. Em 1902 assumiu a Presidência do Estado de Minas Gerais permanecendo até 1906. No período de sua administração no Ministério da Fazenda reorganizaram-se a Caixa de Conversão e a Delegacia do Tesouro Nacional em Londres; regulou-se a emissão e a circulação do cheque. Realizaram-se operações crédito no exterior e autorizou-se a emissão de papel-moeda e de apólices para resgatar compromissos do Tesouro Nacional.

Bibliografia:

- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1912. /Contém Anexo
- RIVADÁVIA DA CUNHA CORRÊA

Santana do Livramento/RS - 09.07.1866
Petrópolis/RJ - 09.02.1920

Bacharelado em Direito pela Faculdade de São Paulo (1887). Em 1910 ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Interior (1910-1913). Nomeado em 1913 em caráter interino para a pasta da Fazenda passou a efetivo quando se exonerou do cargo de Ministro da Justiça e Interior. Em face das crescentes

dificuldades do comércio interno e externo utilizaram-se emissão de papel-moeda e de notas do Tesouro Nacional para pagamento de despesas e empréstimos a bônus bem como contrato de novo empréstimo com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons de Londres. Foi Prefeito do Distrito Federal e Senador.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- A verdade sobre a situação financeira do Brasil em 1914. Rio de Janeiro 1919.
- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1914-15. /Anexo/

RIVADÁVIA DA CUNHA CORRÊA

Santana do Livramento/RS - 09.07.1866
Petrópolis/RJ - 09.02.1920

Bacharelado em Direito pela Faculdade de São Paulo (1887). Em 1910 ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Interior (1910-1913). Nomeado em 1913 em caráter interino para a pasta da Fazenda passou a efetivo quando se exonerou do cargo de Ministro da Justiça e Interior. Em face das crescentes dificuldades do comércio interno e externo utilizaram-se emissão de papel-moeda e de notas do Tesouro Nacional para pagamento de despesas e empréstimos a bônus bem como contrato de novo empréstimo com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons de Londres. Foi Prefeito do Distrito Federal e Senador.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- A verdade sobre a situação financeira do Brasil em 1914. Rio de Janeiro 1919.
- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1914-15. /Anexo/

JOÃO PANDIÁ CALLÓGERAS

Rio de Janeiro - 19.06.1870
Petrópolis/RJ - 21.04.1934

Graduado em Engenharia pela Faculdade de Ouro Preto. Deputado. Nomeado Ministro da Agricultura ocupou interinamente a pasta da Fazenda passando logo depois a titular do cargo. Em sua gestão reduziu-se a arrecadação aduaneira a um terço e paralisou-se o comércio pela situação de guerra na Europa. Promoveu uma campanha de moralização administrativa exigiu escrupulos nos gastos compressão de despesas. Suprimiram-se cargos públicos. Consolidou toda a legislação relativa a pessoal. Em sua administração foi criado o imposto sobre os juros de créditos ou empréstimos alterado o regime de faturas consulares e aprovado o regulamento para a venda de imóveis e distribuição de prêmios mediante sorteio.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Contribuição para o estudo da exploração dos diamantes e notas sobre as jazidas diamantíferas de Água Suja. Ouro Preto 1895.
- As minas de ouro nacionais. Rio de Janeiro 1904.
- As minas do Brasil e a sua legislação. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1904-1905.
- Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1915-16.
- A política exterior do Império. São Paulo Cia. Ed. Nacional 1933.
- Estudos históricos e políticos. São Paulo Cia. Ed. Nacional 1936.

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA

Barbacena/MG - 05.09.1870
Rio de Janeiro/DF - 02.01.1946

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (1891) dedicando-se desde cedo à vida política. Promotor Público em Ubá; Juiz Municipal da Comarca de Palma; Advogado em Juiz de Fora veio a dirigir o Município; Professor de Direito Comercial na Academia de Comércio de Juiz de Fora. Em 1902 assumiu o cargo de Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais onde permaneceu por 4 anos conjuntamente exerceu em 1905 e 1906 o de Prefeito de Belo Horizonte. Em 1907 foi eleito Senador ao Congresso Mineiro fazendo sempre parte da Comissão de Finanças sendo sempre Relator do Orçamento da Fazenda. Catedrático de Finanças na Faculdade de Direito do Estado do Rio de

Janeiro; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Durante sua administração no Ministério da Fazenda foi usado o recurso do empréstimo interno e da emissão de papel-moeda; elevada a 60 por cento a cota-ouro na cobrança dos direitos de importação; ampliado o Imposto de Consumo e agravado o Imposto do Selo medidas adotadas ante o acentuado declínio da receita. Entre as inovações que promoveu destacaram-se: instituição da fiscalização sobre o mercado de câmbio e a fiscalização prévia das remessas de valores; emissão de moedas divisionárias de níquel e cobre; redução do Imposto Sobre Subsídios e Vencimentos. Elegeu-se em 1926 Presidente do Estado de Minas Gerais. Organizou e chefiou a Aliança Liberal Na qualidade de Presidente da Assembléia Nacional substituiu em 1936 o Presidente da República durante quinze dias. Com a mudança do regime retirou-se da política em 1937.

Escreveu Relatórios como Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais e como Ministro da Fazenda sendo que na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatórios. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1918-19. /Anexos/
 - Bancos de emissão no Brasil. Rio de Janeiro Liv. Leite Ribeiro; Juiz de Fora Tip. Brasil 1922.
 - O Ministro da Fazenda da Independência. Rio de Janeiro Jacinto Ribeiro dos Santos Ed. 1913.
 - Finanças e financistas; Plataforma lida no banquete de 23 de janeiro de 1926 em Belo Horizonte. Belo Horizonte Imp. de Minas Gerais 1926.
- AMARO BEZERRA CAVALCÂNTI DE ALBUQUERQUE

Caicó/RN - 15.08.1848

Rio de Janeiro/DF - 28.01.1922

Formado em Direito em 1881 pela Universidade de Albany Estados Unidos da América do Norte. Exerceu no Ceará a advocacia; Senador pelo Rio Grande do Norte (1890-1891). Com a Proclamação da República foi nomeado Vice-Governador do Rio Grande do Norte. Mais tarde aceitou o posto de Ministro Plenipotenciário no Paraguai. Foi Ministro da Justiça (1897-1898); Consultor Jurídico do Ministro do Exterior (1905-1906). Em 1906 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal cargo no qual se aposentou em 1914. Representou o Brasil na Conferência Financeira Panamericana em Washington em 1915. De 1917 a 1918 foi Prefeito do Distrito Federal. Juiz do Tribunal Arbitral de Haia como Delegado do Brasil (1917). Fundador e Primeiro Presidente da Sociedade de Direito Internacional; Membro honorário do Instituto dos Advogados; Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio honorário do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte; Professor de Finanças da Academia de Altos Estudos. Na pasta Fazenda não pôde executar o seu programa pelo falecimento do Presidente eleito Rodrigues Alves por quem fora convidado. Consideraram-no grande conhecedor dos problemas econômicos e financeiros do Brasil.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Finances du Brésil. Paris 1889.
 - Resenha financeira do ex-Império do Brasil em 1889. Rio de Janeiro Imp Nacional 1890.
 - A reforma monetária. Projetos números 3 e 27 do Senado. Rio de Janeiro Imp. Nacional 1891.
 - Política e finanças. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1892.
 - O meio circulante nacional. Rio de Janeiro Imprensa. Nacional 1893.
 - Elementos de finanças. Estudo teórico e prático. Rio de Janeiro 1896.
 - Tributação constitucional. Rio de Janeiro 1896.
 - Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras. Rio de Janeiro 1903.
 - A vida econômica e financeira do Brasil. Rio de Janeiro Imprensa Nacional
 - 1915. /Conferência pronunciada na Biblioteca Nacional em 5 de setembro de 1914/
 - Natureza e forças econômicas do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro.
 - Tipografia da Revista dos Tribunais 1916.
 - Imposto de exportação Isenções de direito Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Notícia histórica dos serviços instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição. Publicação oficial. Rio de Janeiro 1898.
- JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUSA

João Ribeiro (anteriormente Entre-Rios) MG - 09.07.1863

Rio de Janeiro/DF - 07.11.1933

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo e um dos fundadores do Banco de Crédito Real exerceu a Presidência do Banco do Brasil e o cargo de membro do Conselho Consultivo da Caixa de Amortização. Fundou em 1910 o Banco Mercantil do Rio de Janeiro do qual foi Presidente só se afastando para exercer o cargo de Ministro da Fazenda. Dois fatos marcantes ocorreram na sua administração: emissão de bilhetes do Tesouro lançada na praça e coberta no mesmo dia sem comissão nem corretagem; conversão de letras-papel em apólices da dívida pública transformada em operação vantajosa para o Tesouro em virtude da demonstração pública de confiança no Governo. Em 1930 recusou o convite para exercer novamente o cargo de Ministro da Fazenda. Fundou o jornal Diário de Minas.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Rio de Janeiro Tip. Leuzinger 1925.

- Bancos. Tip. Industrial 1903.

- Relatório. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1919. /Anexo/

HOMERO BAPTISTA

São Borja/RS - 30.01.1861

Rio de Janeiro/DF - 14.10.1924

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Deputado Federal; Diretor do Banco do Brasil; Professor de Direito no Rio de Janeiro; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi no Rio Grande do Sul que se iniciou na política defendendo a causa republicana. Adepto da escola clássica sua gestão na pasta da Fazenda caracterizou-se pelo equilíbrio orçamentário e saneamento do meio circulante só concordando com emissões para fins reprodutivos e de resgate rápido. Restabeleceu o fundo de garantia do papel-moeda em circulação instituído em 1899. Criaram-se as Carteiras de Redesconto e de Crédito Agrícola no Banco do Brasil e instituída a fiscalização bancária. Em 1922 foi sancionado o Código de Contabilidade Pública. Na sua administração reorganizou-se o Tesouro Nacional resultando na criação do cargo de Diretor-Geral do Tesouro; as Delegacias Fiscais passaram a ser divididas em classes; a Caixa de Conversão anexada à Caixa de Amortização e o Lóide Brasileiro da Fazenda transferido para o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- A receita geral em 1911. Rio de Janeiro 1912.

- A receita geral em 1913. Rio de Janeiro 1913.

- Relatórios (exercícios de 1919-21). Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1921-22.

/Anexos/

- A unificação do padrão monetário. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1923.

RAFAEL DE ABREU SAMPAIO VIDAL

Campinas/SP - 14.01.1870

São Paulo/SP - 13.07.1941

Bacharelado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Logo ingressou na vida política. Vereador Municipal por São Carlos-SP Deputado Estadual Senador Estadual. Pertenceu ao Conselho Técnico de Economia e Finanças. Destacaram-se em sua administração no Ministério da Fazenda a instituição do Imposto Geral sobre a Renda direto e pessoal e o contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil em 24 de abril de 1923 pelo qual o resgate do papel-moeda passou a ser feito pelo Banco com os recursos provenientes de um fundo especial de resgate. Exonerou-se do cargo por discordar da mudança de orientação financeira determinada pelo Presidente da República e da extinção da Carteira de Redesconto.

RAFAEL DE ABREU SAMPAIO VIDAL

Campinas/SP - 14.01.1870

São Paulo/SP - 13.07.1941

Bacharelado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Logo ingressou na vida política. Vereador Municipal por São Carlos-SP Deputado Estadual Senador Estadual. Pertenceu ao Conselho Técnico de Economia e Finanças. Destacaram-se em sua administração no Ministério da Fazenda a instituição do Imposto Geral sobre a Renda direto e pessoal e o contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil em 24 de abril de 1923 pelo qual o resgate do papel-moeda passou a ser feito pelo Banco com os recursos provenientes de um fundo especial de resgate. Exonerou-se do cargo por discordar da mudança de orientação financeira determinada pelo Presidente da República e da extinção da Carteira de Redesconto.

ANNIBAL FREIRE DA FONSECA

Lagarto/SE - 07.06.1884
Rio de Janeiro/RJ - 22.10.1970

Cursou as Faculdades de Direito da Bahia e do Rio de Janeiro diplomando-se na do Recife em 1903. Antes de formar-se foi nomeado Promotor Público de Aracaju em 1902 cargo que deixou em 1904 a fim de assumir no Recife o lugar de Sub-Inspetor de Seguros da 3ª Circunscrição (1904-1906). Além de todas as suas atividades ingressou no Jornalismo em 1904 seguindo mais tarde a carreira política; foi Deputado Estadual em Pernambuco em 1907 e Deputado Federal em 1909 de 1924-26 de 1927-29 e em 1930. Foi nomeado em 1908 Secretário Geral do Estado de Pernambuco exonerando-se no ano seguinte. Aprovado em concurso foi nomeado Substituto da 3ª Seção da Faculdade de Recife passando depois a Efetivo na 2ª Seção e por último Professor Catedrático de Direito Administrativo (1916). De 1938-40 foi Consultor Geral da República afastando-se por ter sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal 'aposentando-se no cargo por tempo de serviço. Diretor do Jornal do Brasil (1922-1929 e 1937-1940). Em setembro de 1948 foi eleito para a vaga de Roberto Simonsen na Cadeira nº 3 da Academia Brasileira de Letras. Sócio do Instituto Arqueológico de Pernambuco Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Membro do Conselho Nacional de Educação (1935). Na pasta da Fazenda executou a nova orientação financeira determinando a suspensão das obras públicas supressão de cargos aboliu o pagamento em ouro de vantagens a funcionários e gratificações. Nesse período se organizou a Contadoria Central da República.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Bancos e suas espécies. Recife 191 S.
 - Relatório do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1926.
- /Anexo/

ANNIBAL FREIRE DA FONSECA

Lagarto/SE - 07.06.1884
Rio de Janeiro/RJ - 22.10.1970

Cursou as Faculdades de Direito da Bahia e do Rio de Janeiro diplomando-se na do Recife em 1903. Antes de formar-se foi nomeado Promotor Público de Aracaju em 1902 cargo que deixou em 1904 a fim de assumir no Recife o lugar de Sub-Inspetor de Seguros da 3ª Circunscrição (1904-1906). Além de todas as suas atividades ingressou no Jornalismo em 1904 seguindo mais tarde a carreira política; foi Deputado Estadual em Pernambuco em 1907 e Deputado Federal em 1909 de 1924-26 de 1927-29 e em 1930. Foi nomeado em 1908 Secretário Geral do Estado de Pernambuco exonerando-se no ano seguinte. Aprovado em concurso foi nomeado Substituto da 3ª Seção da Faculdade de Recife passando depois a Efetivo na 2ª Seção e por último Professor Catedrático de Direito Administrativo (1916). De 1938-40 foi Consultor Geral da República afastando-se por ter sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal 'aposentando-se no cargo por tempo de serviço. Diretor do Jornal do Brasil (1922-1929 e 1937-1940). Em setembro de 1948 foi eleito para a vaga de Roberto Simonsen na Cadeira nº 3 da Academia Brasileira de Letras. Sócio do Instituto Arqueológico de Pernambuco Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Membro do Conselho Nacional de Educação (1935). Na pasta da Fazenda executou a nova orientação financeira determinando a suspensão das obras públicas supressão de cargos aboliu o pagamento em ouro de vantagens a funcionários e gratificações. Nesse período se organizou a Contadoria Central da República.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Bancos e suas espécies. Recife 191 S.
- Relatório do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1926.
/Anexo/
GETÚLIO DORNELLES VARGAS

São Borja/RS - 19.04.1883
Rio de Janeiro/DF - 24.08.1954

Bacharel em Direito pela Faculdade do Rio Grande do Sul (1907). Em 1909 depois de rápida experiência como Promotor Público começou a advogar e ingressou na política estadual tendo sido eleito Deputado Estadual. Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Medicina da Bahia; Membro da Academia Brasileira de Letras; Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio benemérito de várias associações científicas e literárias. Da sua administração no Ministério da Fazenda destacaram-se: primeira medida relativa à mudança do padrão monetário quando se cogitou da abolição do mil réis estabelecendo-se que a nova moeda seria denominada cruzeiro e dividida em centésimos medida só concretizada em outubro de 1942; criação da Caixa de Estabilização exclusivamente destinada a receber ouro em barra ou em moedas nacionais ou estrangeiras entregando em troca ao portador as notas representativas do valor de dez vinte cinquenta cem duzentos e quinhentos mil réis e um conto de réis correspondentes respectivamente a dois quatro dez vinte quarenta cem e duzentos gramas de ouro; criação do cargo de Tesoureiro do cofre dos Depósitos Públicos; ampliação do número das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional; criação da Alfândega de Belo Horizonte; alteração das disposições especiais no Imposto sobre a Renda; autorização da revisão dos regulamentos das repartições fiscais subordinadas ao Ministério da Fazenda para o fim exclusivo de estabelecer que os recursos dos contribuintes fossem julgados e resolvidos por um conselho; estabelecimento de taxas e direitos para o papel destinado a impressão de revistas e jornais ilustrados; autorização para o Banco do Brasil comprar e vender cambiais sobre o exterior por conta de Tesouro; novo regulamento à Caixa de Amortização; criação em Londres de uma filial da Caixa de Estabilização anexa a Delegacia do Tesouro Nacional e da filial de New York anexa ao Consulado Brasileiro na mesma cidade; extinção das isenções e reduções dos impostos alfandegários condicionando-as à expressa autorização do Poder Legislativo. Nesse período foi criado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (funcionários públicos federais) IPASE. Deixando o Ministério da Fazenda elegeu-se Presidente do Rio Grande do Sul. Com a vitória da Revolução de 1930 governou o País por quinze anos. Voltando à carreira política foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo e Deputado Federal por sete estados. Em 1951 através de eleições diretas voltou a dirigir a Nação até o seu falecimento.

FRANCISCO CHAVES DE OLIVEIRA BOTELHO

Montevideu/Uruguai - 19.02.1868
Resende/RJ - 03.06.1943

Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia; veio para o estado do Rio de Janeiro onde se iniciou na vida política; foi Deputado Estadual e Deputado Federal. Foi Presidente do Conselho por duas vezes. Em 1906 assumiu o Governo do estado do Rio de Janeiro e em 1910 elegeu-se Presidente do mesmo estado. No seu período de Ministro da Fazenda adotaram-se medidas relativas à Contabilidade Pública: o exercício financeiro foi fixado de 1º de janeiro a 31 de dezembro apresentação do Balanço Geral a 15 de abril anualmente. Referendou a lei sobre prescrição quinquenal. Em sua Administração foram sancionadas as medidas legislativas sobre leilões públicos de volumes ou objetos abandonados nas repartições públicas e estradas de ferro; sobre empréstimo interno por meio de apólices "Obrigações Rodoviárias" para construção e conservação estradas de rodagem e a criação da Alfândega de Niterói no Rio de Janeiro. Foi o último Ministro da Fazenda chamada República Velha e com a Revolução de 1930 retirou-se da vida política.

AGENOR LAFAYETTE DE ROURE

Friburgo /RJ - 28.02.1870
Rio de Janeiro/DF - 18.03.1935

Formado em Odontologia pela Universidade do Brasil nunca exerceu a profissão dedicando-se logo ao Jornalismo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual foi 2º Secretário e em 1924 Sócio honorário. No período de 1919 a 1922 ocupou o cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência da República sendo a 6 de novembro de 1922 nomeado Ministro do Tribunal de Contas e seu Presidente em 1931-34. Com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado Ministro da Fazenda. Por não se considerar político não aceitou permanecer no cargo.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Orçamento de 1830.
- Política econômica de D. João VI.
- Ministério da Conciliação.
- Comentários ao código de contabilidade
- Conferência sobre a abolição e seus reflexos econômicos. Revista do Instituto Histórico Rio de Janeiro 83: 315 1918.
- O orçamento. (Preparo elaboração execução e fiscalização de acordo com o Código de Contabilidade e com a jurisprudência do Tribunal de Contas). Rio de Janeiro 1926.

1930 - 1964

JOSÉ MARIA WHITAKER

São Paulo/SP - 20.05.1878

São Paulo/SP - 19.11.1970

Bacharel em Direito; fundador do Banco Comercial do Estado de São Paulo; exerceu a Presidência do Banco do Brasil no período de 15 de dezembro de 1920 a 20 de dezembro de 1922 quando adotou relevantes medidas: criação da Câmara de Compensação de Cheques e das Carteiras de Redesconto e de Crédito Agrícola. Reformou os estatutos da instituição bancária e determinou a elevação do capital mediante a subscrição de ações com ágio mudou a sede para o edifício da Associação Comercial antigo local da Casa dos Contos na Rua Primeiro de Março. Foi o primeiro Ministro da Fazenda do Governo Provisório em 1930. O café se constituiu um grandes problemas do início de sua gestão. Havia estoques acumulados superprodução e degradação de preço. Como solução resolveu comprar o estoque retido instituiu a cobrança de um imposto em espécie de vinte por cento sobre cada safra e proibiu o plantio por um prazo de cinco anos. Objetivando alcançar o equilíbrio orçamentário extinguiu as Alfândegas de Niterói e de Belo Horizonte aboliu o privilégio de isenção do selo de que gozava o Banco do Brasil reduziu subsídios do Presidente e dos Ministros de Estado aumentou o Imposto de Consumo e criou o sobre a produção fósforos. Introduziu reformas nos serviços mandando adotar o sistema de gestão financeira na Contabilidade e instituiu a Comissão Central de Compras; instituiu o Conselho de Contribuintes e foi um dos fundadores do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Voltou a ocupar em 1955 a pasta da Fazenda por um período de seis meses quando se conseguiu dar novo impulso à exportação do café.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Letra de câmbio. São Paulo Saraiva 1932.
- A administração financeira do Governo Provisório. São Paulo Revista dos Tribunais 1933.
- Seis meses de novo no Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro 1956.

OSWALDO EUCLYDES DE SOUZA ARANHA

Alegrete/RS - 15.12.1894

Rio de Janeiro/DF - 27.01.1960

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro; iniciou suas atividades políticas no Rio Grande do Sul. Após a Revolução de 1930 nomeado Ministro da Justiça e Negócios Interiores passou depois para a pasta da Fazenda. No início da sua gestão emitiu Obrigações do Tesouro e Letras do Banco do Brasil ante a redução da receita e as despesas extraordinárias determinadas pela Revolução Constitucionalista e a seca do Nordeste. Visando a uniformização da Contabilidade e do Orçamento e a conveniência do mercado cambial suprimiu as contas-correntes em moeda estrangeira nos estabelecimentos bancários; criou a Caixa de Mobilização Bancária a fim de restabelecer a normalidade das operações de crédito; estabeleceu a obrigatoriedade da compra de ouro prata e outros metais preciosos pelo Banco do Brasil. Criou o Departamento Nacional do Café extinguido o Conselho Nacional do Café. Fixou normas para a elaboração e a execução orçamentária;

o sistema de gestão foi substituído pelo de exercício financeiro fixado de primeiro de abril a 31 de março sendo elaborado segundo as novas normas o Orçamento para 1934. Realizou profunda reforma na legislação tributária e na organização do Ministério; traçou um esquema para pagamento da dívida externa que compreendia todos os débitos do Brasil e representava um esforço no sentido de se iniciar o pagamento de compromissos com recursos próprios. Deixou o cargo por ter sido nomeado Embaixador do Brasil em Washington; de 1938 a 1944 foi Ministro das Relações Exteriores. Voltou a ocupar a pasta da Fazenda pela segunda vez em 1953. Nesse período a medida de maior destaque foi a que alterou o processo que vinha seguindo a política de câmbio. As importações ficaram sujeitas à obtenção prévia de promessa de venda de câmbio oferecidas à licitação em Bolsa. A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil foi extinta e instituída a Carteira de Comércio Exterior - CACEX em 1953. Projetou nova reorganização para o Ministério que não chegou a executar. Com o falecimento do Presidente Getúlio Vargas em 1954 dedicou-se à atividade de advogado dela só se afastando para chefiar a Delegação do Brasil à XII Assembléia das Nações Unidas em 1957. Doutor Honoris Causa pelas Universidades George Washington Columbia e Harvard.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatório (exercício de 1933). Rio de Janeiro Typ. do Jornal do Commercio 1933
- Discurso pronunciado na sessão de 16 de março de 1934 na Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1934.
- Política econômica e financeira. Rio de Janeiro Departamento de Imprensa Nacional 1954.

ARTUR DE SOUZA COSTA

Pelotas/RS - 26.05.1893

Rio de Janeiro/DF - 12.04.1957

Adolescente ainda ingressou no Banco da Província do Rio Grande do Sul onde galgou todos os postos até o cargo de Diretor. Nomeado em 1931 Presidente do Banco do Brasil daí saiu para dirigir a pasta da Fazenda. Primeiro Ministro da Fazenda a executar o dispositivo constitucional de 1934 que estabeleceu novos critérios na distribuição das rendas tributárias incluindo os municípios. A União foram destinados os impostos sobre importação consumo - exceto gasolina - renda e proventos de transferência de fundos para o exterior. Transferiram-se para os Estados os impostos de venda mercantis e de indústrias e profissões só permanecendo o cobrado no Distrito Federal; extinguíram-se os de transportes e a taxa de viação. Reviu-se o sistema de impostos da União resultando a criação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes federal e ampliaram-se as incidências e fiscalização dos impostos do selo importação e renda. Sob o aspecto administrativo registrou-se a construção do Palácio da Fazenda na Esplanada do Castelo Rio de Janeiro; aquisição de terreno em São Paulo para a construção do edifício-sede das repartições federais; a mecanização dos serviços do Imposto de Renda e criação dos seguintes órgãos: Conselho Técnico de Economia e Finanças Comissão de Financiamento da Produção Serviço do Pessoal em substituição à Diretoria do Expediente do Pessoal; Serviço de Comunicações Divisão do Material e Divisão de Obras Administração do Edifício da Fazenda Biblioteca Serviço de Obrigações de Guerra na Caixa de Amortização e Delegacias Fiscais; Agência do Departamento Federal de Compras em São Paulo Junta Consultiva do Imposto de Consumo na Diretoria das Rendas Internas. No Banco do Brasil foram criadas a Carteira de Exportação e Importação e a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC. Destacaram-se ainda na sua gestão: modificação da política de câmbio tornando-o livre; regularização dos pedidos de abertura de crédito que passaram a ser encaminhados ao Poder Legislativo exclusivamente por intermédio do Ministro da Fazenda; nova cunhagem de moedas de prata bronze alumínio e níquel; emissão de títulos da dívida pública para atender às despesas aumentadas com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial; medidas para o desenvolvimento da produção de borracha quando da criação do Banco de Crédito da Borracha encampação da Itabira Minery Company que resultou na criação da Companhia Vale do Rio Doce e defesa da lavoura cafeeira. Foi o Ministro que mais tempo permaneceu na pasta da Fazenda sendo consideradas as providências de maior repercussão nesse período a instituição do cruzeiro como o novo padrão monetário e o acordo para a liquidação da dívida externa. Com a redemocratização do País foi eleito Deputado Federal pela sua terra natal cabendo-lhe a Presidência da Comissão de Finanças. Terminado o mandato foi nomeado membro do Conselho Nacional de Economia.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Orçamento e contas públicas de 1935 a 1939. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1940.
- Financiamento de guerra. Rio de Janeiro Jornal do Commercio 1942.
- Finanças e política. Rio de Janeiro Jornal do Commercio 1941.
- Panorama financeiro e econômico da República. Rio de Janeiro Jornal do Commercio 1941.
- Lançamento das obrigações de guerra. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1943.

- Questões atuais de moeda e de crédito. Rio de Janeiro 1944.
 - Questões financeiras. Rio de Janeiro Jornal do Commercio 1945.
 - Situação econômico-financeira Orçamento geral da República para 1949. Plano Salte. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1949.
 - Relatórios (exercícios de 1935 1940-43).
- JOSÉ PIRES DO RIO

Guaratinguetá/SP - 26.11.1880
Nova Délhi-Índia - 23.07.1950

Graduado em Engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto. Exerceu o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas que mais tarde acumulou com a pasta da Agricultura. Em 1923 foi Deputado Federal por São Paulo no mesmo ano renunciou ao mandato por ter sido eleito Prefeito da cidade de São Paulo. Nomeado em Ministro da Fazenda ocupou o cargo durante todo o período do Governo Provisório. Para evitar emissões vendeu parte do que havia sido adquirido pelo Banco do Brasil. Na sua administração registraram-se as seguintes medidas: limitação dos redescontos; a transferência da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária para a Superintendência da Moeda e do Crédito e a criação do Serviço de Importação Aérea em São Paulo e das Tesourarias da Dívida Pública e Fundada e do Meio Circulante na Caixa de Amortização.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- O combustível na economia universal. Rio de Janeiro Liv. José Olympio Ed. [1944]
- Realidades econômicas do Brasil. Rio de Janeiro Liv. José Olympio Ed. 1945.
- A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário. Rio de Janeiro Liv. José Olympio Ed. [1946]

GASTÃO VIDIGAL

São Paulo/SP - 15.05.1889
São Paulo/SP - 14.11.1950

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. Deputado Federal por São Paulo - 1935 e 1946; Presidente da Associação Comercial de São Paulo. Diretor da CACEX Presidente do Sindicato dos Bancos de São Paulo Diretor do Banco de São Paulo Diretor do Banco Mercantil de São Paulo S/A. Em 1937 foi nomeado Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. A sua administração na pasta da Fazenda objetivou combater o recurso à emissão mediante a redução drástica das despesas e limite da atividade administrativa rigorosamente nas possibilidades orçamentárias. Determinou medidas no sentido de que o início das obras por conta dos cofres públicos ainda que houvesse dotação orçamentária deveria ser autorizado expressamente pelo Presidente da República. As despesas com as atividades da administração só podiam ser efetuadas estritamente nas dotações orçamentárias; restringiu a indicação de servidores civis e militares para exercício fora do País e sustou as nomeações readmissões e admissão de qualquer modalidade de extranumerário. Centralizou no Ministério da Fazenda os pagamentos à conta de diversos Ministérios extintas as Tesourarias dos Ministérios e desdobrada a Pagadoria do Tesouro Nacional em 1ª e 2ª Pagadorias. Sob o aspecto econômico extinguiu a taxa que pesava sobre o café regulou as operações de câmbio; garantiu a remessa de lucros do capital estrangeiro e incentivou a entrada de capitais no País; instituiu o Imposto Adicional de Renda e tornou livre de tributação as reavaliações do ativo; regulou os prazos de registro e vigência dos créditos adicionais; suspendeu a subscrição compulsória das Obrigações de Guerra; obrigou as sociedades por ações a requererem à Bolsa de Valores cotação de suas ações e obrigações ao portador e mandou que as disponibilidades de todos os órgãos federais fossem depositadas exclusivamente no Banco do Brasil. Afastou-se do Ministério em outubro de 1946 para candidatar-se ao Governo do Estado de São Paulo.

PEDRO LUÍS CORREIA E CASTRO

Vassouras/RJ - 17.09.1881
Itararé/SP - 16.11.1953

Bacharel em Direito; ingressou no Banco do Brasil tendo sido nomeado Inspetor à época da criação do cargo. Presidente interino do Banco do Brasil. Ao assumir a pasta da Fazenda elaborou um plano

econômico-financeiro visando a eliminação do desequilíbrio orçamentário. Assinou um acordo comercial e de pagamentos com o governo inglês relativo à utilização dos nossos saldos em esterlinos que se encontravam congelados e resgatou empréstimos externos. Nesse período aboliram-se os impostos sobre lucros extraordinários e adicional de renda introduziu-se a taxa progressiva sobre as pessoas jurídicas e regulamentou-se a entrega aos municípios da cota de arrecadação do Imposto de Renda determinada na Constituição de 1946. Os exercícios de 1947 e 1948 foram encerrados com superávit. Por motivo de saúde solicitou exoneração em caráter irrevogável.

Bibliografia:

- Relatório. (Exercício de 1946). Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Rio de Janeiro - 07.02.1882

Rio de Janeiro/RJ - 05.11.1974

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dedicou-se posteriormente aos assuntos econômicos e financeiros ocupando por três vezes a Presidência do Banco do Brasil. No exercício do cargo de Ministro da Fazenda visando a diminuição do déficit orçamentário estabeleceu normas para a execução do Orçamento com severas economias extinguindo o período adicional ao exercício financeiro. Na sua administração foi excluído na Tarifa das Alfândegas o automóvel como bagagem de passageiro uniformizando o tipo das estampilhas do Imposto do Selo e do Papel Selado reorganizado o Serviço de Coletorias Federais e aprovado o Regimento da Divisão da Economia Cafeeira. Ainda na sua gestão foram sancionadas as seguintes leis: a que dispôs sobre os carros oficiais autorizando a cunhagem de 276 milhões de cruzeiros em moedas auxiliares e divisionárias e a que deu nova organização à Casa da Moeda. Ocupou também os cargos de Presidente da Companhia Progresso Industrial do Brasil e Presidente do Banco Português do Brasil. Foi também Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda Membro da Comissão de Planejamento Econômico Presidente da Comissão de Financiamento da Produção e Presidente da Comissão de Indústria de Material Elétrico.

Bibliografia:

- Exposição perante a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro Departamento de Imprensa Nacional 1949.

- Relatório (exercício de 1949). Rio de Janeiro Departamento de Imprensa Nacional 1951.

HORÁCIO LAFER

São Paulo/SP - 03.05.1900

Paris/França - 29.06.1965

Formado em Direito e Filosofia pela Universidade de São Paulo com cursos de aperfeiçoamento na Alemanha; ingressou após seus estudos na carreira política tendo sido Deputado Federal em 1934. Foi Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e Representante do Brasil na Liga das Nações onde defendeu o direito de autoproteção dos países subdesenvolvidos. No Ministério da Fazenda executou um programa de recuperação financeira e reequipamento dos serviços públicos. O saldo dos exercícios financeiros de 1951 e 1952 passou a ser maior do que a soma dos saldos positivos no período de 1890 a 1952 e o Tesouro Nacional passou a ter depósitos no Banco do Brasil. Na sua administração destacaram-se: criação dos Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Nordeste do Brasil extinção da Divisão de Economia Cafeeira e criação do Instituto Brasileiro do Café; regulamentação do mercado de câmbio. Em 1953 foi Governador do Banco Mundial e Presidente da Conferência Mundial do Fundo Monetário. Assumiu em 1959 o Ministério das Relações Exteriores quando criou a Comissão de Planejamento da Política Econômica Exterior.

Bibliografia:

- Discriminação de rendas. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1946.

- O crédito e o sistema bancário no Brasil. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1948.

OSWALDO EUCLYDES DE SOUZA ARANHA

Alegrete/RS - 15.12.1894

Rio de Janeiro/DF - 27.01.1960

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro; iniciou suas atividades políticas no Rio Grande do Sul. Após a Revolução de 1930 nomeado Ministro da Justiça e Negócios Interiores passou depois para a pasta da Fazenda. No início da sua gestão emitiu Obrigações do Tesouro e Letras do Banco do Brasil ante a redução da receita e as despesas extraordinárias determinadas pela Revolução Constitucionalista e a seca do Nordeste. Visando a uniformização da Contabilidade e do Orçamento e a conveniência do mercado cambial suprimiu as contas-correntes em moeda estrangeira nos estabelecimentos bancários; criou a Caixa de Mobilização Bancária a fim de restabelecer a normalidade das operações de crédito; estabeleceu a obrigatoriedade da compra de ouro prata e outros metais preciosos pelo Banco do Brasil. Criou o Departamento Nacional do Café extinguindo o Conselho Nacional do Café. Fixou normas para a elaboração e a execução orçamentária; o sistema de gestão foi substituído pelo de exercício financeiro fixado de primeiro de abril a 31 de março sendo elaborado segundo as novas normas o Orçamento para 1934. Realizou profunda reforma na legislação tributária e na organização do Ministério; traçou um esquema para pagamento da dívida externa que compreendia todos os débitos do Brasil e representava um esforço no sentido de se iniciar o pagamento de compromissos com recursos próprios. Deixou o cargo por ter sido nomeado Embaixador do Brasil em Washington; de 1938 a 1944 foi Ministro das Relações Exteriores. Voltou a ocupar a pasta da Fazenda pela segunda vez em 1953. Nesse período a medida de maior destaque foi a que alterou o processo que vinha seguindo a política de câmbio. As importações ficaram sujeitas à obtenção prévia de promessa de venda de câmbio oferecidas à licitação em Bolsa. A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil foi extinta e instituída a Carteira de Comércio Exterior - CACEX em 1953. Projetou nova reorganização para o Ministério que não chegou a executar. Com o falecimento do Presidente Getúlio Vargas em 1954 dedicou-se à atividade de advogado dela só se afastando para chefiar a Delegação do Brasil à XII Assembléia das Nações Unidas em 1957. Doutor Honoris Causa pelas Universidades George Washington Columbia e Harvard.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Relatório (exercício de 1933). Rio de Janeiro Typ. do Jornal do Commercio 1933
- Discurso pronunciado na sessão de 16 de março de 1934 na Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1934.
- Política econômica e financeira. Rio de Janeiro Departamento de Imprensa Nacional 1954.

EUGENIO GUDIN

Rio de Janeiro - 12.07.1886

Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1905). Professor da Universidade do Brasil Membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos para Estados e Municípios da Comissão de Planejamento Econômico da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil da Comissão de Reconstrução Econômica Financeira do Conselho Técnico de Economia e Finanças da Academia Nacional de Montevidéu da Royal Economic Society e Membro da Diretoria (1956) e Vice-Presidente (1959) da International Economic Association; Governador do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional no período de 1951 a 1956 e Delegado do Brasil à Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods. Criou na sua administração no Ministério da Fazenda o Imposto sobre Energia Elétrica quando instituído o Fundo Federal de Eletrificação e introduziu o sistema de desconto na fonte do imposto incidente sobre os rendimentos do trabalho assalariado. Atuou como Engenheiro na construção de Ribeirão das Lages nas obras do Rio Carioca do abastecimento d'água do Rio de Janeiro da Exposição Nacional de 1908 e várias outras obras tais como na Construção da grande represa do Acaraé no Ceará. Foi Presidente da Associação das Estradas de Ferro do Brasil da Companhia Paulista de Força e Luz e da Sociedade Brasileira de Economia Política. Doutor Honoris Causa pela Universidade de Dijon e pela Universidade da Bahia (1957) recebeu também Diploma de Doutor Causa da Escola Superior de Guerra (1978) Professor da Universidade do Brasil (1957). Sócio honorário da American Economic Association. Homem Global (1973) e Homem Visão (1974). Escreveu inúmeros artigos para jornais publicou conferências e estudos em revistas técnicas sendo que na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Câmbio e café. 1934
- Capitalismo e sua evolução. 1935.
- Princípios de economia monetária. 1943. [7ª ed. rev. em 1970. 2v.1
- Para um mundo melhor. Ed. de 1943 e 1970.

- Ensaios. 1944.
- Rumos de política econômica. 1945.
- Inflação crédito e desenvolvimento econômico. 1956.
- Análises de problemas brasileiros. 1965.
- Para um Brasil melhor. 1969.
- Vem redigindo artigos para o Jornal O Globo Rio de Janeiro.

MÁRIO LEOPOLDO PEREIRA DA CÂMARA

Rio de Janeiro - 12.07.1886

Bacharelado em Direito pela Faculdade de Recife. Em 1909 ingressou no Ministério da Fazenda em virtude de nomeação para o cargo de Primeiro Escriurário da Alfândega de Recife e posteriormente Procurador da Fazenda Nacional. Interventor no Rio Grande do Norte Membro do Primeiro Conselho de Contribuintes Delegado do Tesouro Brasileiro em New York. Foi oficial de Gabinete dos Ministros da Fazenda Annibal Freire Getúlio Vargas e Oliveira Botelho; Subchefe da Casa Civil do Presidente da República João Café Filho veio a ocupar a pasta da Fazenda ainda em sua gestão continuando seu mandato quando assumiu a direção do País o Presidente da Câmara dos Deputados e o Vice-Presidente do Senado. Regulou no seu período de Ministro da Fazenda a fiscalização direta externa e permanente do Imposto de Renda.

JOSÉ MARIA ALKIMIM

Bocaiúva/MG - 11.06.1901
Belo Horizonte/MG - 22.04.1974

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi Deputado Federal por Minas Gerais em diversas legislaturas. Ocupou entre outros os cargos de Secretário das Finanças Presidente do Tribunal de Contas em Minas Gerais Diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil Membro do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito. No seu período de Ministro da Fazenda iniciou-se a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional mediante concessão de isenção dos impostos de renda e consumo pelo prazo de dez anos às indústrias que se localizassem nas regiões Norte e Nordeste do País e criou-se a Zona Franca de Manaus. No período de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967 eleito pelo Congresso Nacional ocupou o cargo de Vice-Presidente da República.

Bibliografia:

- Discursos pronunciados durante a Conferência Internacional do Café. Rio de Janeiro 1958.

LUCAS LOPES

Ouro Preto/MG - 25.06.1911

Engenheiro Civil e Economista Professor de Geografia Econômica da Universidade de Minas Gerais; exerceu os cargos de Secretário da Agricultura Indústria e Comércio da Viação e Obras Públicas em Minas Gerais; Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Ministro da Viação e Obras Públicas por duas vezes e Coordenador do Programa de Estabilização Monetária no período de 1956 a 1959. Da sua administração no Ministério de Fazenda destacou-se a substancial alteração na legislação do Imposto de Renda: foi concedida às pessoas jurídicas a faculdade de elevarem o seu capital mediante o aproveitamento de reservas ou correção monetária do ativo imobilizado ficando os sócios ou acionistas isentos do pagamento do imposto sobre o valor das ações ou bonificações. Quanto à pessoa física introduziram-se novas diretrizes para a concessão de determinados abatimentos e deduções. Portador Honoris Causa do Diploma de "Doctor of Laws" da New York University; Doutor Honoris Causa da Escola de Minas de Ouro Preto; Doutor Honoris Causa pela Escola Superior de Guerra; Homem de Visão – 1959.

Bibliografia:

- O Brasil no mercado mundial de minério de ferro. 1964.

SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA

Estrela do Sul/MG - 22.11.1912
Rio de Janeiro/RJ - 19.11.1975

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou a carreira bancária adquirindo experiência em todos os departamentos do Banco Nacional do Comércio de São Paulo estabelecimento de propriedade da família Paes de Almeida. Fundou indústria de vidro e empresas de aviação. Foi Presidente do Banco do Estado e Secretário da Fazenda de São Paulo; Presidente do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda em caráter interino por duas vezes na gestão do Ministro José Maria Alkímim e Ministro Lucas Lopes. No período em que exerceu o cargo como efetivo foram instituídas a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e a Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC.

CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT

Salvador/BA - 28.09.1900
Salvador/BA - 13.08.1981

Bacharel em Direito pela Faculdade da Bahia (1920). Professor de Direito Comercial banqueiro e industrial. Foi também Jornalista chegando a Redator-Chefe e Diretor-Secretário do Diário da Bahia. Foi Diretor da Associação Comercial onde levantou questões como das dificuldades impostas pelo sistema tributário ao desenvolvimento das indústrias regionais. Ocupou os cargos de Ministro da Educação e da Saúde e de Presidente do Banco do Brasil. No período de sua administração no Ministério da Fazenda foram constituídas as Centrais Elétricas Brasileiras S/A Eletrobrás. Consolidou os débitos brasileiros mediante acordo com os credores americanos e europeus Emitiu Instruções que se tornaram célebres principalmente as de nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito que extinguiu os subsídios a produtos de importação; instituiu a política de defesa do café com os próprios recursos pela Instrução 205 e finalmente a completa liberdade de câmbio pela Instrução 208. Chefiou a Delegação Brasileira à Conferência de CIES em Punta del Este da qual resultou a assinatura da Aliança para o Progresso. Com a Renúncia do Presidente Jânio Quadros permaneceu como Ministro da Fazenda durante a Presidência do Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara dos Deputados em função de Presidente da República) demitindo-se do cargo na véspera da posse do novo Presidente. Exonerando-se do cargo voltou à Presidência do Banco da Bahia.

WALTER MOREIRA SALLES

Pouso Alegre/MG - 28.05.1912

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo quando já exercia o cargo de Gerente da Casa Bancária. Moreira Salles S/A. Ocupou os cargos de Diretor da Carteira Geral do Banco do Brasil e Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito. Na qualidade de Conselheiro Econômico compareceu à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e à Reunião Anual dos Diretores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Conselheiro do Ministro da Fazenda; Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos por duas vezes. Foi o Primeiro Ministro da Fazenda do Governo Parlamentarista. Nesse período foi introduzida a obrigatoriedade da declaração de bens com a declaração anual de rendimentos instituído um Empréstimo Público de Emergência de caráter compulsório com base no Imposto de Renda devido pelas pessoas Física e Jurídica. Em junho de 1962 com os demais membros do Conselho de Ministros pediu demissão. Indicado novamente permaneceu no cargo até a renúncia do Primeiro Ministro do Segundo Gabinete Parlamentarista a 14 de setembro de 1962.

FRANCISCO DE PAULA BROCHADO DA ROCHA

Porto alegre/RS - 08.08.1910
Porto alegre/RS - 26.09.1962

Bacharel em Direito Professor de Direito constitucional da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi Secretário da Educação e Cultura da Segurança Pública Interior e Justiça e Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Eleito Primeiro Ministro do Segundo Gabinete Parlamentarista em 10 de julho de 1962 respondeu pela Pasta da Fazenda por 17 dias no impedimento do titular. A 14 de setembro do mesmo ano renunciou ao cargo de Primeiro Ministro.

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA SOBRINHO

Salvador/BA - 02.05.1912

Salvador/BA - 07.05.1967

Engenheiro e Professor da Cadeira de Materiais de Construção da Universidade da Bahia. No período de 1952 a 1958 representou o Brasil no Conselho Interamericano do Comércio e Produção. Em agosto de 1962 nomeado Subsecretário de Estado dos Negócios da Fazenda na época do Parlamentarismo exerceu o cargo de ministro da Fazenda no impedimento do titular e em seguida como efetivo. Foi o último Ministro da Fazenda do regime parlamentarista. Firmou um contrato com a Fundação Getúlio Vargas para organizar coordenar os levantamentos estudos e projetos de implantação de rotinas necessárias à reestruturação das repartições arrecadoras federais e formular recomendações sobre o sistema tributário nacional. Foi Diretor Presidente da Associação Comercial da Bahia Reitor da Universidade Federal da Bahia Primeiro Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras Diretor-Presidente do Banco Econômico da Bahia S/A e Deputado Federal pela Bahia.

FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS

Rio de Janeiro/DF - 30.10.1911

Rio de Janeiro/GB - 06.09.1964

Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Lecionou Legislação e Economia Política e de Instituições de Direito Civil Comercial na Universidade do Brasil e foi Professor de Direito Romano na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Corte Permanente Internacional de Arbitragem de Haia e Ministro das Relações Exteriores no Governo Parlamentarista. Com o restabelecimento do regime presidencialista foi nomeado Ministro da Fazenda cargo que exerceu por cinco meses. Deputado Federal por Minas Gerais (1959-63).

CARLOS ALBERTO ALVES DE CARVALHO PINTO

São Paulo/SP - 15.03.1910

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Professor de Ciências das Finanças. Ocupou os cargos de Secretário da Fazenda Ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Governador do Estado de São Paulo e Ministro da Fazenda. No cargo de Ministro da Fazenda exerceu missões no Exterior como Membro da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional Membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento Membro do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e Presidente do Conselho Interamericano Econômico e Social. Foi eleito Senador Membro da Comissão de Finanças e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado já tendo sido Presidente de várias Comissões Especiais além da Comissão de Economia.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Hermenêutica das leis fiscais. 1941/43
- Discriminação de rendas. 1941/43.
- A cláusula - ouro nas concessões de serviço público. 1943.
- Política econômico-financeira. 1967.
- Política cafeeira. 1970.

NEY NEVES GALVÃO

Rio Pardo/RS - 22.03.1902

Em 1923 ingressou no Banco da Província do Rio Grande do Sul iniciando assim a carreira bancária. Exerceu o cargo de Superintendente o mais elevado posto da carreira funcional; eleito Diretor em 1955 e reeleito em 1960. Foi Presidente do Banco do Brasil e em setembro de 1963 assumiu o cargo de Ministro Extraordinário. No Ministério da Fazenda visando incrementar o turismo como fonte de divisas estrangeiras autorizou a entrada no País por via rodoviária de qualquer veículo automotor de passageiros pertencente a turistas provenientes da Argentina Uruguai e Paraguai sem prestação de fiança e isentando o pagamento de tributos.

OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Rio de Janeiro/DF - 07.01.1906

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais com curso de Doutorado pela Faculdade do Rio de Janeiro tendo feito curso de especialização em Economia na American University (Washington); Professor de Ciências Econômicas e Sociais na Universidade do antigo Estado da Guanabara. Ingressou no Ministério da Fazenda Seção em 1926 na Diretoria-Geral do Imposto de Renda. Foi Membro do Conselho Nacional de Economia do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal do Primeiro Conselho de Contribuintes (1934) Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros (1939-51). Representante do Brasil às Convenções sobre estabilização monetária membro da Delegação do Brasil à Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods e da Delegação Brasileira à Convenção de Estudos de Investimentos - New York. Exercia o cargo de Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito quando viu-se nomeado em caráter interino para o cargo de Ministro da Fazenda na gestão do Ministro Eugênio Gudin. Na sua administração como titular do cargo destacaram-se: autorização da emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro; elaboração do projeto de sistematização tributária que encaminhado ao Congresso Nacional se converteu na Emenda Constitucional nº 18 de 1º de dezembro de 1965 e do Anteprojeto do Código Tributário Nacional consubstanciado na Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966; instituição do cruzeiro novo; reformulação da Legislação do Imposto de Consumo que passou a se denominar Imposto sobre Produtos Industrializados do Imposto de Renda e do Imposto de Importação; criação do Imposto sobre Transporte Rodoviário do Imposto único sobre Minerais e do Imposto sobre Operações Financeiras; transformação da Superintendência da Moeda e do Crédito em autarquia federal sob a denominação de Banco Central da República do Brasil; criação do Banco Nacional da Habitação - BNH; criação da Sociedade de Crédito Mobiliário e Letras Imobiliárias; reorganização da Divisão do Imposto de Renda e das Diretorias de Rendas Internas e Rendas Aduaneiras transformando-as em Departamentos; criação do Departamento de Arrecadação e recolhimento de receitas federais por intermédio de estabelecimentos bancários oficiais e privados; extinção do Imposto do Selo. Criação do Conselho Monetário Nacional; concessão de estímulos fiscais à capitalização das empresas (Dec.-Lei nº 157/67); criação do Cadastro Geral de Pessoas Físicas e Jurídicas; criação do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados). Foi Presidente do Banco do Estado da Guanabara hoje BANERJ e Presidente da COPEG (Companhia Progresso do Estado da Guanabara S/A) no período de 1971-73. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Economia (FGV). Catedrático por concurso da Faculdade Federal de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro; Doutor Honoris Causa em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Orientação e controle em economia. Rio de Janeiro /Bedeschi/ 1941.
- Economia e política econômica. Rio de Janeiro Agir 1960.
- Dois conceitos de lucro. Rio de Janeiro APEC 1969.
- O Brasil e a política monetária internacional. Rio de Janeiro 1972.
- Política monetária brasileira. Brasília IPEAC 1973.

ANTÔNIO DELFIM NETTO

São Paulo/SP - 01.05.1928

Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo; Catedrático de Economia Brasileira na Faculdade em que se graduou. Seu primeiro emprego foi como Auxiliar de Escritório na Indústria Gessy do Brasil. Quando estudante de economia trabalhou no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. Foi Secretário de Fazenda em São Paulo (1966-67). Membro do Grupo de Planejamento do Governo Carvalho Pinto (SP) do Conselho do Fundo de Expansão da Indústria de Base do Conselho Técnico de Economia Sociologia e Política da

Federação do Comércio do Estado de São Paulo da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí do Conselho Universitário da USP do Conselho Nacional de Economia. Convidado em 1967 pelo Presidente Costa e Silva ocupou o cargo de Ministro da Fazenda permanecendo nesta pasta na Presidência Emílio Garrastazu Médici. Seu período na pasta da Fazenda coincide com o ciclo de grande expansão batizado como "milagre econômico"; seu nome ficou associado não apenas à prosperidade mas também ao lado social da política trabalhista que a acompanhou. Exerceu o controle de salários bem como sobre os preços dos principais produtos industriais de consumo. Na sua administração foram reformuladas as estruturas da administração fazendária através da implantação de métodos científicos de atuação e do treinamento constante e orientado dos seus quadros funcionais. Implantou a Reforma Administrativa extinguindo a Direção Geral da Fazenda Nacional os Departamentos de Rendas Internas Rendas Aduaneiras Imposto de Renda e de Arrecadação a Comissão de Eficiência e a Seção de Organização que foram substituídas em suas funções pela Secretaria da Receita Federal. A Caixa Econômica Federal e a Casa da Moeda passaram a empresa pública foi criado o Conselho Interministerial de Preços introduzindo alterações profundas em toda a sistemática de acompanhamento da evolução dos preços e custos industriais no País. Criação do Banco Multinacional Brasileiro liderado pelo Banco do Brasil e do "European Brazilian Bank (EUROBRAZ) com sede em Londres. Promovidos lançamentos dos títulos do Tesouro Brasileiro nos mercados de capitais europeus no valor de 100 milhões de marcos. Instituída a Loteria Esportiva Federal. Foram criadas a Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (COPLANC) o Cartão de Identidade Cadastral a Taxa Rodoviária Federal e o Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal (CETREMFA) que se transformou em ESAF (Escola de Administração Fazendária). Extintas as Delegacias Fiscais e criadas as Delegacias do Ministério da Fazenda nos Estados. Na área da política fiscal tributária destaca-se: aumento da eficiência e produtividade da máquina fisco-tributária; maior difusão do tributo; ampliação do universo de contribuintes; sistema de Incentivos fiscais setoriais e regionais; aumento progressivo do imposto de renda na receita em detrimento do IPI; redução da carga tributária individual sem prejuízo da arrecadação. Na área de política monetária: introdução de instrumentos de controle e neutralização da inflação sobre o mercado interno das reservas do País em divisas; equilíbrio entre o crédito externo e interno. No setor de política cambial deve ser destacado: introdução da taxa flexível de câmbio; formação de um nível de reservas em divisas que assegurasse independência do País em matéria de negociações com o exterior; minimização dos efeitos de alterações cambiais sobre o mercado interno. Como Ministro da Fazenda exerceu atividade como: Presidente do Conselho Monetário Nacional e da Comissão de Programação Financeira; Membro do Conselho de Segurança Nacional e Conselho Interministerial de Preços; Governador pelo Brasil do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; Membro pelo Brasil dos organismos de direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Foi Embaixador do Brasil na França (1975-78). Era Ministro da Agricultura (1979) quando foi nomeado para o cargo de Ministro-Chefe da SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) cargo em que permanece.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Alguns problemas da agricultura brasileira .
- O trigo no Brasil. (Em colaboração).
- Agricultura e desenvolvimento no Brasil (por Antônio Delfim Netto Affonso Celso Pastore e Eduardo Pereira de Carvalho) São Paulo 1996.
- Política econômica e financeira do governo 1967/1968. Rio de Janeiro.
- O problema do café no Brasil. São Paulo Instituto de Pesquisas Econômicas 1981. /Tese de Doutorado.
- Sobre alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

Rio de Janeiro/ RJ - 19.02.1935

Oficial da Reserva da Marinha formou-se em Engenharia Civil com especialização em Engenharia Econômica e Economia atuando como Consultor de inúmeras empresas privadas e ligando-se à Fundação Getúlio Vargas onde ocupou várias funções passando a dirigir a Escola de Pós-Graduação em Economia a partir de 1965. Consagrado como técnico desde o início da sua carreira profissional participou ativamente da instituição da correção monetária da formulação da política salarial e de diversos estudos vinculados às áreas cambial industrial e habitacional particularmente no Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Esteve à frente do MOBREAL (Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização) durante o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Convidado

pelo Presidente Ernesto Geisel para exercer o cargo de Ministro da Fazenda executou com firmeza uma política econômica destinada a enfrentar a crise internacional decorrente da elevação abrupta dos preços do petróleo em 1973 obtendo-se índices satisfatórios de crescimento do produto real e dos níveis de emprego desde então ao mesmo tempo em que se superava com êxito a inflação reprimida aguda existente no início de 1974. Dada a prioridade do Balanço de Pagamentos traçou uma estratégia de substituição de importações de insumos básicos e de revigoramento da política de comércio exterior concedendo maiores financiamentos às exportações as quais se elevaram de US\$ 6.198 mil dólares (1973) para US\$ 12.659 mil dólares (1978) com significativa presença dos produtos manufaturados onde tiveram lugar de destaque os incentivos estabelecidos pela CIEX (Comissão de Incentivos às Exportações) e pela BEFIEX (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação) além das rodadas de negociações no âmbito do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade/Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio) paralelamente aos acordos com os EUA (crédito-prêmio do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados). Consolidou com o desenvolvimento de novos cursos a formação de recursos humanos a cargo da Escola de Administração Fazendária (ESAF). Com ampla participação de todos os segmentos da sociedade notadamente a área empresarial aperfeiçoou a política fiscal introduzindo o sistema de bases correntes no imposto de renda além de obter do Congresso Nacional a nova Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404 de 15.12.1976) e criar a Comissão de Valores Mobiliários entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda (Lei nº 6.385 de 07.12.1976) visando a fortalecer o mercado brasileiro de capitais e o sistema da livre empresa. Em 1979 ocupou o Ministério do Planejamento por cerca de cinco meses no Governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Escreveu vários livros sendo que na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Teoria microeconômica. 3ª ed. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas 1977.
- Macroeconomia. 4ª ed. Rio de Janeiro APEC Ed. 1978-79.

KARLOS HEINZ RISCHBIETER

Blumenau/SC - 24.10.1927

Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira pública como Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) hoje Banco do Desenvolvimento do Paraná (BADEP) onde trabalhou de 1962 a 1965 tendo sido mais tarde seu Presidente. Foi Assessor do Presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC) no Rio de Janeiro assumindo em seguida a Chefia do Instituto em Hamburgo na Alemanha de 1965 a 1967 período em que acumulava o cargo de Membro do Conselho Consultivo de Planejamento do Ministério do Planejamento. De 1968 a 1971 foi Diretor-Gerente da Paraná Comércio e Administração S/A e Diretor da PAFISA - S/A Crédito Financiamento e Investimento. Voltou ao setor público em 1972 como Presidente do BADEP. Em 1974 foi nomeado Presidente da Caixa Econômica Federal no Governo do Presidente Ernesto Geisel e como tal foi Representante do Brasil no 2º Encontro Econômico Brasil/Alemanha tendo apresentado trabalho intitulado "Desenvolver o Brasil; um desafio não só para brasileiros" (edição bilingüe em alemão e português). Em 1977 assumiu a Presidência do Banco do Brasil e em 1978 foi Presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE). Em 1979 ocupou a pasta da Fazenda permanecendo até 1980 quando se incompatibilizando pediu sua demissão. Na sua gestão entre outros atos destacam-se os seguintes: instituição da Câmara Superior de Recursos Fiscais; o que suprimiu a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre o 13º salário (Dec.-Lei nº 1.695 de 18.09.1979); o que transferiu o CIP (Conselho Interministerial de Preços) para a Secretaria de Planejamento; o da criação da Secretaria Executiva do CONCEX; o referente à transferência do CONCEX (Conselho Nacional de Comércio Exterior) do Ministério da Indústria e do Comércio para o Ministério da Fazenda; extinção do registro de letras de câmbio e notas promissórias - Dec.-Lei nº 1.700 de 18.10.1979; o que dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento antecipado pelas pessoas físicas do imposto de renda surgindo então a idéia do "Carnê Leão" - Dec.-Lei nº 1.705 de 23.10.79. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Volvo do Brasil Motores e Veículos S/A (Curitiba-PR).

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- A política monetária e o sistema financeiro no atual contexto inflacionário. Brasília ESAF 1979. /Discurso/
- O BID e a realidade Latino-Americana. Brasília ESAF 1980. /Discurso/
- Diretrizes e metas da política financeira e tributária do governo. Brasília ESAF 1980./Discurso/
- A importância das micro-empresas no desenvolvimento econômico e social. Brasília ESAF 1980. /Discurso/

ERNANE GALVÊAS

Cachoeiro do Itapemirim/ES - 01.10.1922

Bacharel em Ciências e Letras Contador Economista e Advogado tendo completado seus estudos de Economia no Instituto de Economia de Wisconsin no Centro Monetário Latino-Americano México. Fez mestrado em Economia pela Universidade de Yale Connecticut. Ingressou no Banco do Brasil em 1942 tendo desempenhado importantes funções até 1953. Foi Chefe Adjunto do Departamento Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) órgão extinto (1953-61); Assistente Econômico do Ministro da Fazenda (1961-63 e 1965-66); Diretor-Financeiro da Comissão de Marinha Mercante (1963-65); Diretor da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S/A (1966-68); Presidente do Banco Central do Brasil por dois períodos (1968-74 e 1979-80). Passou pelo setor privado durante alguns anos como Vice-Presidente da companhia Aracruz Celulose S/A. Em várias oportunidades exerceu o magistério superior na Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro na Faculdade de Ciências Econômicas do antigo Estado da Guanabara e no Curso de Pós-Graduação do Conselho Nacional de Economia. Tomou posse no Ministério da Fazenda em janeiro de 1980 no meio de um dos períodos mais conturbados da economia mundial. Como Ministro exerce as funções de Representante do Brasil junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Fundo Africano de Desenvolvimento Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata; também como Ministro é o Presidente do Conselho Monetário Nacional Conselho Nacional de Comércio Exterior bem como de outros órgãos colegiados interministeriais; Membro dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico Social e Industrial. Assumiu o Ministério em plena ocorrência da segunda crise do petróleo (1979-80) A partir de quando o País teve de redobrar seus esforços no sentido de combater a inflação reequilibrar o Balanço de Pagamentos reduzir nossa dependência de energia importada e sobretudo conceber estratégia que possibilitasse o ajustamento da economia brasileira a uma nova realidade econômica internacional. Sua administração enfrentou esse quadro adverso que logo em seguida foi agravado por uma brutal elevação das taxas de juros no mercado internacional pelo aprofundamento da recessão mundial e pela queda de preços de nossos principais produtos de exportação fatores que ampliaram as dificuldades do nosso balanço de pagamentos e da dívida externa. Sem dúvida que um dos mais graves problemas enfrentados foi a crise de 1982 caracterizada pela severa restrição de liquidez nos mercados financeiros provocada pela brusca interrupção dos fluxos normais de empréstimos do sistema bancário internacional para os países em desenvolvimento especialmente em face da retração dos pequenos e médios bancos europeus e norte-americanos. Em virtude desse encurtamento dos mercados financeiros e seus graves desdobramentos o Ministro foi chamado a decidir com seus pares dos demais Ministérios da área econômica a forma de resolver os problemas do Balanço de Pagamentos. O recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a negociação com os credores internacionais foram os caminhos seguidos pelo Brasil com razoável sucesso para o que muito contribuiu seu prestígio pessoal bem como sua experiência serenidade e habilidade de negociação.

Publicou vários livros além de inúmeros artigos e estudos de Economia e Política econômica em jornais e revistas nacionais e estrangeiras; na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Brasil - fronteira do desenvolvimento. Rio de Janeiro APEC Ed. 1974
- Brasil - inflação e desenvolvimento.
- Brasil: economia aberta ou fechada? Rio de Janeiro APEC Ed. 1982.
- Aprendiz de empresário Rio de Janeiro Livros Técnicos e Científicos Editora S/A 1983.

FRANCISCO OSWALDO NEVES DORNELLES

Bacharelado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1958. Concluiu o curso de Técnico em Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes na Academia do Rio de Janeiro. Obteve o Diploma de Estudos Superiores Europeus no Centre Européen Universitaire na Universidade de Nancy na França Diploma do Programa Internacional de Tributação em Harvard Law School - Universidade de Harvard. Mestrado em Direito Público - Faculdade Nacional de Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Direito Público - Faculdade Nacional de Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participou de várias Conferências Congressos e Seminários. Exerceu cargos e funções no Serviço Público: Secretário particular do Presidente do Conselho de Ministros. Membro do Conselho Central da Fundação da Casa Popular. Procurador Representante da Fazenda na Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Professor de Direito Financeiro - Faculdade de Direito Cândido Mendes. Procurador da Fazenda Nacional na Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (Imposto de Renda de Pessoa Física). Participou como Membro da

Delegação brasileira que negociou acordos para evitar a dupla tributação da renda com os governos de vários países inclusive como chefe de algumas delas. Foi nomeado Secretário da Receita Federal - mar. 1979/mar.1985. Membro do Conselho Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) - ago. 1983/mar. 1985. Presidente da Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (COPLANC) - jan. 1981/mar. 1985. Foi Ministro da Fazenda - mar/ago. 1985. Teve vários artigos e trabalhos publicados em jornais e revistas especializadas foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Na Câmara Federal foi Presidente da Comissão de Finanças. Membro da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Membro Efetivo da Comissão de Finanças e Tributação. Membro Suplente da Comissão de Economia. Relator da Medida Provisória nº 299/91. Membro efetivo da Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de emenda à Constituição 48/91 que trata do Sistema Tributário Nacional. Atualmente exerce a função de Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e do Emprego.

MAÍLSON FERREIRA DA NÓBREGA

Cruz do Espírito Santo/PB - 14.05.1942

Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e de Administração do Distrito Federal (1974). Fez curso na Escola Superior de Guerra. Funcionário de carreira do Banco do Brasil desde 1963 onde exerceu diversos cargos de relevo dos quais o de Chefe da Consultoria Técnica da Presidência. Foi Chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Indústria e do Comércio (em 1977) convidado pelo Ministro Angelo Calmon de Sá. No Ministério da Fazenda iniciou sua colaboração como Coordenador de Assuntos Econômicos em março de 1979. Nomeado para Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e Substituto do Ministro da Fazenda durante o seu impedimento em março de 1983. Foi Presidente da Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - COTEPE/ICM (1979-83). Integrou vários Conselhos Comissões e Grupos de Trabalho em órgãos colegiados. Participou de diversas missões no exterior como Delegado do Brasil em reuniões do Fundo Monetário Internacional do Banco Mundial e outras.

Na sua bibliografia destaca-se o seguinte:

- Desenvolvimento da agropecuária nordestina. Boletim Trimestral do Banco do Brasil 3 1973.
- Taxas de juros e créditos subsidiados. Exposição na CPI dos juros da Câmara dos Deputados. Brasília 1981.

ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO

São Paulo/SP - 20.09.1953

Zélia Maria Cardoso de Mello nasceu em São Paulo em 20 de setembro de 1953. É filha de Emiliano Leopoldo Cardoso de Mello e Auzélia Martoni Cardoso de Mello. cursou a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo onde se bacharelou em 1975. Doutou-se em Economia pela mesma Universidade em 1981 com distinção e louvor. Foi professora Doutora do Departamento de Economia daquela universidade desde 1977;

Tem vários artigos publicados em revistas brasileiras e estrangeiras. Lançou em 1985 o livro "Metamorfoses da Riqueza São Paulo 1845-1895".

Participou de vários projetos de pesquisas. Entre eles citam-se: "Economia Paulista: Mudanças na Composição da Riqueza" e "As Origens do Empresariado Paulista" através dos convênios FINEP/SEPLAN e FIPE/USP; "copatrocinado por FIPE/USP; e "Principais Características e Fatores Condicionantes da Dinâmica da Economia Paulista. 1850-1930" pelo PNPE/IPEA.

Sua experiência profissional abrange tanto a área pública como o setor privado. assim é que em 1976/77 se desempenhou como economista na Companhia Estadual de Casas Populares (CECAP) em São Paulo. Foi analista senior do Banco Auxiliar de São Paulo (1977/78) e consultora da empresa "Dummont Assessoria e Planejamento SC Ltda" em São Paulo (1978). Em 1981/82 atuou como economista junto à Embaixada do Brasil em Londres. De retorno ao Brasil integrou o Conselho Fiscal da Companhia Energética Paulista (CESP) de 1983 a 1987 e assumiu a Diretoria Financeira administrativa da Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo (1984 a 1986). Convidada pelo ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro a integrar sua equipe econômica foi titular da Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional de março de 1986 a maio de 1987. Foi sócia-diretora da "ZLC Consultores Associados S/C Ltda"

MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

Rio de Janeiro/RJ - 1931

Marcílio Marques Moreira filho de Mário Moreira da Silva e Noemia de Azevedo Marques Moreira da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1931 e cursou o primário e secundário em Viena Budapest Rio de Janeiro e Berna. Completou em 1954 o curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e em 1957 e de Bacharel em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De 1957 a 1961 serviu como Secretário na Embaixada do Brasil em Washington onde exerceu também as funções de Diretor temporário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 1963 concluiu Mestrado em Ciência Política na Universidade de Georgetown com tese sobre "Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento". Foi assessor do Ministro da Fazenda na gestão Santiago Dantas (1963) e até fins de 1965 Assessor-Geral de Operações Internacionais do BNDE. Ao iniciar-se o Governo Negrão de Lima assumiu a Vice-Presidência da Companhia Progresso do Estado da Guanabara - COPEG e a partir do início de 1968 à Presidência Companhia de Desenvolvimento das Comunidades - CODESCO empresa estadual dedicada a urbanização de favelas que ajudara a fundar. No final daquele ano licenciou-se do serviço público sendo eleito Vice-Presidente do conglomerado UNIBANCO função que exerceu até 1983 quando passou a integrar o Conselho de Administração do mesmo grupo financeiro. De 1968 a 1971 foi Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de 1974 a 1980 membro do conselho do BNDE. Exerceu em 1986 o cargo de Embaixador do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos da América.

Marcílio iniciou-se no magistério universitário em 1956 como Professor de Direito Internacional na Universidade Cândido Mendes. Em 1964 lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e em 1975 na UERJ (Ciência Política) onde também exerceu entre outros os cargos de Diretor do Centro de Ciências Sociais. É membro honorário do conselho Universitário da PUC e efetivo do Conselho de Administração da Universidade Católica de Petrópolis e do IBAM entre outras instituições de caráter acadêmico e cultural no Brasil e nos Estados Unidos

Colaborou com artigos para jornais e revistas e regularmente pronuncia conferências sobre temas econômicos e políticos no Brasil e nos Estados Unidos. Publicou em 1971 pela Tempo Brasileiro Indicações para o Projeto Brasileiro; em 1980 pela mesma editora Poder Liberdade e Desenvolvimento: Indicações para o Debate Brasileiro e em 1981 de Maquiável a San Tiago pela Universidade de Brasília. Escreveu para essa editora a apresentação a 3ª edição de D.Quixote: Um Apólogo da Alma Ocidental de San Tiago. Em 1983 a Câmara dos Deputados publicou o Perfil Parlamentar de San Tiago Dantas cuja organização e introdução foi de sua responsabilidade. O Twentieth Century Fund de Nova York publicou monografia sua sob o título The Brazilian Quandary em 1986.

Artigos Publicados:

- Jornal do Brasil; Correio da Manhã Cadernos Brasileiros; Gazeta Mercantil; Relações Internacionais; Baromoney Fundação Getúlio Vargas; Documentação e Atualidade Política; Índice; Escola Superior de Guerra; Digesto Econômico; Exame Revista do Serviço Público; Government and Opposition; O Globo; Credit Suisse Bulletin; American Banker; Política e Estratégia; International Herald Tribune; Contribuciones; O Estado de São Paulo; Latin American Finance; Lua Nova.

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO

Pernambuco/PE - 19.05.1946

Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife fez o curso Interamericano sobre Técnicas tributárias no Centro Interamericano de Estudos tributários - Buenos Aires tendo sido bolsista da Organização dos Estados Americanos - OEA. Exerceu algumas atividades profissionais tais como: Oficial de Gabinete das Secretarias de Administração e de Coordenação no período de 1965 a 1966. Adjunto de Auditor Fiscal de 1969 a 1970. Aprovado em concurso público no ano de 1970 como Técnico Fazendário da Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco. Em 1971 ascendeu ao cargo de Diretor Geral da Receita da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Foi chefe do Grupo de trabalho que incorporou as normas do SINIEF (Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico - Fiscais) à legislação do Estado de Pernambuco - 1971. No período de 1971 a 1973 exerceu o cargo de Assessor Jurídico da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Exerceu o cargo de Assessor Especial do Ministério da Agricultura no período de 1973 a 1974 tendo sido Subchefe de Gabinete. No governo Moura Cavalcanti exerceu o cargo de Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco no período de 1975 a 1979. No governo Marco Maciel foi Prefeito da cidade do Recife no período de 1979 a 1982. No governo de Roberto Magalhães foi eleito Vice-Governador do Estado de Pernambuco no período

de 1983 a 1986. No período de 1986 a 1987 foi governador do Estado de Pernambuco. Foi eleito Vereador pela cidade do Recife no ano de 1989. Em 1990 foi eleito deputado Federal pelo Estado de Pernambuco. No ano seguinte (1991) foi Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco no governo de Joaquim Francisco. Exerceu atividades no Magistério tais como: professor de História do Brasil História geral e Organização Social e Política - Colégio Salesiano - 1965 a 1966 professor do I Curso de Atualização Tributária - Secretária da Fazenda de Pernambuco no ano de 1977 Professor Titular da Cadeira de Legislação Tributária - Curso de Administração na Universidade Católica de Pernambuco no período de 1972 a 1974 Professor de Imposto Sobre Valor Agregado - I Simpósio de Atualização Tributária (1978) Professor Titular da cadeira de Política fiscal - Curso de Economia da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA no período de 1978 a 1981. Publicou alguns trabalhos: "A Ideologia do Colonialismo" - Publicado na revista "Idéias" da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco num. 11 - 1968.

Assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em 02/10/92 no qual permaneceu até 16/12/1992.

PAULO ROBERTO HADDAD

Oliveira/MG - 10.07.1939

Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 1962. Fez curso de especialização em Planejamento Econômico no Instituto de Estudos Sociais em Haia Holanda 1965/1966. Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. fundador e primeiro diretor do Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR/UFMG - 1968/1973).

Publicou diversos livros e artigos em revistas especializadas no Brasil e no Exterior. O último livro: Economia Regional: Teorias e Métodos Operacionais 1989. Diploma de Língua Inglesa (Lower Certificate) da Universidade de Cambridge. Professor das Nações Unidas em cursos no Chile uruguai e Brasil desde 1986. Primeiro secretário-executivo da Associação Nacional de Centros de Pós - graduação em Economia - ANPEC - 1971/1973. Professor convidado da Universidade de Vanderbilt - EUA/1970. Participou de vários congressos científicos com apresentação de trabalhos.

Exerceu o cargo de Secretário de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais de 03/79 a 03/82. Secretário da Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais de 03/82 a 03/83. Foi Diretor de Planejamento Econômico da Fundação João Pinheiro de 03/75 a 03/79. Exerceu o cargo de Assessor da Presidência da ACESITA.

Foi responsável pela elaboração e execução de diversos programas governamentais. programa de Desenvolvimento de Centros Intermediários (cidades-dique). Programas de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Renda Programas de Desenvolvimento de Comunidades. Participou de negociação e aprovação de recursos financeiros para a execução de programas de desenvolvimento do Banco Mundial Banco Interamericano de Desenvolvimento no KFW (Alemanha) na Organização das Nações Unidas.

ELISEU RESENDE

Oliveira/MG - 07.02.1929

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tendo obtido o "Master of Sciences" e o "Doctor of Philosophy" (Ph.D) pela Universidade de Nova Iorque. Foi professor Catedrático da Escola de Engenharia da UFMG do Curso de Engenharia Nuclear do Instituto de Pesquisas Radioativas e Professor Titular da Universidade Católica de Minas Gerais. Exerceu os cargos de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e de Ministro de Estado dos Transportes. A partir de 1983 foi eleito Diretor-Presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB) Presidente do conselho de Administração da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC) membro do Conselho de Administração da COPENE - Petroquímica do Nordeste S/A membro do Conselho de Administração da SALGEMA - Indústrias Químicas S/A membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em 4 de junho de 1990 foi eleito Diretor-Presidente de FURNAS - Centrais Elétricas S/A membro do Conselho de Administração da Nuclebrás Engenharia S/A - NUCLEN. Em 21 de outubro de 1992 foi nomeado Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Rio de Janeiro/RJ - 18.06.1931

Fernando Henrique Cardoso Presidente da República Federativa do Brasil desde 1º de janeiro de 1995. Reeito no primeiro turno (como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB/PPB) em 4 de outubro de 1998. Nasceu no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931 é casado e tem três filhos. Foi titular da Cátedra de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras pela Universidade de São Paulo em 1968. Livre Docente em Sociologia Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1963. Concluiu no ano de 1962/63 Curso de pós-graduação no Laboratoire de Sociologie Industrielle na Université de Paris. (1961) Formou-se em Doutor em Ciências pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Especializou-se em Sociologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no ano de 1953.. No ano de 1952 Licenciou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Foi reeleito Presidente da República no primeiro turno como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB/PPB com 35.936.918 votos (53 06%) em 4 de outubro de 1998

Eleito Presidente da República no primeiro turno como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB com 34.377.198 votos (54 3%) 3 de outubro de 1994..

Ministro de Estado da Fazenda Governo Itamar Franco (maio de 1993 a março de 1994).

Ministro de Estado das Relações Exteriores Itamaraty Governo Itamar Franco (outubro de 1992 a maio de 1993).

Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Senado no período de 1988/92.

Membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988..

Relator-adjunto da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte. Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado no período de 1987/88.

Relator do Regimento interno da Assembléia Constituinte. (1987)

Senador Constituinte (1987/88)

Reeleito Senador da República para o Estado de São Paulo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 6.223.900 votos. Atua como titular nas Comissões de Infra-Estrutura e de Educação e como suplente nas Comissões de Constituição Justiça e Cidadania de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos no ano de 1986.

Líder do Governo no Congresso. (1985/86)

Foi candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à Prefeitura de São Paulo (perdendo por uma diferença de menos de 1% de votos) no ano de 1985.

No Senado atuou como Membro efetivo das Comissões de Infra-estrutura e da Educação Membro suplente das Comissões de Constituição Justiça e Cidadania de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos no período de 1983/92

Participante do Grupo Parlamentar Brasil-México.

No ano de 1983 assumiu a cadeira no Senado.

Membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1980. Filiado no diretório de Indianópolis São Paulo em 20/09. A primeira convenção do PMDB foi em 06/11/80.

1978 Eleito Suplente de Senador da República para o Estado de São Paulo pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com 1.240.000 votos.

RUBENS RICÚPERO

São Paulo/ SP - 01.03.1937

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo 1959. Fez curso de preparação à carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco (1960). Funcionário de carreira do Itamaraty desde 1961 onde exerceu várias funções dentre elas o de Chefe da Divisão de Difusão Cultural (1971/74) Chefe da Divisão da América Meridional-II e de Fronteiras (1981/84) Chefe do Departamento das Américas (1981/85) Assessor Internacional do Presidente-eleito Tancredo Neves (1984/85) Assessor Especial do Presidente da República (1985/87) Representante Permanente do Brasil em Genebra (1987/91).

Foi professor de Teoria de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979/87 1994) professor de História das Relações Internacionais do Brasil do Instituto Rio Branco (1980-87 1994) professor honorário da Academia Diplomática do Peru professor da UNITAR - Cursos ministrados no Suriname e Gabão.

Autor de ensaios e artigos sobre relações internacionais história diplomática e desenvolvimento econômico. Recebeu o Prêmio Rio Branco (Medalha de Vermeil) e Medalha Lafayette de Carvalho e Silva.

Assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em março de 1994 permanecendo até meados de setembro de 1994.

CIRO FERREIRA GOMES

Pindamonhangaba/SP - 06.11.1957

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará tendo conquistado o primeiro lugar no vestibular.(1976/79). ainda na faculdade foi monitor da cadeira de Direito Constitucional. Foi professor de Estudos de Problemas Brasileiros - EPB Finanças públicas e Direito tributário da Universidade Vale do Acaraú - UVA. (1980/82). Professor de Direito Constitucional e Direito Tributário da Universidade de Fortaleza - Unifor. (1985/87). Atuou como advogado no período de 1979/82). Exerceu algumas atividades públicas dentre as quais o de Procurador da Prefeitura Municipal de Sobral/CE. (1983/87) Deputado Estadual/CE. (1983/87) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Deputado Estadual/CE (1987/89) líder do Governo do Estado na Assembléia Legislativa (1987/89) Prefeito Municipal de Fortaleza/CE (1989/90) governador do Estado do Ceará/CE (1991/94).

Assumiu o cargo de ministro de Estado da Fazenda em 1994.

PEDRO SAMPAIO MALAN

Rio de Janeiro/RJ - 19.02.1943

Ministro da Fazenda desde 1º de janeiro de 1995.

Presidente do Banco Central do Brasil no período de 09 de setembro de 1993 a 31 de dezembro de 1994.

Consultor Especial e Negociador-Chefe para Assuntos da Dívida Externa - Ministério da Fazenda no período de 1991 a 1993.

Diretor Executivo junto ao Banco Mundial no período de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993;

Diretor Executivo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no período de 1990 a 1992.

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965 e PhD em Economia pela Universidade de Berkeley Califórnia em 1973. Ingressou no Ministério do Planejamento em 1966. Foi membro de Pesquisa Sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Diretor do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque no período de agosto de 1983 a dezembro de 1984. Diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU em Nova Iorque no período de janeiro de 1985 a outubro de 1986.

Antonio Palocci Filho

1/1/2003-

Mayor, Ribeirão Preto, São Paulo, 2001-2002, 1993-1996.

Federal Congressman from the state of São Paulo, 1999-2000, elected on the Workers' Party (PT) slate. Served as 2nd Deputy Chairman of the Tax Reform Committee; a member of the Social Security and Family Committee; an alternate member of the Science and Technology Committee, the Information Technology and Communication Committee and the Planning, Budget and Oversight Committee.

São Paulo State Chairman of the Workers' Party (PT) 1997-1998.

Member of the São Paulo State Legislative Assembly, 1991-1992.

Municipal Councilman, Ribeirão Preto, São Paulo state, 1989-1990.

Antonio Palocci Filho is a Sanitarian and Public Health Physician who earned his medical degree from the University of São Paulo's Ribeirão Preto Medical School. Before being elected to the municipal council, he worked for five years as a civil servant in the Ribeirão Preto office of the São Paulo State

Public Health Secretariat, where he introduced the Workers' Health Ward, and served as Director of the regional office of the Public Health Service.

In 1996, he received the Juscelino Kubitschek Award from SEBRAE-SP (the São Paulo Chapter of the Brazilian Service for Assistance to Small Businesses), for being Mayor of the São Paulo state municipality that provided the best support to small businesses. In 2002, he received the Mário Covas Award from the same institution for his innovative work on behalf of local small businesses.

In 1995, in recognition of his work on behalf of children, while serving as Mayor of Ribeirão Preto, he received the Children and Peace Award from UNICEF. This award is granted to public figures and institutions of the government, civil society or the private sector that make outstanding contributions on behalf of, and for the protection of, children and youths.

Guido Mantega

3/2006 -

Formado em economia pela Universidade de São Paulo. Professor de Economia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP). PhD em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH), com especialização no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor de Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Diretor e chefe da Secretaria Municipal de Planejamento de São. Membro do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenador de políticas econômicas nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998. Conselheiro econômico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 1993 a 2002. Dezenas de artigos publicados em jornais como "Revista de Economia Política", "Estudos CEBRAP" e "Teoria em Debate".

Livro publicado: "Monopolist Accumulation and Crises in Brazil", Paz e Terra, 1981; "Brazilian Economic Policy ", Vozes, 1984; "The Brazil Cost – Myth or Reality ", Vozes, 1997; "Talks with Brazilian Economists II", Editora 34, 1999, among others.

Ministro do Planejamento, em 2003 e Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), em 2004.

Relatório 4: Planilhas e tabelas

Ministros Imperiais	Período	Partido
Manuel Alves Branco (depois o 2º visconde de Caravelas)	20/07/1847 a 08/03/1848	Liberal
José Carlos Pereira de Almeida Torres (visconde de Macaé)	08/03/1848 a 31/05/1848	Liberal
Francisco de Paula Souza e Mello	31/05/1848 a 29/09/1848	Liberal
Pedro Araújo Lima (visconde de Olinda, depois marquês)	29/09/1848 a 06/10/1849	Conservador
José da Costa Carvalho (visconde de Monte Alegre, depois marquês)	06/10/1849 a 11/05/1852	Liberal
Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí)	11/05/1852 a 06/09/1853	Conservador
Honório Hermeto Carneiro Leão (visconde do Paraná, depois conde e marquês)	06/09/1853 a 03/09/1856	Conservador
Luis Alves de Lima e Silva (conde de Caxias, depois marquês e duque)	03/09/1856 a 04/05/1857	Conservador
Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda)	04/05/1857 a 12/12/1858	Conservador
Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté)	12/12/1858 a 10/08/1859	Conservador
Ângelo Moniz da Silva Ferraz (barão de Uruguaiana)	10/08/1859 a 02/03/1861	Conservador
Luis Alves de Lima e Silva (marquês de Caxias, depois duque)	02/03/1861 a 24/05/1862	Conservador
Zacarias de Góes e Vasconcellos	24/05/1862 a 30/05/1862	Liberal
Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda)	30/05/1862 a 15/01/1864	Liberal
Zacarias de Góes e Vasconcellos	15/01/1864 a 31/08/1864	Liberal
Francisco José Furtado	31/08/1864 a 12/05/1865	Liberal
Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda)	12/05/1865 a 03/08/1866	Liberal
Zacarias de Góes e Vasconcellos	03/08/1866 a 16/07/1868	Liberal
Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí)	16/07/1868 a 29/09/1870	Conservador
José Antônio Pimenta Bueno (visconde de São Vicente, depois marquês)	29/09/1870 a 07/03/1871	Conservador
José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco)	07/03/1871 a 25/06/1875	Conservador
Luis Alves de Lima e Silva (duque de Caxias)	25/06/1875 a 05/01/1878	Conservador
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (depois visconde de Sinimbu)	05/01/1878 a 28/03/1880	Liberal
José Antônio Saraiva	28/03/1880 a 21/01/1882	Liberal
Martinho Álvares da Silva Campos	21/01/1882 a 03/07/1882	Liberal
João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º visconde de Paranaguá, depois 2º marquês)	03/07/1882 a 24/05/1883	Liberal
Lafayette Rodrigues Pereira	24/05/1883 a 06/06/1884	Liberal
Manoel Pinto de Souza Dantas	06/06/1884 a 06/05/1885	Liberal
José Antônio Saraiva	06/05/1885 a 20/08/1885	Liberal
João Mauricio Wanderley (barão de Cotegipe)	20/08/1885 a 10/03/1888	Conservador
João Alfredo Correia de Oliveira	10/03/1888 a 07/06/1889	Conservador
Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro Preto)	07/06/1889 a 15/11/1889	Liberal

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

Tabela MC-30
Depósitos a prazo 1901-1997
Saldos em final de período

Período	Banco do Brasil	Bancos comerciais	Outras instituições	Total
Milhares de contos de réis (1.000.000\$000)				
1901	03/01	3,7	90,6	94,3
	06/01	2,7	66,8	69,5
	09/01	2,6	89,7	92,3
	12/01	2,6	69,0	71,6
1902	03/02	0,5	44,3	44,8
	06/02	0,6	45,3	45,9
	09/02	0,7	40,4	41,1
	12/02	0,7	41,1	41,8
1903	03/03	4,5	31,7	36,2
	06/03	4,1	34,7	38,8
	09/03	1,0	31,7	32,7
	12/03	0,9	30,9	31,8
1904	03/04	1,0	49,5	50,5
	06/04	1,6	47,2	48,8
	09/04	1,9	49,1	51,0
	12/04	1,9	33,5	35,4
1905	03/05	2,0	38,9	40,9
	06/05	1,7	42,5	44,2
	09/05	1,0	38,6	39,6
	12/05	3,1	47,9	51,0
1906	03/06	3,6	48,0	51,6
	06/06	3,6	48,4	52,0
	09/06	3,6	46,0	49,6
	12/06	3,6	56,0	59,6
1907	03/07	3,6	45,8	49,4
	06/07	4,2	59,3	63,5
	09/07	4,6	57,4	62,0
	12/07	5,0	63,9	68,9
1908	03/08	5,1	66,4	71,5
	06/08	5,2	68,6	73,8
	09/08	5,9	69,5	75,4
	12/08	14,0	73,1	87,1
1909	03/09	15,4	71,5	86,9
	06/09	13,0	70,2	83,2
	09/09	19,6	75,8	95,4
	12/09	41,9	92,9	134,8
1910	03/10	42,3	122,7	165,0
	06/10	44,6	129,7	174,3
	09/10	37,4	122,1	159,5
	12/10	28,3	109,4	137,7
1911	03/11	28,9	121,8	150,7
	06/11	23,8	135,4	159,2
	09/11	26,4	158,1	184,5
	12/11	24,3	172,5	196,8
1912	03/12	22,2	186,8	209,0
	06/12	22,2	188,6	210,8
	09/12	21,0	205,3	226,3
	12/12	26,0	194,0	220,0
1913	03/13	26,0	189,9	215,9
	06/13	26,0	185,8	211,8
	09/13	22,5	209,9	232,4
	12/13	19,0	234,0	253,0
1914	03/14	15,0	250,0	265,0
	06/14	11,0	266,0	277,0
	09/14	6,0	241,0	247,0
	12/14	6,0	255,0	261,0
1915	03/15	5	252	257
	06/15	5	255	260
	09/15	5	261	266
	12/15	6	267	273
1916	03/16	5	277	282
	06/16	5	295	300
	09/16	7	300	307
	12/16	10	340	350
1917	03/17	10	356	366
	06/17	10	291	301
	09/17	10	309	319
	12/17	9	347	356
1918	03/18	12	311	323
	06/18	80	405	485
	09/18	85	465	550
	12/18	90	410	500
1919	03/19	31	442	473
	06/19	37	500	537
	09/19	36	646	682
	12/19	36	677	713
1920	03/20	35	796	831
	06/20	36	853	889
	09/20	36	876	912
	12/20	36	841	877
1921	03/21	128	852	980
	06/21	136	810	946
	09/21	161	697	878
	12/21	239	736	975
1922	03/22	227	572	799
	06/22	283	590	873
	09/22	231	684	915
	12/22	193	496	689
1923	03/23	186	397	583
	06/23	134	587	721
	09/23	148	636	784
	12/23	118	559	677
1924	03/24	116	685	801
	06/24	128	702	830

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	09/24	116	732	848
	12/24	139	708	847
1925	03/25	139	716	855
	06/25	130	595	725
	09/25	113	684	997
	12/25	126	795	921
1926	03/26	116	866	982
	06/26	119	827	946
	09/26	131	885	1.016
	12/26	135	718	853
1927	03/27	138	790	928
	06/27	184	1.055	1.239
	09/27	207	1.081	1.288
	12/27	209	1.251	1.460
1928	03/28	196	1.350	1.546
	06/28	243	1.380	1.623
	09/28	210	1.524	1.734
	12/28	178	1.556	1.734
1929	03/29	250	1.661	1.911
	06/29	436	1.544	1.980
	09/29	455	1.574	2.029
	12/29	505	1.502	2.007
1930	03/30	443	1.502	1.945
	06/30	607	1.929	2.536
	09/30	659	1.650	2.309
	12/30	495	1.985	2.480
1931	03/31	200	1.916	2.116
	06/31	204	1.869	2.073
	09/31	203	1.864	2.067
	12/31	193	1.828	2.021
1932	03/32	217	1.750	1.967
	06/32	227	1.563	1.790
	09/32	232	1.629	1.861
	12/32	241	1.360	1.601
1933	03/33	255	1.372	1.627
	06/33	265	1.055	1.320
	09/33	252	1.237	1.489
	12/33	253	1.240	1.493
1934	03/34	245	1.347	1.592
	06/34	296	1.372	1.668
	09/34	277	1.385	1.662
	12/34	372	1.425	1.797
1935	03/35	367	1.389	1.756
	06/35	374	1.370	1.744
	09/35	578	1.394	1.972
	12/35	831	1.448	2.279
1936	03/36	519	1.406	1.925
	06/36	613	1.431	2.044
	09/36	778	1.514	2.292
	12/36	718	1.657	2.375
1937	03/37	720	1.873	2.593
	06/37	846	1.895	2.741
	09/37	536	1.689	2.225
	12/37	392	1.516	1.908
1938	03/38	242	1.685	1.927
	06/38	292	1.496	1.788
	09/38	336	1.789	2.125
	12/38	583	1.637	2.220
1939	03/39	367	2.778	3.145
	06/39	367	2.853	3.240
	09/39	416	3.004	3.420
	12/39	713	2.825	3.538
1940	03/40	539	3.081	3.620
	06/40	634	3.185	3.819
	09/40	683	3.368	4.051
	12/40	687	3.600	4.287
1941	03/41	924	3.647	4.571
	06/41	874	3.822	4.696
	09/41	887	3.955	4.842
	12/41	867	4.363	5.230
			Milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.000)		
1942	03/42	849	4.303	5.152
	06/42	934	4.932	5.866
	09/42	822	4.647	5.469
	12/42	880	4.969	5.849
1943	03/43	946	5.320	6.266
	06/43	1.036	5.776	6.812
	09/43	1.095	6.892	7.987
	12/43	1.132	6.734	7.866
1944	03/44	1.255	7.211	8.466
	06/44	1.371	7.816	9.187
	09/44	1.601	8.540	10.141
	12/44	911	9.252	10.163
1945	03/45	1.838	9.644	11.482
	06/45	1.971	10.189	12.160
	09/45	1.922	10.717	12.639
	12/45	1.706	10.926	12.632
1946	03/46	1.500	10.900	12.400
	06/46	1.400	11.000	12.400
	09/46	1.300	11.100	12.400
	12/46	1.400	11.500	12.900
1947	03/47	1.400	10.300	11.700
	06/47	1.300	10.900	12.200
	09/47	1.200	10.600	11.800
	12/47	1.300	10.700	12.000
1948	03/48	1.100	11.500	12.600
	06/48	1.100	11.600	12.700
	09/48	1.100	12.100	13.200
	12/48	1.000	12.100	13.100
1949	03/49	1.100	12.300	13.400

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	06/49	1.200	12.600	13.800
	09/49	1.200	13.300	14.500
	12/49	1.200	13.700	14.900
1950	03/50	1.200	14.300	15.500
	06/50	1.200	14.700	15.900
	09/50	1.300	15.900	17.200
	12/50	1.200	15.500	16.700
1951	03/51	1.200	16.500	17.700
	06/51	1.200	17.200	18.400
	09/51	1.200	16.100	17.300
	12/51	1.100	16.900	18.000
1952	03/52	1.000	17.000	18.000
	06/52	1.000	16.800	17.800
	09/52	1.300	16.700	18.000
	12/52	1.500	16.900	18.400
1953	03/53	1.600	16.700	18.300
	06/53	1.400	16.600	18.000
	09/53	2.000	17.200	19.200
	12/53	1.900	17.700	19.600
1954	03/54	2.200	18.500	20.700
	06/54	1.700	19.400	21.100
	09/54	1.500	20.600	22.100
	12/54	1.600	20.400	22.000
1955	03/55	1.800	19.800	21.600
	06/55	1.600	19.400	21.000
	09/55	1.500	19.500	21.000
	12/55	1.200	19.800	21.000
1956	03/56	1.400	20.400	21.800
	06/56	900	21.100	22.000
	09/56	1.000	21.100	22.100
	12/56	1.400	21.100	22.500
1957	03/57	1.400	21.400	22.800
	06/57	1.600	21.700	23.300
	09/57	1.700	22.500	24.200
	12/57	2.000	24.300	26.300
1958	03/58	2.400	25.400	27.800
	06/58	4.400	26.700	31.100
	09/58	2.900	26.600	29.500
	12/58	3.700	24.300	28.000
1959	03/59	3.800	24.100	27.900
	06/59	3.500	23.800	27.300
	09/59	4.300	26.700	31.000
	12/59	3.900	28.600	32.500
1960	03/60	3.800	29.400	33.200
	06/60	3.800	30.800	34.600
	09/60	3.500	37.700	41.200
	12/60	3.700	44.500	48.200
1961	03/61	4.000	50.700	54.700
	06/61	3.100	51.200	54.300
	09/61	3.400	50.900	54.300
	12/61	4.400	50.800	55.200
1962	03/62	5.000	52.700	57.700
	06/62	3.700	51.400	55.100
	09/62	4.000	57.300	61.300
	12/62	3.800	49.700	53.500
1963	03/63	4.100	56.000	60.100
	06/63	3.800	59.800	63.600
	09/63	3.300	69.300	72.600
	12/63	2.900	78.700	81.600
1964	03/64	3.500	82.500	86.000
	06/64	3.200	93.900	97.100
	09/64	3.900	108.800	112.700
	12/64	2.700	135.600	138.300
1965	03/65	2.800	141.700	n.d.	144.500
	06/65	4.700	148.700	n.d.	153.400
	09/65	6.800	171.500	n.d.	178.300
	12/65	5.800	219.000	n.d.	224.800
1966	03/66	15.100	105.700	n.d.	120.800
	06/66	31.300	120.700	n.d.	152.000
	09/66	33.800	165.900	n.d.	199.700
	12/66	28.600	253.900	n.d.	282.500
		Milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 1.000.000)			
1967	03/67	30	306	n.d.	336
	06/67	48	371	n.d.	419
	09/67	62	435	n.d.	497
	12/67	66	474	n.d.	540
1968	03/68	65	611	n.d.	676
	06/68	65	695	n.d.	760
	09/68	81	830	n.d.	911
	12/68	77	885	n.d.	962
1969	03/69	72	682	n.d.	753
	06/69	82	694	n.d.	776
	09/69	94	756	n.d.	849
	12/69	89	831	n.d.	920
1970	03/70	103	972	n.d.	1.075
		Milhões de cruzeiros (CR\$ 1.000.000)			
	06/70	114	1.066	n.d.	1.180
	09/70	121	1.270	n.d.	1.391
	12/70	124	1.432	n.d.	1.556
1971	03/71	133	1.706	3.010	4.849
	06/71	132	2.016	3.623	5.771
	09/71	196	2.534	4.505	7.235
	12/71	403	3.253	5.663	9.319
1972	03/72	478	3.675	6.745	10.898
	06/72	767	3.970	7.205	11.942
	09/72	726	5.102	8.491	14.319
	12/72	535	6.031	10.237	16.803
1973	03/73	750	6.374	11.923	19.047
	06/73	1.286	6.530	14.232	22.048
	09/73	1.461	6.953	16.651	25.065

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	12/73	845	6.934	17.789	25.568
1974	03/74	845	7.361	19.233	27.439
	06/74	699	7.777	19.943	28.419
	09/74	2.406	8.101	20.332	30.839
	12/74	2.637	7.769	22.935	33.341
1975	03/75	2.618	8.121	24.989	35.728
	06/75	3.348	9.088	29.939	42.375
	09/75	4.640	9.846	35.605	50.091
	12/75	4.703	11.143	38.600	54.446
1976	03/76	4.347	11.496	40.736	56.579
	06/76	3.875	14.605	47.250	65.730
	09/76	1.144	16.317	51.030	68.491
	12/76	854	18.356	53.444	72.654
1977	03/77	892	22.243	62.939	86.074
	06/77	1.137	28.181	69.535	98.853
	09/77	1.127	33.996	75.750	110.873
	12/77	1.347	42.817	88.890	133.054
1978	03/78	1.463	56.326	94.409	151.838
	06/78	1.593	65.203	103.514	170.310
	09/78	1.750	72.631	116.072	190.453
	12/78	1.562	92.812	132.083	226.457
1979	03/79	1.600	117.353	161.353	280.306
	06/79	1.448	128.494	185.021	314.963
	09/79	1.244	135.832	211.597	348.673
	12/79	1.337	153.259	255.064	409.660
1980	03/80	1.587	204.657	309.288	515.532
	06/80	1.668	207.861	333.173	542.702
	09/80	1.396	197.477	371.913	570.786
	12/80	906	208.742	429.579	639.227
1981	03/81	2.285	253.653	503.966	759.904
	06/81	20.252	330.621	646.517	997.390
	09/81	61.912	393.864	796.468	1.252.244
	12/81	92.138	490.551	977.508	1.560.197
1982	03/82	104.000	655.000	1.154	780.154
	06/82	140.000	914.000	1.441	1.055.441
	09/82	162.000	963.000	1.740	1.126.740
	12/82	202.000	1.130.000	2.028	1.334.028
1983	03/83	237.000	1.446.000	2.532	1.685.532
	06/83	308.000	1.967.000	4.667	2.279.667
	09/83	408.000	2.692.000	6.547	3.106.547
	12/83	507.000	3.986.000	9.845	4.502.845
1984	03/84	624.000	6.145.000	13.362	6.782.362
	06/84	930.000	8.949.000	16.125	9.895.125
	09/84	1.331.000	13.082.000	12.988	14.425.988
	12/84	1.711.000	20.039.000	17.506	21.767.506
1985	03/85	2.432.000	29.666.000	24.972	32.122.972
	06/85	4.291.000	44.596.000	31.797	48.918.797
	09/85	7.604.000	57.969.000	38.648	65.611.648
	12/85	15.145.000	81.756.000	52.252	96.953.252
Milhões de cruzados (Cz\$ 1.000.000)					
1986	03/86	26.473	110.379	66.263	203.115
	06/86	22.027	106.181	57.276	185.484
	09/86	26.066	148.767	74.204	249.037
	12/86	27.915	178.476	85.059	291.450
1987	03/87	31.831	243.140	123.936	398.907
	06/87	36.267	318.198	189.190	543.655
	09/87	65.118	344.794	212.614	622.526
	12/87	106.497	539.714	314.873	961.084
1988	03/88	153.486	922.385	451.129	1.527.000
	06/88	223.000	1.542.000	757.000	2.522.000
	09/88	457.000	2.906.000	1.396.000	4.759.000
	12/88	1.300.000	5.354.000	3.296.000	9.950.000
Milhões de cruzados novos (NCz\$ 1.000.000)					
1989	03/89	1.198	3.972	3.756	8.926
	06/89	2.819	7.950	9.073	19.842
	09/89	6.085	10.591	24.037	40.713
	12/89	29.476	27.179	111.218	167.873
Milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000)					
1990	03/90	13.292	35.816	314.479	363.587
	06/90	50.684	83.205	845.673	979.562
	09/90	97.515	189.281	1.455.502	1.742.298
	12/90	172.502	323.520	2.188.888	2.684.910
1991	03/91	426.452	613.325	3.452.868	4.492.645
	06/91	709.236	796.009	5.335.889	6.841.134
	09/91	1.127.119	1.241.579	8.440.207	10.808.905
	12/91	2.229.166	2.607.815	16.200.692	21.037.673
1992	03/92	5.837.826	6.497.250	38.233.828	50.568.904
	06/92	11.872.524	11.440.090	81.950.873	105.263.487
	09/92	23.887.998	22.963.323	180.034.437	226.685.758
	12/92	41.245.452	41.947.852	393.275.696	476.469.000
1993	03/93	88.062.883	83.979.942	811.265.398	983.308.223
	06/93	207.795.409	158.348.180	1.816.158.370	2.182.301.959
	Milhões de cruzeiros reais (CR\$ 1.000.000)				
1993	09/93	503.507	406.676	4.459.056	5.369.239
	12/93	1.266.885	955.576	12.157.663	14.380.124
	03/94	3.471.419	31.379.539	31.022.993	65.873.951
06/94	12.118.963	108.061.612	15.061.462	135.242.037	
Milhões de reais (R\$ 1.000.000)					
1994	09/94	5.350	37.426	6.563	49.339
	12/94	8.344	43.910	8.173	60.427
	03/95	12.452	56.643	8.410	77.505
	06/95	11.763	47.269	9.264	68.296
1995	09/95	15.618	55.160	8.316	79.094
	12/95	15.512	59.638	7.834	82.984
	03/96	18.057	57.877	7.917	83.851
	06/96	16.577	56.379	8.315	81.271
1996	09/96	16.755	56.279	8.652	81.686
	12/96	14.364	57.453	8.851	80.668
	03/97	15.257	49.198	5.730	70.185
	06/97	15.598	53.164	6.022	74.784
1997	09/97	17.065	59.682	5.750	82.497
	12/97	16.953	53.636	6.867	77.256

Nota: As fontes dos dados estão relacionadas no anexo.

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

Tabela MC-10
Composição da Moeda Manual 1901-2000
Saldos em final de período

Período	Papel-moeda emitido	Caixa nas Autoridades Monetárias	Caixa nos Bancos Comerciais	Papel-moeda em poder do público	
Milhares de contos de réis (1.000.000\$000)					
1901	31 de Mar de 01	694,8	28,3	136,3	530,2
	30 de Jun de 01	690,0	33,4	168,8	487,8
	30 de Set de 01	685,2	27,9	149,6	507,7
	31 de Dez de 01	680,5	21,4	134,4	524,7
1902	31 de Mar de 02	679,2	21,0	125,0	533,2
	30 de Jun de 02	678,0	39,3	121,7	517,0
	30 de Set de 02	676,8	42,0	118,3	516,5
	31 de Dez de 02	675,5	39,5	118,6	517,4
1903	31 de Mar de 03	675,4	43,1	111,0	521,3
	30 de Jun de 03	675,3	43,7	122,3	509,3
	30 de Set de 03	675,1	38,2	121,9	515,0
	31 de Dez de 03	675,0	48,3	113,4	513,3
1904	31 de Mar de 04	674,7	38,5	84,6	551,6
	30 de Jun de 04	674,7	54,9	93,6	526,2
	30 de Set de 04	674,0	61,4	101,2	511,4
	31 de Dez de 04	673,7	36,8	78,0	558,9
1905	31 de Mar de 05	672,7	51,6	86,2	534,9
	30 de Jun de 05	671,6	100,5	109,7	461,4
	30 de Set de 05	670,6	75,5	111,2	483,9
	31 de Dez de 05	669,5	42,9	103,9	522,7
1906	31 de Mar de 06	668,3	39,5	102,7	526,1
	30 de Jun de 06	667,1	33,3	91,5	542,3
	30 de Set de 06	666,0	27,1	88,3	550,6
	31 de Dez de 06	702,2	20,9	79,3	602,0
1907	31 de Mar de 07	743,3	11,5	91,7	640,1
	30 de Jun de 07	746,4	32,3	98,5	615,6
	30 de Set de 07	747,4	18,5	98,3	630,6
	31 de Dez de 07	743,6	31,9	102,3	609,4
1908	31 de Mar de 08	739,2	68,1	108,9	562,2
	30 de Jun de 08	733,8	85,4	111,9	536,5
	30 de Set de 08	729,1	82,8	107,4	538,9
	31 de Dez de 08	724,1	44,7	101,4	578,0
1909	31 de Mar de 09	719,0	33,1	108,9	577,0
	30 de Jun de 09	724,5	52,1	100,2	572,2
	30 de Set de 09	732,5	30,6	101,5	600,4
	31 de Dez de 09	854,7	40,5	139,5	674,7
1910	31 de Mar de 10	849,8	20,4	130,2	699,2
	30 de Jun de 10	944,7	60,0	164,5	720,2
	30 de Set de 10	942,8	85,3	155,2	702,3
	31 de Dez de 10	925,0	53,7	142,7	728,6
1911	31 de Mar de 11	894,5	23,3	142,8	728,4
	30 de Jun de 11	915,2	41,3	168,6	705,3
	30 de Set de 11	952,5	63,5	187,7	701,3
	31 de Dez de 11	991,0	55,3	182,5	753,2
1912	31 de Mar de 12	982,8	47,1	177,2	758,5
	30 de Jun de 12	973,3	33,2	170,0	770,1
	30 de Set de 12	982,6	34,6	162,5	785,5
	31 de Dez de 12	1.013,0	36,0	165,0	812,0
1913	31 de Mar de 13	1.014,0	35,5	164,3	814,2
	30 de Jun de 13	978,5	35,0	163,6	779,9
	30 de Set de 13	919,7	38,0	168,3	713,4
	31 de Dez de 13	896,8	41,0	173,0	682,8
1914	31 de Mar de 14	900,4	39,5	168,0	672,9
	30 de Jun de 14	918,1	38,0	203,0	677,1
	30 de Set de 14	941,8	36,0	211,0	694,8
	31 de Dez de 14	980,0	28,0	284,0	668,0
1915	31 de Mar de 15	997	35	312	650
	30 de Jun de 15	1.011	26	291	694
	30 de Set de 15	1.039	30	301	708
	31 de Dez de 15	1.076	30	311	735
1916	31 de Mar de 16	1.112	32	312	768
	30 de Jun de 16	1.147	32	349	766
	30 de Set de 16	1.182	39	333	810
	31 de Dez de 16	1.217	41	299	877
1917	31 de Mar de 17	1.189	36	291	862
	30 de Jun de 17	1.256	27	296	933
	30 de Set de 17	1.323	27	340	956
	31 de Dez de 17	1.389	31	356	1.002
1918	31 de Mar de 18	1.462	28	402	1.032
	30 de Jun de 18	1.534	28	463	1.043
	30 de Set de 18	1.607	26	425	1.156
	31 de Dez de 18	1.679	28	464	1.187
1919	31 de Mar de 19	1.691	78	496	1.117
	30 de Jun de 19	1.704	85	469	1.150
	30 de Set de 19	1.717	73	431	1.213
	31 de Dez de 19	1.750	59	512	1.179
1920	31 de Mar de 20	1.775	106	506	1.163
	30 de Jun de 20	1.799	85	606	1.108
	30 de Set de 20	1.824	95	659	1.070
	31 de Dez de 20	1.848	107	732	1.009
1921	31 de Mar de 21	1.889	120	837	932
	30 de Jun de 21	1.950	110	788	1.052
	30 de Set de 21	2.010	136	676	1.198
	31 de Dez de 21	2.071	132	727	1.212
1922	31 de Mar de 22	2.140	102	577	1.461
	30 de Jun de 22	2.209	135	646	1.428
	30 de Set de 22	2.278	119	494	1.665
	31 de Dez de 22	2.347	142	563	1.642
1923	31 de Mar de 23	2.323	137	542	1.644
	30 de Jun de 23	2.299	116	609	1.574
	30 de Set de 23	2.454	94	480	1.880
	31 de Dez de 23	2.639	148	561	1.930
1924	31 de Mar de 24	2.624	121	548	1.955
	30 de Jun de 24	2.658	135	453	2.070

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	30 de Set de 24	2.950	121	507	2.322
	31 de Dez de 24	2.971	114	574	2.283
1925	31 de Mar de 25	2.880	131	533	2.216
	30 de Jun de 25	2.768	109	535	2.124
	30 de Set de 25	2.738	123	540	2.075
	31 de Dez de 25	2.707	165	517	2.025
1926	31 de Mar de 26	2.673	172	448	2.053
	30 de Jun de 26	2.638	257	598	1.783
	30 de Set de 26	2.604	157	679	1.768
	31 de Dez de 26	2.569	176	450	1.943
1927	31 de Mar de 27	2.569	176	538	1.855
	30 de Jun de 27	2.579	276	503	1.800
	30 de Set de 27	2.656	153	471	2.032
	31 de Dez de 27	3.012	270	549	2.193
1928	31 de Mar de 28	3.189	496	444	2.249
	30 de Jun de 28	3.323	588	553	2.182
	30 de Set de 28	3.346	498	480	2.368
	31 de Dez de 28	3.382	505	540	2.337
1929	31 de Mar de 29	3.398	678	458	2.262
	30 de Jun de 29	3.399	806	460	2.133
	30 de Set de 29	3.403	709	571	2.123
	31 de Dez de 29	3.395	690	579	2.126
1930	31 de Mar de 30	3.194	643	534	2.017
	30 de Jun de 30	2.883	509	518	1.856
	30 de Set de 30	2.676	338	524	1.814
	31 de Dez de 30	2.845	323	573	1.949
1931	31 de Mar de 31	2.842	365	481	1.996
	30 de Jun de 31	2.842	371	527	1.944
	30 de Set de 31	2.842	221	637	1.984
	31 de Dez de 31	2.945	279	646	2.020
1932	31 de Mar de 32	2.902	285	727	1.890
	30 de Jun de 32	2.842	375	664	1.803
	30 de Set de 32	3.222	454	836	1.932
	31 de Dez de 32	3.238	458	571	2.209
1933	31 de Mar de 33	3.178	569	502	2.107
	30 de Jun de 33	3.100	604	495	2.001
	30 de Set de 33	3.080	552	434	2.094
	31 de Dez de 33	3.037	379	443	2.215
1934	31 de Mar de 34	3.119	458	468	2.193
	30 de Jun de 34	3.092	437	468	2.187
	30 de Set de 34	3.068	352	446	2.270
	31 de Dez de 34	3.157	312	463	2.382
1935	31 de Mar de 35	3.136	354	420	2.362
	30 de Jun de 35	3.178	264	449	2.465
	30 de Set de 35	3.372	211	465	2.696
	31 de Dez de 35	3.612	277	483	2.852
1936	31 de Mar de 36	3.854	281	492	3.081
	30 de Jun de 36	3.679	230	515	2.934
	30 de Set de 36	3.800	223	525	3.052
	31 de Dez de 36	4.050	211	550	3.289
1937	31 de Mar de 37	4.030	239	573	3.218
	30 de Jun de 37	4.267	237	634	3.396
	30 de Set de 37	4.237	257	561	3.419
	31 de Dez de 37	4.550	399	665	3.486
1938	31 de Mar de 38	4.718	745	652	3.321
	30 de Jun de 38	4.817	678	768	3.371
	30 de Set de 38	4.816	625	664	3.527
	31 de Dez de 38	4.825	554	692	3.579
1939	31 de Mar de 39	4.808	773	589	3.446
	30 de Jun de 39	4.804	513	665	3.626
	30 de Set de 39	4.871	712	679	3.480
	31 de Dez de 39	4.971	362	755	3.854
1940	31 de Mar de 40	4.965	578	698	3.689
	30 de Jun de 40	5.053	449	731	3.873
	30 de Set de 40	5.022	486	690	3.846
	31 de Dez de 40	5.185	327	764	4.094
1941	31 de Mar de 41	5.393	615	737	4.041
	30 de Jun de 41	5.588	406	837	4.345
	30 de Set de 41	5.884	378	898	4.608
	31 de Dez de 41	6.647	406	931	5.310
		Milhões de cruzeiros (CR\$ 1.000)			
1942	31 de Mar de 42	7.115	363	935	5.817
	30 de Jun de 42	7.792	362	1.114	6.316
	30 de Set de 42	8.518	300	906	7.312
	31 de Dez de 42	8.238	944	1.164	6.130
1943	31 de Mar de 43	8.234	702	1.254	6.278
	30 de Jun de 43	9.342	621	1.516	7.205
	30 de Set de 43	10.090	630	1.509	7.951
	31 de Dez de 43	10.981	678	1.761	8.542
1944	31 de Mar de 44	11.577	751	1.655	9.171
	30 de Jun de 44	13.336	968	2.070	10.298
	30 de Set de 44	13.820	856	2.021	10.943
	31 de Dez de 44	14.462	827	1.973	11.662
1945	31 de Mar de 45	14.722	795	1.950	11.977
	30 de Jun de 45	15.438	964	2.301	12.173
	30 de Set de 45	16.525	879	2.242	13.404
	31 de Dez de 45	17.535	839	2.375	14.321
1946	31 de Mar de 46	17.800	1.500	2.100	14.200
	30 de Jun de 46	18.500	900	2.500	15.100
	30 de Set de 46	19.700	800	2.500	16.400
	31 de Dez de 46	20.500	1.000	2.700	16.800
1947	31 de Mar de 47	20.400	1.200	2.300	16.900
	30 de Jun de 47	20.300	1.100	2.500	16.700
	30 de Set de 47	20.300	1.000	2.400	16.900
	31 de Dez de 47	20.400	1.100	2.500	16.800
1948	31 de Mar de 48	20.400	1.200	2.400	16.800
	30 de Jun de 48	20.400	1.100	2.600	16.700
	30 de Set de 48	20.400	1.300	2.500	16.600
	31 de Dez de 48	21.700	1.200	2.800	17.700
1949	31 de Mar de 49	21.200	1.400	2.800	17.000

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	30 de Jun de 49	21.600	1.100	3.100	17.400
	30 de Set de 49	22.700	1.100	3.000	18.600
	31 de Dez de 49	24.000	1.300	3.300	19.400
1950	31 de Mar de 50	23.500	1.400	3.100	19.000
	30 de Jun de 50	24.800	1.100	3.500	20.200
	30 de Set de 50	28.700	1.200	4.000	23.500
	31 de Dez de 50	31.200	1.600	4.500	25.100
1951	31 de Mar de 51	31.200	1.900	4.400	24.900
	30 de Jun de 51	32.000	1.400	4.700	25.900
	30 de Set de 51	33.800	1.500	4.600	27.700
	31 de Dez de 51	35.300	1.700	5.200	28.400
1952	31 de Mar de 52	33.700	1.700	4.800	27.200
	30 de Jun de 52	34.600	1.700	5.000	27.900
	30 de Set de 52	36.500	1.600	5.100	29.800
	31 de Dez de 52	39.300	2.200	5.500	31.600
1953	31 de Mar de 53	38.400	1.300	5.100	32.000
	30 de Jun de 53	41.500	1.700	5.600	34.200
	30 de Set de 53	43.100	1.800	5.600	35.700
	31 de Dez de 53	47.000	3.000	6.200	37.800
1954	31 de Mar de 54	46.900	2.200	5.700	39.000
	30 de Jun de 54	48.700	1.800	6.300	40.600
	30 de Set de 54	54.100	2.200	6.500	45.400
	31 de Dez de 54	59.000	2.900	7.100	49.000
1955	31 de Mar de 55	58.400	3.200	6.500	48.700
	30 de Jun de 55	61.700	2.800	7.400	51.500
	30 de Set de 55	64.700	2.800	7.600	54.300
	31 de Dez de 55	69.300	4.000	8.200	57.100
1956	31 de Mar de 56	67.500	2.200	7.800	57.500
	30 de Jun de 56	73.000	2.600	9.700	60.700
	30 de Set de 56	74.400	2.500	8.800	63.100
	31 de Dez de 56	80.800	3.100	10.300	67.400
1957	31 de Mar de 57	80.200	3.000	9.000	68.200
	30 de Jun de 57	83.300	3.000	9.900	70.400
	30 de Set de 57	87.600	2.900	10.000	74.700
	31 de Dez de 57	96.600	3.400	11.900	81.300
1958	31 de Mar de 58	96.600	3.300	11.500	81.800
	30 de Jun de 58	103.400	3.800	13.500	86.100
	30 de Set de 58	109.400	3.200	13.200	93.000
	31 de Dez de 58	119.800	4.500	15.600	99.700
1959	31 de Mar de 59	121.000	4.600	15.300	101.100
	30 de Jun de 59	125.300	3.900	15.900	105.500
	30 de Set de 59	135.400	4.500	16.900	114.000
	31 de Dez de 59	154.600	6.100	21.400	127.100
1960	31 de Mar de 60	154.600	7.000	19.900	127.700
	30 de Jun de 60	163.300	5.900	23.300	134.100
	30 de Set de 60	177.000	5.600	23.300	148.100
	31 de Dez de 60	206.100	8.600	28.200	169.300
1961	31 de Mar de 61	215.000	9.000	26.400	179.600
	30 de Jun de 61	229.000	10.000	31.000	188.000
	30 de Set de 61	289.000	35.000	32.600	221.400
	31 de Dez de 61	314.000	18.000	39.800	256.200
1962	31 de Mar de 62	310.000	18.000	38.400	253.600
	30 de Jun de 62	344.000	14.000	47.300	282.700
	30 de Set de 62	414.000	22.000	47.800	344.200
	31 de Dez de 62	509.000	31.000	81.100	396.900
1963	31 de Mar de 63	499.000	37.000	59.500	402.500
	30 de Jun de 63	549.000	30.000	73.500	445.500
	30 de Set de 63	714.000	39.000	89.100	585.900
	31 de Dez de 63	889.000	68.000	137.600	683.400
1964	31 de Mar de 64	964.000	48.000	129.000	787.000
	30 de Jun de 64	1.064.000	48.000	157.000	859.000
	30 de Set de 64	1.179.000	70.000	161.000	948.000
	31 de Dez de 64	1.484.000	96.000	233.000	1.155.000
1965	31 de Mar de 65	1.504.000	164.000	203.000	1.137.000
	30 de Jun de 65	1.619.000	97.000	248.000	1.274.000
	30 de Set de 65	1.805.000	105.000	241.000	1.459.000
	31 de Dez de 65	2.175.000	101.000	344.000	1.730.000
1966	31 de Mar de 66	2.123.000	135.000	291.000	1.697.000
	30 de Jun de 66	2.344.000	104.000	364.000	1.876.000
	30 de Set de 66	2.482.000	126.000	348.000	2.008.000
	31 de Dez de 66	2.840.000	99.000	398.000	2.343.000
Milhões de cruzeiros novos (NCR\$ 1.000.000)					
1967	31 de Mar de 67	2.788	191	368	2.229
	30 de Jun de 67	2.840	70	467	2.303
	30 de Set de 67	3.138	168	433	2.537
	31 de Dez de 67	3.598	140	514	2.944
1968	31 de Mar de 68	3.543	50	484	3.009
	30 de Jun de 68	3.845	57	567	3.221
	30 de Set de 68	4.089	75	550	3.464
	31 de Dez de 68	5.100	130	890	4.080
1969	31 de Mar de 69	4.900	129	564	4.207
	30 de Jun de 69	5.100	137	789	4.174
	30 de Set de 69	5.300	91	569	4.640
	31 de Dez de 69	6.400	187	824	5.389
1970	31 de Mar de 70	6.000	193	592	5.215
Milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000)					
	30 de Jun de 70	6.300	168	874	5.258
	30 de Set de 70	6.600	187	817	5.596
	31 de Dez de 70	7.900	262	919	6.719
1971	31 de Mar de 71	7.400	192	826	6.382
	30 de Jun de 71	7.700	253	1.174	6.273
	30 de Set de 71	8.000	229	1.095	6.676
	31 de Dez de 71	9.750	252	943	8.555
1972	31 de Mar de 72	9.450	124	817	8.509
	30 de Jun de 72	9.950	241	961	8.748
	30 de Set de 72	10.550	238	897	9.415
	31 de Dez de 72	13.050	332	1.171	11.547
1973	31 de Mar de 73	12.550	269	1.044	11.237
	30 de Jun de 73	14.350	311	1.193	12.846
	30 de Set de 73	15.450	307	1.256	13.887

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	31 de Dez de 73	19.150	766	1.957	16.427
1974	31 de Mar de 74	18.150	403	1.430	16.317
	30 de Jun de 74	19.350	531	1.627	17.192
	30 de Set de 74	19.850	493	2.248	17.109
	31 de Dez de 74	24.550	1.351	2.392	20.807
1975	31 de Mar de 75	23.750	677	3.242	19.831
	30 de Jun de 75	25.350	744	2.951	21.655
	30 de Set de 75	27.450	1.026	2.769	23.655
	31 de Dez de 75	35.050	939	3.080	31.031
1976	31 de Mar de 76	33.050	1.286	3.471	28.293
	30 de Jun de 76	37.050	1.056	3.782	32.212
	30 de Set de 76	40.750	1.058	4.105	35.587
	31 de Dez de 76	51.050	804	3.824	46.422
1977	31 de Mar de 77	47.050	1.121	4.928	41.001
	30 de Jun de 77	52.050	1.236	5.555	45.259
	30 de Set de 77	57.050	936	4.923	51.191
	31 de Dez de 77	71.050	1.084	4.761	65.205
1978	31 de Mar de 78	67.550	1.164	5.471	60.915
	30 de Jun de 78	73.050	1.129	6.123	65.798
	30 de Set de 78	83.550	1.129	6.767	75.654
	31 de Dez de 78	103.309	1.565	7.671	94.073
1979	31 de Mar de 79	100.309	1.085	8.159	91.065
	30 de Jun de 79	113.309	1.340	9.499	102.470
	30 de Set de 79	130.809	2.186	11.058	117.565
	31 de Dez de 79	187.309	3.590	16.404	167.315
1980	31 de Mar de 80	173.809	5.944	22.288	145.577
	30 de Jun de 80	200.809	4.189	27.040	169.580
	30 de Set de 80	224.309	5.947	26.485	191.877
	31 de Dez de 80	326.309	6.028	29.570	290.711
1981	31 de Mar de 81	285.309	7.953	33.910	243.446
	30 de Jun de 81	328.309	6.711	41.802	279.796
	30 de Set de 81	392.309	15.611	46.651	330.047
	31 de Dez de 81	577.309	2.846	51.294	523.169
1982	31 de Mar de 82	570.309	28.449	66.811	475.049
	30 de Jun de 82	680.309	16.568	84.839	578.902
	30 de Set de 82	772.309	15.375	98.197	658.737
	31 de Dez de 82	1.112.309	18.004	84.141	1.010.164
1983	31 de Mar de 83	1.087.309	18.567	104.784	963.958
	30 de Jun de 83	1.347.309	43.194	178.979	1.125.136
	31 de Dez de 83	1.517.309	27.117	151.582	1.338.610
	31 de Mar de 84	2.047.309	26.011	140.265	1.881.033
1984	31 de Mar de 84	2.152.000	93.000	226.000	1.833.000
	30 de Jun de 84	2.777.000	57.000	286.000	2.434.000
	30 de Set de 84	4.037.000	53.000	365.000	3.619.000
	31 de Dez de 84	7.153.000	246.000	660.000	6.247.000
1985	31 de Mar de 85	7.453.000	142.000	719.000	6.592.000
	30 de Jun de 85	10.433.000	152.000	1.034.000	9.247.000
	30 de Set de 85	15.163.000	694.000	2.147.000	12.322.000
	31 de Dez de 85	28.113.000	1.277.000	3.042.000	23.794.000
	Milhões de cruzados (Cr\$ 1.000.000)				
1986	31 de Mar de 86	37.291	877	6.781	29.633
	30 de Jun de 86	53.251	932	6.145	46.174
	30 de Set de 86	63.452	981	6.553	55.918
	31 de Dez de 86	92.610	1.087	7.477	84.046
1987	31 de Mar de 87	83.750	1.778	17.153	64.819
	30 de Jun de 87	104.116	2.404	13.494	88.218
	30 de Set de 87	147.555	3.023	18.802	125.730
	31 de Dez de 87	271.615	5.081	18.203	248.331
1988	31 de Mar de 88	324.145	8.014	28.832	287.299
	30 de Jun de 88	459.655	10.216	56.664	392.775
	30 de Set de 88	602.428	17.428	68.000	717.000
	31 de Dez de 88	2.284.466	125.466	69.000	2.090.000
	Milhões de cruzados novos (NCr\$ 1.000.000)				
1989	31 de Mar de 89	3.055	173	179	2.703
	30 de Jun de 89	5.455	379	216	4.860
	30 de Set de 89	10.778	879	358	9.541
	31 de Dez de 89	43.926	2.738	826	40.362
	Milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000)				
1990	31 de Mar de 90	259.493	28.412	4.435	226.646
	30 de Jun de 90	477.415	34.497	5.498	437.420
	30 de Set de 90	594.799	45.514	7.927	541.358
	31 de Dez de 90	1.044.649	56.572	8.355	979.722
1991	31 de Mar de 91	1.288.906	88.687	13.992	1.186.227
	30 de Jun de 91	1.553.950	126.582	14.605	1.412.763
	30 de Set de 91	1.998.351	306.009	30.404	1.661.938
	31 de Dez de 91	3.974.585	324.287	37.634	3.612.664
1992	31 de Mar de 92	4.791.726	605.571	64.496	4.121.659
	30 de Jun de 92	8.799.261	1.112.887	101.551	7.584.823
	30 de Set de 92	15.970.933	1.966.054	189.583	13.815.296
	31 de Dez de 92	43.211.163	6.039.663	282.500	36.889.000
1993	31 de Mar de 93	58.676.266	7.946.550	460.716	50.269.000
	30 de Jun de 93	125.300.493	16.512.101	944.392	107.844.000
	Milhões de cruzeiros reais (CR\$ 1.000.000)				
	30 de Set de 93	278.758	40.668	2.438	235.652
	31 de Dez de 93	1.062.528	121.978	5.769	934.781
1994	31 de Mar de 94	2.243.861	250.569	13.532	1.979.760
	30 de Jun de 94	6.283.174	703.508	28.499	5.551.167
	Milhões de reais (R\$ 1.000.000)				
	30 de Set de 94	6.392	883	41	5.468
	31 de Dez de 94	10.046	1.294	52	8.700
1995	31 de Mar de 95	7.852	987	57	6.809
	30 de Jun de 95	8.370	1.055	62	7.253
	30 de Set de 95	9.280	1.187	75	8.018
	31 de Dez de 95	13.770	1.325	78	12.367
1996	31 de Mar de 96	11.081	1.210	83	9.788
	30 de Jun de 96	12.043	1.413	92	10.539
	30 de Set de 96	12.830	1.731	135	10.964
	31 de Dez de 96	17.188	1.757	114	15.317
1997	31 de Mar de 97	15.305	2.293	183	12.829
	30 de Jun de 97	15.130	1.878	177	13.075
	30 de Set de 97	15.133	1.701	169	13.263
	31 de Dez de 97	20.251	2.020	152	18.079
1998	31 de Mar de 98	16.368	1.851	157	14.360
	30 de Jun de 98	17.412	2.152	173	15.087
	30 de Set de 98	18.405	2.088	168	16.149
	31 de Dez de 98	24.167	2.816	165	21.185
1999	31 de Mar de 99	20.819	2.649	172	17.998
	30 de Jun de 99	19.785	2.435	173	17.178
	30 de Set de 99	20.280	2.705	34	17.541
	31 de Dez de 99	29.838	3.860	27	25.951
2000	31 de Mar de 00	22.732	2.966	30	19.736
	30 de Jun de 00	23.227	3.105	27	20.095
	30 de Set de 00	24.798	3.193	27	21.578
	31 de Dez de 00	32.633	4.039	26	28.568

Nota: As fontes dos dados estão relacionadas no anexo.

Tabela MC-20
Meios de Pagamento 1901-2000
 Saldos em final de período

Período	Papel-moeda em poder do público	Depósitos à vista				Meios de Pagamento	
		Banco do Brasil	Bancos comerciais	Outras instituições	Total		
Milhares de contos de réis (1.000:000\$000)							
1901	31-Mar-01	530.2	20.2	130.6	150.8	681.0
	30-Jun-01	487.8	13.1	131.8	144.9	632.7
	30-Sep-01	507.7	11.8	144.1	155.9	663.6
	31-Dec-01	524.7	14.5	159.4	173.9	698.6
1902	31-Mar-02	533.2	21.2	152.7	173.9	707.1
	30-Jun-02	517.0	20.5	149.6	170.1	687.1
	30-Sep-02	516.5	19.8	153.9	173.7	690.2
	31-Dec-02	517.4	19.0	150.6	169.6	687.0
1903	31-Mar-03	521.3	19.3	151.1	170.4	691.7
	30-Jun-03	509.3	22.6	142.4	165.0	674.3
	30-Sep-03	515.0	24.1	153.3	177.4	692.4
	31-Dec-03	513.3	27.6	140.5	168.1	681.4
1904	31-Mar-04	551.6	26.7	111.4	138.1	689.7
	30-Jun-04	526.2	37.8	117.3	155.1	681.3
	30-Sep-04	511.4	54.5	142.0	196.5	707.9
	31-Dec-04	558.9	52.7	136.1	188.8	747.7
1905	31-Mar-05	534.9	54.8	166.2	221.0	755.9
	30-Jun-05	461.4	99.8	171.2	271.0	732.4
	30-Sep-05	483.9	78.5	166.0	244.5	728.4
	31-Dec-05	522.7	45.2	148.7	193.9	716.6
1906	31-Mar-06	526.1	44.8	155.7	200.5	726.6
	30-Jun-06	542.3	35.6	149.2	184.8	727.1
	30-Sep-06	550.6	26.4	152.6	179.0	729.6
	31-Dec-06	602.0	17.2	152.4	169.6	771.6
1907	31-Mar-07	640.1	23.2	175.8	199.0	839.1
	30-Jun-07	615.6	34.4	171.3	205.7	821.3
	30-Sep-07	630.6	57.3	182.6	239.9	870.5
	31-Dec-07	609.4	77.5	197.4	274.9	884.3
1908	31-Mar-08	562.2	116.7	184.6	301.3	863.5
	30-Jun-08	536.5	117.4	185.8	303.2	839.7
	30-Sep-08	538.9	122.9	183.3	306.2	845.1
	31-Dec-08	578.0	95.9	173.8	269.7	847.7
1909	31-Mar-09	577.0	128.6	198.4	327.0	904.0
	30-Jun-09	572.2	128.6	181.5	310.1	882.3
	30-Sep-09	600.4	94.5	181.2	275.7	876.1
	31-Dec-09	674.7	95.3	206.1	301.4	976.1
1910	31-Mar-10	699.2	103.4	226.5	329.9	1,029.1
	30-Jun-10	720.2	91.2	227.7	318.9	1,039.1
	30-Sep-10	702.3	114.0	267.4	381.4	1,083.7
	31-Dec-10	728.6	119.5	271.1	390.6	1,119.2
1911	31-Mar-11	728.4	114.5	252.0	366.5	1,094.9
	30-Jun-11	705.3	133.7	286.2	419.9	1,125.2
	30-Sep-11	701.3	153.9	357.2	511.1	1,212.4
	31-Dec-11	753.2	147.5	364.9	512.4	1,265.6
1912	31-Mar-12	758.5	141.1	372.6	513.7	1,272.2
	30-Jun-12	770.1	126.4	368.8	495.2	1,265.3
	30-Sep-12	785.5	117.6	365.5	483.1	1,268.6
	31-Dec-12	812.0	148.0	333.0	481.0	1,293.0
1913	31-Mar-13	814.2	142.9	331.8	474.7	1,288.9
	30-Jun-13	779.9	137.7	330.6	468.3	1,248.2
	30-Sep-13	713.4	138.9	332.8	471.7	1,185.1

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	31-Dec-13	682.8	140.0	335.0	475.0	1,157.8
1914	31-Mar-14	672.9	130.5	298.5	429.0	1,101.9
	30-Jun-14	677.1	121.0	262.0	383.0	1,060.1
	30-Sep-14	694.8	127.0	218.0	345.0	1,039.8
	31-Dec-14	668.0	112.0	277.0	389.0	1,057.0
1915	31-Mar-15	650	135	328	463	1,113
	30-Jun-15	694	73	319	392	1,086
	30-Sep-15	708	72	332	404	1,112
	31-Dec-15	735	67	373	440	1,175
1916	31-Mar-16	768	78	376	454	1,222
	30-Jun-16	766	72	401	473	1,239
	30-Sep-16	810	85	399	484	1,294
	31-Dec-16	877	99	476	575	1,452
1917	31-Mar-17	862	88	483	571	1,433
	30-Jun-17	933	84	544	628	1,561
	30-Sep-17	956	99	584	683	1,639
	31-Dec-17	1,002	90	620	710	1,712
1918	31-Mar-18	1,032	106	704	810	1,842
	30-Jun-18	1,043	24	928	952	1,995
	30-Sep-18	1,156	43	871	914	2,070
	31-Dec-18	1,187	55	1,004	1,059	2,246
1919	31-Mar-19	1,117	164	940	1,104	2,221
	30-Jun-19	1,150	165	1,039	1,204	2,354
	30-Sep-19	1,213	135	1,011	1,146	2,359
	31-Dec-19	1,179	145	1,051	1,196	2,375
1920	31-Mar-20	1,163	147	991	1,138	2,301
	30-Jun-20	1,108	201	1,034	1,235	2,343
	30-Sep-20	1,070	194	1,058	1,252	2,322
	31-Dec-20	1,009	249	1,093	1,342	2,351
1921	31-Mar-21	932	269	1,169	1,438	2,370
	30-Jun-21	1,052	520	1,285	1,805	2,857
	30-Sep-21	1,198	484	705	1,189	2,387
	31-Dec-21	1,212	620	1,480	2,100	3,312
1922	31-Mar-22	1,461	549	1,530	2,079	3,540
	30-Jun-22	1,428	651	1,596	2,247	3,675
	30-Sep-22	1,665	544	1,499	2,043	3,708
	31-Dec-22	1,642	687	1,746	2,433	4,075
1923	31-Mar-23	1,644	834	1,820	2,654	4,298
	30-Jun-23	1,574	663	1,810	2,473	4,047
	30-Sep-23	1,880	652	1,800	2,452	4,332
	31-Dec-23	1,930	683	1,950	2,633	4,563
1924	31-Mar-24	1,955	653	1,922	2,575	4,530
	30-Jun-24	2,070	733	1,905	2,638	4,708
	30-Sep-24	2,322	684	1,951	2,635	4,957
	31-Dec-24	2,283	701	2,021	2,722	5,005
1925	31-Mar-25	2,216	651	2,244	2,895	5,111
	30-Jun-25	2,124	628	2,175	2,803	4,927
	30-Sep-25	2,075	731	2,190	2,921	4,996
	31-Dec-25	2,025	606	1,784	2,390	4,415
1926	31-Mar-26	2,053	590	1,917	2,507	4,560
	30-Jun-26	1,783	886	1,901	2,787	4,570
	30-Sep-26	1,768	731	1,819	2,550	4,318
	31-Dec-26	1,943	666	1,902	2,568	4,511
1927	31-Mar-27	1,855	732	2,082	2,814	4,669
	30-Jun-27	1,800	711	2,165	2,876	4,676
	30-Sep-27	2,032	743	1,996	2,739	4,771
	31-Dec-27	2,193	683	2,313	2,996	5,189
1928	31-Mar-28	2,249	934	2,350	3,284	5,533
	30-Jun-28	2,182	846	2,769	3,615	5,797
	30-Sep-28	2,368	893	2,578	3,471	5,839
	31-Dec-28	2,337	770	2,805	3,575	5,912
1929	31-Mar-29	2,262	830	2,756	3,586	5,848

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	30-Jun-29	2,133	865	2,600	3,465	5,598
	30-Sep-29	2,123	781	2,645	3,426	5,549
	31-Dec-29	2,126	855	2,595	3,450	5,576
1930	31-Mar-30	2,017	773	2,477	3,250	5,267
	30-Jun-30	1,856	518	2,373	2,891	4,747
	30-Sep-30	1,814	559	2,317	2,876	4,690
	31-Dec-30	1,949	531	2,277	2,808	4,757
1931	31-Mar-31	1,996	1,061	2,049	3,110	5,106
	30-Jun-31	1,944	1,117	2,335	3,452	5,396
	30-Sep-31	1,984	920	2,315	3,235	5,219
	31-Dec-31	2,020	1,040	2,461	3,501	5,521
1932	31-Mar-32	1,890	1,154	2,567	3,721	5,611
	30-Jun-32	1,803	1,112	2,632	3,744	5,547
	30-Sep-32	1,932	1,130	3,667	4,797	6,729
	31-Dec-32	2,209	1,148	3,122	4,270	6,479
1933	31-Mar-33	2,107	1,249	2,941	4,190	6,297
	30-Jun-33	2,001	1,288	3,460	4,748	6,749
	30-Sep-33	2,094	1,350	3,497	4,847	6,941
	31-Dec-33	2,215	1,213	2,978	4,191	6,406
1934	31-Mar-34	2,193	1,479	3,097	4,576	6,769
	30-Jun-34	2,187	1,735	3,090	4,825	7,012
	30-Sep-34	2,270	1,821	3,074	4,895	7,165
	31-Dec-34	2,382	1,757	3,092	4,849	7,231
1935	31-Mar-35	2,362	1,508	3,244	4,752	7,114
	30-Jun-35	2,465	1,633	3,193	4,826	7,291
	30-Sep-35	2,696	1,699	3,142	4,841	7,537
	31-Dec-35	2,852	1,615	3,143	4,758	7,610
1936	31-Mar-36	3,081	1,883	3,343	5,226	8,307
	30-Jun-36	2,934	1,957	3,298	5,255	8,189
	30-Sep-36	3,052	1,586	3,583	5,169	8,221
	31-Dec-36	3,289	1,571	3,612	5,183	8,472
1937	31-Mar-37	3,218	1,250	3,554	4,804	8,022
	30-Jun-37	3,396	1,300	4,331	5,631	9,027
	30-Sep-37	3,419	1,340	4,380	5,720	9,139
	31-Dec-37	3,486	1,234	4,690	5,924	9,410
1938	31-Mar-38	3,321	1,810	5,043	6,853	10,174
	30-Jun-38	3,371	1,932	5,830	7,762	11,133
	30-Sep-38	3,527	2,611	5,266	7,877	11,404
	31-Dec-38	3,579	2,899	4,953	7,852	11,431
1939	31-Mar-39	3,446	2,785	4,240	7,025	10,471
	30-Jun-39	3,626	2,445	4,322	6,767	10,393
	30-Sep-39	3,480	2,418	4,388	6,806	10,286
	31-Dec-39	3,854	2,341	4,754	7,095	10,949
1940	31-Mar-40	3,689	2,541	4,747	7,288	10,977
	30-Jun-40	3,873	2,194	4,879	7,073	10,946
	30-Sep-40	3,846	1,945	4,841	6,786	10,632
	31-Dec-40	4,094	1,926	5,124	7,050	11,144
1941	31-Mar-41	4,041	1,981	5,530	7,511	11,552
	30-Jun-41	4,345	2,098	5,873	7,971	12,316
	30-Sep-41	4,608	2,652	5,868	8,520	13,128
	31-Dec-41	5,310	2,737	6,144	8,881	14,191
				Milhões de			
				cruzeiros			
				(Cr\$			
				1.000.000)			
1942	31-Mar-42	5,817	3,255	6,044	9,299	15,116
	30-Jun-42	6,316	3,226	6,647	9,873	16,189
	30-Sep-42	7,312	3,828	6,526	10,354	17,666
	31-Dec-42	6,130	3,341	8,041	11,382	17,512
1943	31-Mar-43	6,278	4,844	7,964	12,808	19,086
	30-Jun-43	7,205	4,091	9,927	14,018	21,223
	30-Sep-43	7,951	4,773	10,677	15,450	23,401

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	31-Dec-43	8,542	5,921	12,413	18,334	26,876
1944	31-Mar-44	9,171	6,161	13,086	19,247	28,418
	30-Jun-44	10,298	6,348	14,360	20,708	31,006
	30-Sep-44	10,943	7,631	14,956	22,587	33,530
	31-Dec-44	11,662	6,265	15,717	21,982	33,644
1945	31-Mar-45	11,977	7,912	16,979	24,891	36,868
	30-Jun-45	12,173	7,932	16,894	24,826	36,999
	30-Sep-45	13,404	6,513	18,981	25,494	38,898
	31-Dec-45	14,321	6,745	18,958	25,703	40,024
1946	31-Mar-46	14,200	5,900	17,800	23,700	37,900
	30-Jun-46	15,200	6,000	21,100	27,100	42,300
	30-Sep-46	16,300	6,400	21,300	27,700	44,000
	31-Dec-46	16,800	5,900	21,400	27,300	44,100
1947	31-Mar-47	16,800	5,800	21,700	27,500	44,300
	30-Jun-47	16,700	5,900	21,300	27,200	43,900
	30-Sep-47	16,800	5,800	21,100	26,900	43,700
	31-Dec-47	16,900	5,200	21,200	26,400	43,300
1948	31-Mar-48	16,700	5,200	20,800	26,000	42,700
	30-Jun-48	16,700	5,500	21,300	26,800	43,500
	30-Sep-48	16,600	5,900	21,600	27,500	44,100
	31-Dec-48	17,700	6,000	22,900	28,900	46,600
1949	31-Mar-49	17,000	6,000	24,900	30,900	47,900
	30-Jun-49	17,500	6,700	25,900	32,600	50,100
	30-Sep-49	18,600	7,000	26,300	33,300	51,900
	31-Dec-49	19,400	6,900	28,500	35,400	54,800
1950	31-Mar-50	19,100	5,900	30,100	36,000	55,100
	30-Jun-50	20,200	6,000	33,000	39,000	59,200
	30-Sep-50	23,600	5,600	37,900	43,500	67,100
	31-Dec-50	25,200	6,000	40,800	46,800	72,000
1951	31-Mar-51	24,900	6,500	40,600	47,100	72,000
	30-Jun-51	25,900	6,800	42,800	49,600	75,500
	30-Sep-51	27,700	7,100	45,000	52,100	79,800
	31-Dec-51	28,400	7,700	47,700	55,400	83,800
1952	31-Mar-52	27,300	8,500	48,100	56,600	83,900
	30-Jun-52	27,900	8,900	48,900	57,800	85,700
	30-Sep-52	29,800	9,000	53,000	62,000	91,800
	31-Dec-52	31,500	9,500	55,700	65,200	96,700
1953	31-Mar-53	32,000	9,600	56,600	66,200	98,200
	30-Jun-53	34,100	10,500	59,900	70,400	104,500
	30-Sep-53	35,700	10,200	60,700	70,900	106,600
	31-Dec-53	37,900	10,800	66,700	77,500	115,400
1954	31-Mar-54	39,100	10,900	69,900	80,800	119,900
	30-Jun-54	40,600	11,100	72,100	83,200	123,800
	30-Sep-54	45,400	13,400	76,800	90,200	135,600
	31-Dec-54	49,000	14,300	79,400	93,700	142,700
1955	31-Mar-55	48,700	14,000	82,400	96,400	145,100
	30-Jun-55	51,400	16,000	83,300	99,300	150,700
	30-Sep-55	54,300	14,600	90,500	105,100	159,400
	31-Dec-55	57,100	15,000	94,000	109,000	166,100
1956	31-Mar-56	57,500	15,600	100,400	116,000	173,500
	30-Jun-56	60,700	14,800	108,900	123,700	184,400
	30-Sep-56	63,000	16,500	110,200	126,700	189,700
	31-Dec-56	67,500	18,000	116,900	134,900	202,400
1957	31-Mar-57	68,200	17,800	124,300	142,100	210,300
	30-Jun-57	70,500	17,900	130,000	147,900	218,400
	30-Sep-57	74,700	22,000	138,200	160,200	234,900
	31-Dec-57	81,200	25,300	160,900	186,200	267,400
1958	31-Mar-58	81,800	29,600	172,400	202,000	283,800
	30-Jun-58	86,200	29,100	184,800	213,900	300,100
	30-Sep-58	93,100	34,300	190,000	224,300	317,400
	31-Dec-58	99,700	31,000	198,100	229,100	328,800
1959	31-Mar-59	101,100	34,300	208,300	242,600	343,700

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	30-Jun-59	105,600	36,200	224,000	260,200	365,800
	30-Sep-59	113,900	42,300	259,400	301,700	415,600
	31-Dec-59	127,100	44,600	298,100	342,700	469,800
1960	31-Mar-60	127,700	43,500	321,000	364,500	492,200
	30-Jun-60	134,100	45,500	342,300	387,800	521,900
	30-Sep-60	148,200	54,800	370,300	425,100	573,300
	31-Dec-60	169,300	73,300	409,300	482,600	651,900
1961	31-Mar-61	180,000	82,000	447,000	529,000	709,000
	30-Jun-61	188,000	96,000	455,000	551,000	739,000
	30-Sep-61	222,000	115,000	483,000	598,000	820,000
	31-Dec-61	256,000	152,000	586,000	738,000	994,000
1962	31-Mar-62	254,000	140,000	634,000	774,000	1,028,000
	30-Jun-62	283,000	159,000	696,000	855,000	1,138,000
	30-Sep-62	344,000	196,000	778,000	974,000	1,318,000
	31-Dec-62	397,000	233,000	1,001,000	1,234,000	1,631,000
1963	31-Mar-63	402,000	243,000	993,000	1,236,000	1,638,000
	30-Jun-63	446,000	257,000	1,101,000	1,358,000	1,804,000
	30-Sep-63	586,000	304,000	1,186,000	1,490,000	2,076,000
	31-Dec-63	684,000	351,000	1,650,000	2,001,000	2,685,000
1964	31-Mar-64	787,000	404,000	1,720,000	2,124,000	2,911,000
	30-Jun-64	859,000	512,000	2,089,000	2,601,000	3,460,000
	30-Sep-64	948,000	614,000	2,405,000	3,019,000	3,967,000
	31-Dec-64	1,156,000	742,000	2,977,000	3,719,000	4,875,000
1965	31-Mar-65	1,137,000	952,000	3,206,000	n.d.	4,158,000	5,295,000
	30-Jun-65	1,274,000	1,121,000	3,921,000	n.d.	5,042,000	6,316,000
	30-Sep-65	1,459,000	1,368,000	4,543,000	n.d.	5,911,000	7,370,000
	31-Dec-65	1,730,000	1,365,000	5,655,000	n.d.	7,020,000	8,750,000
1966	31-Mar-66	1,697,000	1,409,000	5,218,000	n.d.	6,627,000	8,324,000
	30-Jun-66	1,876,000	1,433,000	5,538,000	n.d.	6,971,000	8,847,000
	30-Sep-66	2,008,000	1,561,000	5,503,000	n.d.	7,064,000	9,072,000
	31-Dec-66	2,343,000	1,586,000	6,030,000	n.d.	7,616,000	9,959,000
				Milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 1.000.000)			
1967	31-Mar-67	2,229	1,677	6,481	n.d.	8,158	10,387
	30-Jun-67	2,303	2,045	7,753	n.d.	9,798	12,101
	30-Sep-67	2,538	2,331	8,306	n.d.	10,637	13,175
	31-Dec-67	2,944	2,255	9,314	n.d.	11,569	14,513
1968	31-Mar-68	3,009	2,529	10,079	n.d.	12,608	15,617
	30-Jun-68	3,222	2,821	10,898	n.d.	13,719	16,941
	30-Sep-68	3,464	3,160	11,590	n.d.	14,750	18,214
	31-Dec-68	4,080	3,268	12,826	n.d.	16,094	20,174
1969	31-Mar-69	4,207	3,723	13,225	n.d.	16,948	21,155
	30-Jun-69	4,174	4,023	14,276	n.d.	18,299	22,473
	30-Sep-69	4,640	4,255	14,691	n.d.	18,946	23,586
	31-Dec-69	5,389	4,535	16,811	n.d.	21,346	26,735
1970	31-Mar-70	5,215	4,636	16,902	n.d.	21,538	26,753
				Milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000)			
	30-Jun-70	5,258	5,201	19,010	n.d.	24,211	29,469
	30-Sep-70	5,617	5,388	18,945	n.d.	24,333	29,950
	31-Dec-70	6,719	5,448	21,471	n.d.	26,919	33,638
1971	31-Mar-71	6,383	5,853	21,138	n.d.	26,991	33,374
	30-Jun-71	6,273	6,271	25,255	n.d.	31,526	37,799
	30-Sep-71	6,676	7,224	26,624	n.d.	33,848	40,524
	31-Dec-71	8,555	7,735	28,224	n.d.	35,959	44,514
1972	31-Mar-72	8,509	8,321	28,462	n.d.	36,783	45,292
	30-Jun-72	8,748	8,701	32,254	n.d.	40,955	49,703
	30-Sep-72	9,415	9,612	33,083	n.d.	42,695	52,110

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	31-Dec-72	11,547	9,574	40,429	n.d.	50,003	61,550
1973	31-Mar-73	11,237	10,500	40,605	n.d.	51,105	62,342
	30-Jun-73	12,846	12,051	48,775	n.d.	60,826	73,672
	30-Sep-73	13,911	12,757	52,970	n.d.	65,727	79,638
	31-Dec-73	16,427	14,631	59,432	n.d.	74,063	90,490
1974	31-Mar-74	16,317	17,051	60,489	n.d.	77,540	93,857
	30-Jun-74	17,192	18,910	64,783	n.d.	83,693	100,885
	30-Sep-74	17,109	19,993	66,472	n.d.	86,465	103,574
	31-Dec-74	20,807	20,681	79,300	n.d.	99,981	120,788
1975	31-Mar-75	19,831	21,304	75,438	n.d.	96,742	116,573
	30-Jun-75	21,655	23,248	88,241	n.d.	111,489	133,144
	30-Sep-75	23,655	26,246	93,918	n.d.	120,164	143,819
	31-Dec-75	31,031	27,475	113,927	n.d.	141,402	172,433
1976	31-Mar-76	28,293	27,236	110,424	n.d.	137,660	165,953
	30-Jun-76	32,211	33,412	127,168	n.d.	160,580	192,791
	30-Sep-76	35,587	34,673	126,261	n.d.	160,934	196,521
	31-Dec-76	46,193	36,879	153,434	n.d.	190,313	236,506
1977	31-Mar-77	41,001	39,250	145,769	n.d.	185,019	226,020
	30-Jun-77	45,259	42,537	172,728	n.d.	215,265	260,524
	30-Sep-77	51,191	46,397	179,904	n.d.	226,301	277,492
	31-Dec-77	65,205	45,035	215,003	n.d.	260,038	325,243
1978	31-Mar-78	60,645	51,077	207,796	n.d.	258,873	319,518
	30-Jun-78	65,798	57,896	236,721	n.d.	294,617	360,415
	30-Sep-78	75,655	59,602	256,256	n.d.	315,858	391,513
	31-Dec-78	94,073	61,992	306,590	n.d.	368,582	462,655
1979	31-Mar-79	91,065	68,363	304,540	n.d.	372,903	463,968
	30-Jun-79	102,470	79,735	356,262	n.d.	435,997	538,467
	30-Sep-79	117,565	95,664	389,874	n.d.	485,538	603,103
	31-Dec-79	167,315	113,301	522,497	n.d.	635,798	803,113
1980	31-Mar-80	142,000	118,000	575,000	43,000	736,000	878,000
	30-Jun-80	165,000	134,000	746,000	56,000	936,000	1,101,000
	30-Sep-80	187,000	142,000	780,000	61,000	983,000	1,170,000
	31-Dec-80	286,000	169,000	971,000	61,000	1,201,000	1,487,000
1981	31-Mar-81	238,000	174,000	913,000	69,000	1,156,000	1,394,000
	30-Jun-81	272,000	201,000	1,163,000	82,000	1,446,000	1,718,000
	30-Sep-81	321,000	242,000	1,225,000	93,000	1,560,000	1,881,000
	31-Dec-81	513,000	296,000	1,868,000	113,000	2,277,000	2,790,000
1982	31-Mar-82	462,000	301,000	1,719,000	129,000	2,149,000	2,611,000
	30-Jun-82	562,000	339,000	2,142,000	168,000	2,649,000	3,211,000
	30-Sep-82	636,000	422,000	2,298,000	188,000	2,908,000	3,544,000
	31-Dec-82	986,000	497,000	2,967,000	194,000	3,658,000	4,644,000
1983	31-Mar-83	938,000	531,000	2,946,000	241,000	3,718,000	4,656,000
	30-Jun-83	1,083,000	691,000	3,781,000	286,000	4,758,000	5,841,000
	30-Sep-83	1,301,000	897,000	4,248,000	315,000	5,460,000	6,761,000
	31-Dec-83	1,842,000	1,104,000	5,795,000	436,000	7,335,000	9,177,000
1984	31-Mar-84	1,781,000	1,242,000	6,500,000	529,000	8,271,000	10,052,000
	30-Jun-84	2,366,000	1,758,000	8,146,000	675,000	10,579,000	12,945,000
	30-Sep-84	3,538,000	2,157,000	10,799,000	908,000	13,864,000	17,402,000
	31-Dec-84	6,130,000	3,506,000	16,831,000	1,231,000	21,568,000	27,698,000
1985	31-Mar-85	6,443,000	4,141,000	18,897,000	1,513,000	24,551,000	30,994,000
	30-Jun-85	9,048,000	5,119,000	27,684,000	2,415,000	35,218,000	44,266,000
	30-Sep-85	11,901,000	8,618,000	40,844,000	3,651,000	53,113,000	65,014,000
	31-Dec-85	23,511,000	12,066,000	71,432,000	4,967,000	88,465,000	111,976,000
				Milhões de cruzados (Cz\$ 1.000.000)			
1986	31-Mar-86	29,603	26,594	141,673	12,142	180,409	210,012
	30-Jun-86	46,163	51,787	216,110	20,030	287,927	334,090
	30-Sep-86	55,914	55,751	243,011	21,230	319,992	375,906
	31-Dec-86	84,046	67,479	282,476	21,475	371,430	455,476
1987	31-Mar-87	64,789	61,675	279,771	18,756	360,202	424,991

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

	30-Jun-87	88,281	79,982	280,709	26,194	386,885	475,166
	30-Sep-87	125,730	108,434	353,618	35,112	497,164	622,894
	31-Dec-87	248,331	160,885	573,159	53,545	787,589	1,035,920
1988	31-Mar-88	287,000	189,000	628,000	66,000	883,000	1,170,000
	30-Jun-88	393,000	303,000	1,046,000	102,000	1,451,000	1,844,000
	30-Sep-88	717,000	488,000	1,558,000	136,000	2,182,000	2,899,000
	31-Dec-88	2,090,000	1,083,000	3,468,000	303,000	4,854,000	6,944,000
				Milhões de cruzados novos (NCz\$ 1.000.000)			
1989	31-Mar-89	2,703	1,547	5,015	484	7,046	9,749
	30-Jun-89	4,860	2,138	8,073	801	11,012	15,872
	30-Sep-89	9,541	3,444	13,634	1,228	18,306	27,847
	31-Dec-89	40,362	19,057	40,298	3,343	62,698	103,060
				Milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000)			
1990	31-Mar-90	226,646	108,002	300,354	24,605	432,961	659,607
	30-Jun-90	437,420	134,256	567,704	70,537	772,497	1,209,917
	30-Sep-90	541,358	164,803	736,163	73,016	973,982	1,515,340
	31-Dec-90	979,722	308,537	1,100,280	121,708	1,530,525	2,510,247
1991	31-Mar-91	1,186,227	424,941	1,698,610	145,211	2,268,762	3,454,989
	30-Jun-91	1,412,763	575,170	2,208,279	204,385	2,987,834	4,400,597
	30-Sep-91	1,661,938	1,166,974	3,137,641	385,267	4,689,882	6,351,820
	31-Dec-91	3,612,664	1,460,888	5,269,649	468,360	7,198,897	10,811,561
1992	31-Mar-92	4,121,659	1,866,186	7,228,906	774,715	9,869,807	13,991,466
	30-Jun-92	7,584,823	3,662,927	13,520,405	1,490,680	18,674,012	26,258,835
	30-Sep-92	13,815,296	7,068,128	22,639,647	3,750,349	33,458,124	47,273,420
	31-Dec-92	36,889,000	13,000,000	49,877,000	4,809,000	67,686,000	104,575,000
1993	31-Mar-93	50,269,000	20,607,000	83,603,000	7,710,000	111,920,000	162,189,000
	30-Jun-93	107,844,000	44,685,000	172,869,000	17,994,000	235,548,000	343,392,000
				Milhões de cruzeiros reais (CR\$ 1.000.000)			
	30-Sep-93	235,652	90,546	362,953	51,476	504,975	740,627
	31-Dec-93	934,781	272,635	1,037,027	86,952	1,396,614	2,331,395
1994	31-Mar-94	1,979,760	588,519	2,492,261	239,224	3,320,004	5,299,764
	30-Jun-94	5,551,166	3,989,334	10,174,915	816,516	14,980,765	20,531,932
				Milhões de reais (R\$ 1.000.000)			
	30-Sep-94	5,468	2,390	7,586	399	10,376	15,844
	31-Dec-94	8,700	3,478	10,025	570	14,073	22,773
1995	31-Mar-95	6,809	1,954	7,908	411	10,274	17,082
	30-Jun-95	7,253	1,994	7,969	406	10,369	17,622
	30-Sep-95	8,018	2,227	8,267	556	11,051	19,069
	31-Dec-95	12,367	3,848	11,526	751	16,126	28,493
1996	31-Mar-96	9,788	2,784	9,749	665	13,198	22,985
	30-Jun-96	10,539	2,936	9,210	828	12,974	23,513
	30-Sep-96	10,964	3,427	9,858	895	14,179	25,143
	31-Dec-96	15,317	2,054	11,345	1,091	14,491	29,807
1997	31-Mar-97	12,829	5,297	17,364	1,958	24,620	37,449
	30-Jun-97	13,075	5,716	16,849	2,202	24,767	37,842
	30-Sep-97	13,263	6,165	17,408	2,281	25,854	39,117
	31-Dec-97	18,079	7,513	19,209	2,562	29,284	47,363
1998	31-Mar-98	14,360	8,115	16,973	2,474	27,562	41,922
	30-Jun-98	15,087	8,545	17,666	2,762	28,973	44,060
	30-Sep-98	16,149	8,760	16,401	2,623	27,785	43,934
	31-Dec-98	21,185	9,027	17,663	2,832	29,522	50,707

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

1999	31-Mar-99	17,998	7,842	17,035	2,622	27,499	45,497
	30-Jun-99	17,178	7,752	18,342	2,668	28,762	45,940
	30-Sep-99	17,541	8,196	18,671	2,581	29,448	46,989
	31-Dec-99	25,951	10,199	23,463	3,131	36,794	62,744
2000	31-Mar-00	19,736	8,905	21,465	3,150	33,519	53,255
	30-Jun-00	20,143	9,198	22,105	3,251	34,554	54,697
	30-Sep-00	21,630	9,987	24,699	3,136	37,822	59,451
	31-Dec-00	28,641	12,983	29,066	3,663	45,712	74,352

Nota: As fontes dos dados estão relacionadas no anexo.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Paper Money								
(1)	70.1	58	61	64.2	82	101.1	111.6	124.4
S-Term Deposits								
BB (2)	6.1	10.3	11.5	4.7	5.7	5.4	2.6	2
Other Banks								
(3)	14.5	13.8	15.8	24.6	23.1	21.6	21.8	23.3
Sub-Total (4)	20.6	24.1	27.3	29.3	28.7	27	24.5	25.3
M-Term Deposits								
BB (5)	5.9	5.8	4.4	1	1.9	2.8	1.6	0.8
Other Banks								
(6)	9	8.3	9.5	10.9	12.4	9.3	10	11.2
Sub-Total (7)	15	14.1	13.8	11.9	14.3	12.1	11.6	12
MI	90.7	82	88.2	93.5	110.8	128.1	136.1	149.7

(PM+STD)									
(8)									
M2									
(M1+MTD)									
(9)	105.7	96.1	102.1	105.4	125.1	140.2	147.7	161.7	
Legenda	1910 = 100								
	1929 = 100								
	1964 = 100								
Deflator	12	12	11.8	12.3	13.4	15.6	16.9	87.4	
	4.24	4.24	4.17	4.35	4.74	5.52	5.98	30.91	
	0.03109	0.03109	0.030572	0.031867	0.034717	0.040417	0.043785	0.226439	
Paper Money									
(1)	2.179408	1.803219	1.864881	2.045877	2.846806	4.086157	4.886413	28.16898	
S-Term Deposits									
BB (2)	0.189649	0.320227	0.351576	0.149776	0.197888	0.218252	0.113841	0.452877	
Other Banks									
(3)	0.450805	0.429042	0.483035	0.783934	0.801966	0.873007	0.954514	5.276023	
Sub-Total (4)	0.640454	0.749269	0.834611	0.93371	0.996382	1.091259	1.072734	5.7289	
M-Term Deposits									
BB (5)	0.183431	0.180322	0.134516	0.031867	0.065963	0.113168	0.070056	0.181151	
Other Banks									
(6)	0.27981	0.258047	0.290432	0.347353	0.430493	0.375878	0.437851	2.536114	
Sub-Total (7)	0.46635	0.438369	0.421891	0.37922	0.496455	0.489045	0.507907	2.717265	
M1									
(PM+STD)									
(8)	2.819862	2.549379	2.696435	2.979587	3.84666	5.177415	5.959147	33.89788	
M2									
(M1+MTD)									
(9)	3.286212	2.987748	3.121383	3.358807	4.343116	5.666461	6.467054	36.61514	
Paper Money									
(1)	5.841667	4.833333	5.169492	5.219512	6.119403	6.480769	6.60355	1.423341	
S-Term Deposits									
BB (2)	0.508333	0.858333	0.974576	0.382114	0.425373	0.346154	0.153846	0.022883	
Other Banks									
(3)	1.208333	1.15	1.338983	2	1.723881	1.384615	1.289941	0.26659	
Sub-Total (4)	1.716667	2.008333	2.313559	2.382114	2.141791	1.730769	1.449704	0.289474	
M-Term Deposits									
BB (5)	0.491667	0.483333	0.372881	0.081301	0.141791	0.179487	0.094675	0.009153	
Other Banks									
(6)	0.75	0.691667	0.805085	0.886179	0.925373	0.596154	0.591716	0.128146	
Sub-Total (7)	1.25	1.175	1.169492	0.96748	1.067164	0.775641	0.686391	0.1373	
M1									
(PM+STD)									
(8)	7.558333	6.833333	7.474576	7.601626	8.268657	8.211538	8.053254	1.712815	
M2									
(M1+MTD)									
(9)	8.808333	8.008333	8.652542	8.569106	9.335821	8.987179	8.739645	1.850114	

1868 1869 1870 1871 1872 1873 1874 1875

Paper Money								
(1)	152.8	186.7	183.8	186	176.7	171.7	171	166.5
S-Term Deposits								
BB (2)	2.7	2.8	4.4	7.3	10.6	9.6	11	19.3
Other Banks								
(3)	26.9	28.5	31.3	34.9	38.8	43.6	39.5	21.3
Sub-Total (4)	29.6	31.3	35.7	42.2	49.4	53.2	50.5	40.6
M-Term Deposits								
BB (5)	0.9	0.4	1.6	3.8	3.7	6.4	8.2	12.3
Other Banks								
(6)	10.5	11	16.5	17.8	22.1	27.3	29.2	24.5
Sub-Total (7)	11.4	11.4	18.1	21.6	25.8	33.7	37.4	36.8
M1 (PM+STD)								
(8)	182.4	218	219.5	228.2	226.1	224.9	221.5	207.1
M2 (M1+MTD)								
(9)	193.8	229.4	237.6	249.8	251.9	258.6	258.9	243.9

Legenda

Deflator	21	21.5	20.2	19.6	20.9	21.5	22.1	22.6
	7.43	7.60	7.14	6.93	7.39	7.60	7.82	7.99
	0.054407	0.055703	0.052335	0.05078	0.054148	0.055703	0.057257	0.058553
Paper Money								
(1)	8.313462	10.39973	9.619138	9.445138	9.568021	9.564187	9.791014	9.749043
S-Term Deposits								
BB (2)	0.1469	0.155968	0.230273	0.370696	0.573973	0.534748	0.629831	1.130069
Other Banks								
(3)	1.463561	1.587532	1.63808	1.772233	2.100958	2.428646	2.261667	1.247175
Sub-Total (4)	1.610461	1.743501	1.868353	2.142929	2.674931	2.963394	2.891498	2.377244
M-Term Deposits								
BB (5)	0.048967	0.022281	0.083736	0.192965	0.200349	0.356499	0.469511	0.7202
Other Banks								
(6)	0.571279	0.612732	0.863524	0.90389	1.196679	1.520689	1.671916	1.434544
Sub-Total (7)	0.620245	0.635013	0.94726	1.096855	1.397029	1.877187	2.141426	2.154743
M1 (PM+STD)								
(8)	9.923924	12.14323	11.48749	11.58807	12.24295	12.52758	12.68251	12.12629
M2 (M1+MTD)								
(9)	10.54417	12.77824	12.43475	12.68492	13.63998	14.40477	14.82394	14.28103
Paper Money								
(1)	7.27619	8.683721	9.09901	9.489796	8.454545	7.986047	7.737557	7.367257
S-Term Deposits								
BB (2)	0.128571	0.130233	0.217822	0.372449	0.507177	0.446512	0.497738	0.853982
Other Banks								
(3)	1.280952	1.325581	1.549505	1.780612	1.856459	2.027907	1.78733	0.942478
Sub-Total (4)	1.409524	1.455814	1.767327	2.153061	2.363636	2.474419	2.285068	1.79646
M-Term Deposits								
BB (5)	0.042857	0.018605	0.079208	0.193878	0.177033	0.297674	0.371041	0.544248
Other Banks								
(6)	0.5	0.511628	0.816832	0.908163	1.057416	1.269767	1.321267	1.084071
Sub-Total (7)	0.542857	0.530233	0.89604	1.102041	1.23445	1.567442	1.692308	1.628319
M1 (PM+STD)								
(8)	8.685714	10.13953	10.86634	11.64286	10.81818	10.46047	10.02262	9.163717

M2 (M1+MTD) (9)	9.228571	10.66977	11.76238	12.7449	12.05263	12.02791	11.71493	10.79204
-----------------------	----------	----------	----------	---------	----------	----------	----------	----------

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883
Paper Money (1)	165.4	172.7	188.2	197.6	194.1	194.6	195.6	195.4
S-Term Deposits BB (2)	28.4	28.5	30.1	33.9	32.8	25.9	21.3	15.8
Other Banks (3)	21.4	21.1	30.9	32.7	33.5	38.4	37.3	34.3
Sub-Total (4)	49.8	49.6	61	66.6	66.3	64.3	58.6	50.1
M-Term Deposits BB (5)	15	20.7	23	29.7	31.6	38.9	45	43.8
Other Banks (6)	22.8	22.6	22.2	23.2	26.2	27.1	32.5	31.8
Sub-Total (7)	37.8	43.3	45.2	52.9	57.8	66	77.5	75.6
M1 (PM+STD) (8)	215.2	222.3	249.2	264.2	260.4	258.9	254.2	245.5
M2 (M1+MTD) (9)	253	265.6	294.4	317.1	318.2	324.9	331.7	321.1

Legenda

Deflator	23.1	23.6	24.9	26.2	25.9	26	26.7	26.3
	8.17	8.35	8.81	9.27	9.16	9.20	9.44	9.30
	0.059848	0.061144	0.064512	0.06788	0.067103	0.067362	0.069175	0.068139
Paper Money (1)	9.898896	10.55951	12.14111	13.41305	13.02461	13.10857	13.53067	13.31434
S-Term Deposits BB (2)	1.69969	1.742594	1.941803	2.301125	2.200964	1.744666	1.473432	1.076594
Other Banks (3)	1.280752	1.290131	1.993412	2.21967	2.247936	2.586687	2.580236	2.337164
Sub-Total (4)	2.980442	3.032725	3.935215	4.520795	4.448899	4.331353	4.053668	3.413758
M-Term Deposits BB (5)	0.897723	1.265673	1.48377	2.01603	2.120441	2.620368	3.112885	2.984483
Other Banks (6)	1.36454	1.381846	1.43216	1.574811	1.758087	1.8255	2.248195	2.166817
Sub-Total (7)	2.262263	2.64752	2.91593	3.590842	3.878528	4.445868	5.36108	5.1513
M1 (PM+STD) (8)	12.87934	13.59223	16.07632	17.93384	17.47351	17.43993	17.58434	16.7281
M2 (M1+MTD) (9)	15.1416	16.23975	18.99225	21.52469	21.35203	21.8858	22.94542	21.8794
Paper Money (1)	7.160173	7.317797	7.558233	7.541985	7.494208	7.484615	7.325843	7.429658

S-Term Deposits								
BB (2)	1.229437	1.207627	1.208835	1.293893	1.266409	0.996154	0.797753	0.60076
Other Banks								
(3)	0.926407	0.894068	1.240964	1.248092	1.293436	1.476923	1.397004	1.304183
Sub-Total (4)	2.155844	2.101695	2.449799	2.541985	2.559846	2.473077	2.194757	1.904943
M-Term Deposits								
BB (5)	0.649351	0.877119	0.923695	1.133588	1.220077	1.496154	1.685393	1.665399
Other Banks								
(6)	0.987013	0.957627	0.891566	0.885496	1.011583	1.042308	1.217228	1.209125
Sub-Total (7)	1.636364	1.834746	1.815261	2.019084	2.23166	2.538462	2.902622	2.874525
M1 (PM+STD)								
(8)	9.316017	9.419492	10.00803	10.08397	10.05405	9.957692	9.520599	9.334601
M2 (M1+MTD)								
(9)	10.95238	11.25424	11.82329	12.10305	12.28571	12.49615	12.42322	12.20913

	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891
Paper Money								
(1)	191.5	192.9	186	186.1	175	148.8	214.8	334.8
S-Term Deposits								
BB (2)	23.5	23.9	16.4	16.7	21.9	25.8	55.4	91.2
Other Banks								
(3)	42.2	45.5	43.6	44.5	56.4	95.8	268.5	385.4
Sub-Total (4)	65.7	69.4	60	61.2	78.3	121.6	323.9	476.6
M-Term Deposits								
BB (5)	43.5	40.8	36.5	32.8	27.7	26.7	31.5	51.5
Other Banks								
(6)	41.7	50.3	49.6	45.5	51.2	71.5	146.7	158.7
Sub-Total (7)	85.2	91.1	86.1	78.3	78.9	98.2	178.2	210.2
M1 (PM+STD)								
(8)	257.2	262.3	246	247.3	253.3	270.4	538.7	811.4
M2 (M1+MTD)								
(9)	342.4	353.4	332.1	325.6	332.2	368.6	716.9	1021.6

Legenda

Deflator	27.8	27.9	28.5	28.6	27.7	30.7	36.2	51.1
	9.83	9.87	10.08	10.12	9.80	10.86	12.80	18.07
	0.072025	0.072284	0.073839	0.074098	0.071766	0.079539	0.093788	0.132392
Paper Money								
(1)	13.79281	13.94363	13.734	13.7896	12.55906	11.83534	20.14569	44.32468
S-Term Deposits								
BB (2)	1.692591	1.727593	1.210955	1.237433	1.571677	2.052095	5.195862	12.07411
Other Banks								
(3)	3.039461	3.288932	3.219368	3.297352	4.047605	7.619793	25.18211	51.02369
Sub-Total (4)	4.732051	5.016525	4.430323	4.534785	5.619282	9.671888	30.37797	63.0978
M-Term								

Deposits								
BB (5)	3.133093	2.949196	2.695113	2.430408	1.98792	2.123679	2.954326	6.818164
Other Banks								
(6)	3.003448	3.635896	3.6624	3.37145	3.674422	5.687006	13.75872	21.01054
Sub-Total (7)	6.136542	6.585092	6.357514	5.801858	5.662342	7.810686	16.71304	27.8287
M1								
(PM+STD)								
(8)	18.52486	18.96015	18.16432	18.32439	18.17834	21.50722	50.52366	107.4225
M2								
(M1+MTD)								
(9)	24.66141	25.54524	24.52184	24.12624	23.84068	29.31791	67.23671	135.2512
Paper Money								
(1)	6.888489	6.913978	6.526316	6.506993	6.31769	4.846906	5.933702	6.551859
S-Term Deposits								
BB (2)	0.845324	0.856631	0.575439	0.583916	0.790614	0.840391	1.530387	1.784736
Other Banks								
(3)	1.517986	1.630824	1.529825	1.555944	2.036101	3.120521	7.417127	7.542074
Sub-Total (4)	2.363309	2.487455	2.105263	2.13986	2.826715	3.960912	8.947514	9.32681
M-Term								
Deposits								
BB (5)	1.564748	1.462366	1.280702	1.146853	1	0.869707	0.870166	1.007828
Other Banks								
(6)	1.5	1.802867	1.740351	1.590909	1.848375	2.32899	4.052486	3.105675
Sub-Total (7)	3.064748	3.265233	3.021053	2.737762	2.848375	3.198697	4.922652	4.113503
M1								
(PM+STD)								
(8)	9.251799	9.401434	8.631579	8.646853	9.144404	8.807818	14.88122	15.87867
M2								
(M1+MTD)								
(9)	12.31655	12.66667	11.65263	11.38462	11.99278	12.00651	19.80387	19.99217

	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Paper Money								
(1)	414	475.7	487.3	490.2	490.5	521.8	558.5	544.1
S-Term Deposits								
BB (2)	80.9	70	77.2	82.6	86.1	84.9	80.8	79.1
Other Banks								
(3)	225.2	187.7	220.8	228.9	243.9	278.5	273.8	246.6
Sub-Total (4)	306.1	257.7	298	311.5	330	363.4	354.6	325.7
M-Term								
Deposits								
BB (5)	48.6	36.9	38.2	43.5	34.9	30.2	29.2	31
Other Banks								
(6)	129.1	127.1	153.3	149.4	155.4	161.5	160.8	154.1
Sub-Total (7)	177.7	164	191.5	192.9	190.3	191.7	190	185.1
M1								
(PM+STD)								
(8)	720.1	733.4	785.3	801.7	820.5	885.2	913.1	869.8
M2								
(M1+MTD)								
(9)	897.8	897.4	976.8	994.6	1010.8	1076.9	1103.1	1054.9

Legenda

Deflator	60	61.5	69	72.1	73.4	78	84.6	84.8
	21.22	21.75	24.41	25.50	25.96	27.59	29.92	29.99
	0.15545	0.159336	0.178767	0.186799	0.190167	0.202085	0.219184	0.219703
Paper Money								
(1)	64.35627	75.79622	87.11337	91.56887	93.27696	105.4479	122.4145	119.5402
S-Term Deposits								
BB (2)	12.5759	11.15353	13.80085	15.4296	16.37339	17.15701	17.7101	17.37847
Other Banks								
(3)	35.00733	29.9074	39.47185	42.75829	46.38175	56.28065	60.01269	54.17865
Sub-Total (4)	47.58322	41.06093	53.27269	58.18789	62.75514	73.43766	77.72279	71.55713
M-Term								
Deposits								
BB (5)	7.554867	5.879505	6.828916	8.125757	6.636831	6.102964	6.400185	6.81078
Other Banks								
(6)	20.06859	20.25163	27.40505	27.90777	29.55197	32.63671	35.24485	33.85617
Sub-Total (7)	27.62345	26.13113	34.23396	36.03353	36.1888	38.73968	41.64504	40.66695
M1								
(PM+STD)								
(8)	111.9395	116.8572	140.3861	149.7568	156.0321	178.8856	200.1373	191.0973
M2								
(M1+MTD)								
(9)	139.563	142.9883	174.62	185.7903	192.2209	217.6252	241.7823	231.7642
Paper Money								
(1)	6.9	7.734959	7.062319	6.79889	6.682561	6.689744	6.601655	6.416274
S-Term Deposits								
BB (2)	1.348333	1.138211	1.118841	1.145631	1.173025	1.088462	0.955083	0.932783
Other Banks								
(3)	3.753333	3.052033	3.2	3.174757	3.322888	3.570513	3.236407	2.908019
Sub-Total (4)	5.101667	4.190244	4.318841	4.320388	4.495913	4.658974	4.191489	3.840802
M-Term								
Deposits								
BB (5)	0.81	0.6	0.553623	0.603329	0.475477	0.387179	0.345154	0.365566
Other Banks								
(6)	2.151667	2.066667	2.221739	2.072122	2.117166	2.070513	1.900709	1.817217
Sub-Total (7)	2.961667	2.666667	2.775362	2.675451	2.592643	2.457692	2.245863	2.182783
M1								
(PM+STD)								
(8)	12.00167	11.9252	11.38116	11.11928	11.17847	11.34872	10.79314	10.25708
M2								
(M1+MTD)								
(9)	14.96333	14.59187	14.15652	13.79473	13.77112	13.80641	13.03901	12.43986

	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907
Paper Money								
(1)	531.2	514.1	516.3	523.1	518.6	507.3	590.1	590.9
S-Term Deposits								
BB (2)	33.2	16.2	20.2	27.8	59.9	60.8	27.4	80.7
Other Banks								
(3)	169.3	147.5	149.5	133	146.6	158.2	160.3	184.3

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

Sub-Total (4)	202.5	163.7	169.7	160.8	206.5	219	187.7	265
M-Term Deposits								
BB (5)	14	1.8	2.1	1.7	1.8	2.6	3.7	4.8
Other Banks (6)	102.8	63	38.6	38.8	42.2	45.1	51.1	63.1
Sub-Total (7)	116.8	64.8	40.7	40.5	44	47.7	54.8	67.9
M1 (PM+STD) (8)	733.7	677.8	686	683.9	725.1	726.3	777.8	855.9
M2 (M1+MTD) (9)	850.5	742.6	726.7	724.4	769.1	774	832.6	923.8

Legenda

Deflator	78.7	69.3	65.8	67.9	75.5	70.6	75.4	85.7
	27.84	24.51	23.27	24.02	26.71	24.97	26.67	30.31
	0.203898	0.179545	0.170477	0.175918	0.195608	0.182913	0.195349	0.222034
Paper Money (1)	108.3109	92.30392	88.01715	92.02245	101.4422	92.79164	115.2753	131.2001
S-Term Deposits								
BB (2)	6.76943	2.908624	3.443631	4.890507	11.71691	11.1211	5.352556	17.91817
Other Banks (3)	34.52002	26.48284	25.48628	23.39703	28.67611	28.9368	31.3144	40.92093
Sub-Total (4)	41.28945	29.39146	28.92991	28.28754	40.39302	40.05789	36.66696	58.8391
M-Term Deposits								
BB (5)	2.854579	0.32318	0.358001	0.29906	0.352094	0.475573	0.72279	1.065765
Other Banks (6)	20.96077	11.31131	6.580403	6.825599	8.254651	8.249365	9.982321	14.01037
Sub-Total (7)	23.81534	11.63449	6.938404	7.124659	8.606745	8.724938	10.70511	15.07613
M1 (PM+STD) (8)	149.6003	121.6954	116.9471	120.31	141.8352	132.8495	151.9423	190.0392
M2 (M1+MTD) (9)	173.4157	133.3299	123.8855	127.4346	150.442	141.5745	162.6474	205.1153
Paper Money (1)	6.749682	7.41847	7.846505	7.703976	6.868874	7.185552	7.82626	6.894982
S-Term Deposits								
BB (2)	0.421855	0.233766	0.306991	0.409426	0.793377	0.86119	0.363395	0.941657
Other Banks (3)	2.151207	2.128427	2.272036	1.958763	1.941722	2.240793	2.125995	2.150525
Sub-Total (4)	2.573062	2.362193	2.579027	2.368189	2.735099	3.101983	2.48939	3.092182
M-Term Deposits								
BB (5)	0.177891	0.025974	0.031915	0.025037	0.023841	0.036827	0.049072	0.056009
Other Banks (6)	1.306226	0.909091	0.586626	0.571429	0.55894	0.63881	0.677719	0.736289
Sub-Total (7)	1.484117	0.935065	0.618541	0.596465	0.582781	0.675637	0.72679	0.792299
M1 (PM+STD) (8)	9.322745	9.780664	10.42553	10.07216	9.603974	10.28754	10.31565	9.987165
M2 (M1+MTD) (9)	10.80686	10.71573	11.04407	10.66863	10.18675	10.96317	11.04244	10.77946

	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915
Paper Money								
(1)	560.5	653.3	717	737.7	792.3	705.2	676.8	734.2
S-Term Deposits								
BB (2)	118.7	102.6	114.6	140.5	134.5	133.6	113.6	72.4
Other Banks								
(3)	184.6	204.6	260.9	349.9	345.9	311.8	280.8	360.2
Sub-Total (4)	303.3	307.2	375.5	490.4	480.4	445.4	394.4	432.6
M-Term Deposits								
BB (5)	10.7	32.3	32.6	23.8	24.2	18.7	6.6	5.2
Other Banks								
(6)	70.6	98.3	123.7	168.3	192.7	229.1	253.8	271
Sub-Total (7)	81.3	130.6	156.3	192.1	216.9	247.8	260.4	276.2
M1 (PM+STD)								
(8)	863.8	960.5	1092.5	1228.1	1272.7	1150.6	1071.2	1166.8
M2 (M1+MTD)								
(9)	945.1	1091.1	1248.8	1420.2	1489.6	1398.4	1331.6	1443

Legenda

Deflator	83.2	90.7	100	107.1	124.2	114.5	35.2	39.8
	29.43	32.08	35.37	37.88	43.93	40.50	35.20	39.80
	0.215557	0.234988	0.259083	0.277478	0.321781	0.29665	0.257829	0.291523

Paper Money								
(1)	120.8198	153.518	185.7627	204.6956	254.9474	209.1978	174.4989	214.0362
S-Term Deposits								
BB (2)	25.58664	24.10982	29.69094	38.98568	43.27959	39.63248	29.28942	21.10627
Other Banks								
(3)	39.79187	48.07864	67.59481	97.0896	111.3042	92.49556	72.39849	105.0066
Sub-Total (4)	65.37851	72.18846	97.28575	136.0753	154.5838	132.128	101.6879	126.1129
M-Term Deposits								
BB (5)	2.306462	7.590128	8.446113	6.60398	7.787109	5.54736	1.701674	1.51592
Other Banks								
(6)	15.21834	23.09937	32.04859	46.69957	62.00727	67.96258	65.4371	79.00273
Sub-Total (7)	17.5248	30.6895	40.49471	53.30355	69.79438	73.50994	67.13877	80.51865
M1 (PM+STD)								
(8)	186.1983	225.7064	283.0484	340.7709	409.5311	341.3258	276.1868	340.149
M2 (M1+MTD)								
(9)	203.7231	256.3959	323.5431	394.0744	479.3255	414.8358	343.3256	420.6677

Paper Money								
(1)	6.736779	7.202867	7.17	6.887955	6.379227	6.158952	19.22727	18.44724
S-Term Deposits								
BB (2)	1.426683	1.131202	1.146	1.311858	1.082931	1.166812	3.227273	1.819095
Other Banks								
(3)	2.21875	2.255788	2.609	3.26704	2.785024	2.723144	7.977273	9.050251
Sub-Total (4)	3.645433	3.38699	3.755	4.578898	3.867955	3.889956	11.20455	10.86935
M-Term								

Deposits								
BB (5)	0.128606	0.356119	0.326	0.222222	0.194847	0.163319	0.1875	0.130653
Other Banks								
(6)	0.848558	1.083793	1.237	1.571429	1.55153	2.000873	7.210227	6.809045
Sub-Total (7)	0.977163	1.439912	1.563	1.793651	1.746377	2.164192	7.397727	6.939698
M1								
(PM+STD)								
(8)	10.38221	10.58986	10.925	11.46685	10.24718	10.04891	30.43182	29.31658
M2								
(M1+MTD)								
(9)	11.35938	12.02977	12.488	13.2605	11.99356	12.2131	37.82955	36.25628

	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923
Paper Money								
(1)	849.6	993.2	1130.6	1162.6	1034.2	1270.2	1590.6	1881.8
S-Term Deposits								
BB (2)	85.6	80.6	90.2	158.6	286.6	564.8	675.8	676.8
Other Banks								
(3)	460.6	676	956.4	1025.2	1127.8	1319.2	1694.2	1877.4
Sub-Total (4)	546.2	756.6	1046.6	1183.8	1414.4	1884	2370	2554.2
M-Term Deposits								
BB (5)	8.4	24.2	64.6	36	74.4	213.2	205.4	128.8
Other Banks								
(6)	316.4	332.6	444.4	694.4	846.4	681	550.8	633.8
Sub-Total (7)	324.8	356.8	509	730.4	920.8	894.2	756.2	762.6
M1								
(PM+STD)								
(8)	1395.8	1749.8	2177.2	2346.4	2448.6	3154.2	3960.6	4436
M2								
(M1+MTD)								
(9)	1720.6	2106.6	2686.2	3076.8	3369.4	4048.4	4716.8	5198.6

Legenda

Deflator	48.1	52.4	56.7	61.7	73.5	62.2	67.9	88.3
	48.10	52.40	56.70	61.70	73.50	62.20	67.90	88.30
	0.352318	0.383814	0.41531	0.451934	0.538365	0.455596	0.497347	0.646771
Paper Money								
(1)	299.3294	381.2043	469.5499	525.4184	556.7774	578.6984	791.0802	1217.093
S-Term Deposits								
BB (2)	30.15842	30.93542	37.461	71.67672	154.2955	257.3208	336.1071	437.7345
Other Banks								
(3)	162.2777	259.4584	397.2029	463.3226	607.1684	601.0226	842.6053	1214.248
Sub-Total (4)	192.4361	290.3938	434.6639	534.9993	761.4639	858.3433	1178.712	1651.982
M-Term Deposits								
BB (5)	2.959471	9.288304	26.82905	16.26962	40.05438	97.13312	102.1551	83.30409
Other Banks								
(6)	111.4734	127.6566	184.5639	313.8229	455.6724	310.261	273.9387	409.9234
Sub-Total (7)	114.4329	136.9449	211.393	330.0925	495.7268	407.3942	376.0938	493.2275
M1	491.7655	671.5981	904.2138	1060.418	1318.241	1437.042	1969.793	2869.076

(PM+STD)								
(8)								
M2								
(M1+MTD)								
(9)	606.1983	808.543	1115.607	1390.51	1813.968	1844.436	2345.886	3362.303
Paper Money								
(1)	17.6632	18.9542	19.94004	18.84279	14.07075	20.42122	23.42563	21.31144
S-Term Deposits								
BB (2)	1.779626	1.538168	1.590829	2.570502	3.89932	9.080386	9.952872	7.664779
Other Banks								
(3)	9.575884	12.90076	16.86772	16.61588	15.34422	21.209	24.9514	21.26161
Sub-Total (4)	11.35551	14.43893	18.45855	19.18639	19.24354	30.28939	34.90427	28.92639
M-Term Deposits								
BB (5)	0.174636	0.461832	1.13933	0.583468	1.012245	3.427653	3.025037	1.458664
Other Banks								
(6)	6.577963	6.347328	7.837743	11.25446	11.51565	10.94855	8.111929	7.177803
Sub-Total (7)	6.752599	6.80916	8.977072	11.83793	12.52789	14.37621	11.13697	8.636467
M1								
(PM+STD)								
(8)	29.01871	33.39313	38.39859	38.02917	33.31429	50.71061	58.3299	50.23783
M2								
(M1+MTD)								
(9)	35.77131	40.20229	47.37566	49.8671	45.84218	65.08682	69.46686	58.87429

	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931
Paper Money								
(1)	2203	2012	1829.8	2091.2	2256.4	2051	1911.8	1928.2
S-Term Deposits								
BB (2)	679.4	688.2	745.2	783.4	840.8	758.4	757.2	1068.6
Other Banks								
(3)	2059.2	1993.4	1973.8	2318.6	2701.6	2538	2270.2	2462
Sub-Total (4)	2738.6	2681.6	2719	3102	3542.4	3296.4	3027.4	3530.6
M-Term Deposits								
BB (5)	130.4	120.8	141.4	207.8	263.4	489.2	433	208.8
Other Banks								
(6)	690.6	793.4	855	1223.4	1533	1610.2	1869.8	1774.8
Sub-Total (7)	821	914.2	996.4	1431.2	1796.4	2099.4	2302.8	1983.6
M1								
(PM+STD)								
(8)	4941.6	4693.6	4548.8	5193.2	5798.8	5347.4	4939.2	5458.8
M2								
(M1+MTD)								
(9)	5762.6	5607.8	5545.2	6624.4	7595.2	7446.8	7242	7442.4

Legenda

Deflator	98.1	116.1	95.1	93	103.7	100	87.6	78.1
	98.10	116.10	95.10	93.00	103.70	100.00	87.60	78.10
	0.718553	0.850397	0.696579	0.681197	0.759571	0.73247	0.641644	0.572059

Paper Money								
(1)	1582.972	1711	1274.6	1424.519	1713.897	1502.296	1226.694	1103.044
S-Term Deposits								
BB (2)	488.1849	585.2436	519.0905	533.6497	638.6475	555.5051	485.8525	611.3022
Other Banks								
(3)	1479.644	1695.182	1374.907	1579.423	2052.058	1859.008	1456.659	1408.409
Sub-Total (4)	1967.829	2280.426	1893.998	2113.073	2690.705	2414.514	1942.512	2019.711
M-Term Deposits								
BB (5)	93.6993	102.728	98.49625	141.5527	200.0711	358.3243	277.8317	119.4459
Other Banks								
(6)	496.2327	674.7054	595.5749	833.3764	1164.423	1179.423	1199.745	1015.29
Sub-Total (7)	589.932	777.4334	694.0711	974.9291	1364.494	1537.747	1477.577	1134.736
M1 (PM+STD)								
(8)	3550.801	3991.426	3168.598	3537.592	4404.602	3916.809	3169.206	3122.755
M2 (M1+MTD)								
(9)	4140.733	4768.859	3862.669	4512.521	5769.095	5454.556	4646.783	4257.492

Paper Money								
(1)	22.45668	17.32989	19.2408	22.48602	21.75892	20.51	21.8242	24.68886
S-Term Deposits								
BB (2)	6.925586	5.927649	7.835962	8.423656	8.108004	7.584	8.643836	13.68246
Other Banks								
(3)	20.99083	17.16968	20.75499	24.93118	26.05207	25.38	25.91553	31.52369
Sub-Total (4)	27.91641	23.09733	28.59096	33.35484	34.16008	32.964	34.55936	45.20615
M-Term Deposits								
BB (5)	1.329256	1.040482	1.486856	2.234409	2.540019	4.892	4.942922	2.673496
Other Banks								
(6)	7.039755	6.833764	8.990536	13.15484	14.78303	16.102	21.34475	22.72471
Sub-Total (7)	8.369011	7.874246	10.47739	15.38925	17.32305	20.994	26.28767	25.39821
M1 (PM+STD)								
(8)	50.37309	40.42722	47.83176	55.84086	55.919	53.474	56.38356	69.89501
M2 (M1+MTD)								
(9)	58.7421	48.30146	58.30915	71.23011	73.24204	74.468	82.67123	95.29321

	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Paper Money								
(1)	2010.4	2138	2333.2	2805.6	3177.8	3398.6	3509.8	3704.4
S-Term Deposits								
BB (2)	1185.4	1413	1690.8	1757.4	1532.8	1523.2	2534.4	2387.8
Other Banks								
(3)	3164.4	3224.4	3138.6	3223.8	3675.6	4854.8	4922.2	4618
Sub-Total (4)	4349.8	4637.4	4829.4	4981.2	5208.4	6378	7456.6	7005.8
M-Term Deposits								
BB (5)	244	262.2	337.2	583	735	461.6	393	537.8
Other Banks								
(6)	1395.8	1250.2	1388.2	1409.8	1674	1656.2	2110.6	2989.6

Gestão Financeira: Uma reflexão sobre a construção da autoridade monetária brasileira

Sub-Total (7)	1639.8	1512.4	1725.4	1992.8	2409	2117.8	2503.6	3527.4
M1								
(PM+STD)								
(8)	6360.2	6775.4	7162.6	7786.8	8386.2	9776.6	10966.4	10710.2
M2								
(M1+MTD)								
(9)	8000	8287.8	8888	9779.6	10795.2	11894.4	13470	14237.6

Legenda

Deflator	79.3	77.7	82.6	86.5	87.9	93.6	99.3	101.3
	79.30	77.70	82.60	86.50	87.90	93.60	99.30	101.30
	0.580849	0.569129	0.60502	0.633586	0.643841	0.685592	0.727343	0.741992

Paper Money								
(1)	1167.738	1216.798	1411.633	1777.59	2045.998	2330.052	2552.827	2748.635
S-Term Deposits								
BB (2)	688.5379	804.1794	1022.968	1113.465	986.8795	1044.293	1843.377	1771.728
Other Banks								
(3)	1838.037	1835.1	1898.916	2042.556	2366.502	3328.411	3580.126	3426.519
Sub-Total (4)	2526.575	2639.279	2921.884	3156.021	3353.381	4372.704	5423.503	5198.247
M-Term Deposits								
BB (5)	141.7271	149.2256	204.0128	369.3809	473.2231	316.4692	285.8456	399.0433
Other Banks								
(6)	810.7485	711.5252	839.8889	893.2301	1077.79	1135.477	1535.129	2218.259
Sub-Total (7)	952.4755	860.7508	1043.902	1262.611	1551.013	1451.946	1820.975	2617.302
M1								
(PM+STD)								
(8)	3694.313	3856.077	4333.517	4933.611	5399.379	6702.757	7976.329	7946.882
M2								
(M1+MTD)								
(9)	4646.789	4716.828	5377.419	6196.222	6950.392	8154.703	9797.304	10564.18

Paper Money								
(1)	25.35183	27.51609	28.24697	32.43468	36.15245	36.30983	35.34542	36.56861
S-Term Deposits								
BB (2)	14.9483	18.18533	20.46973	20.31676	17.438	16.2735	25.52266	23.57157
Other Banks								
(3)	39.90416	41.49807	37.99758	37.26936	41.8157	51.86752	49.56898	45.58736
Sub-Total (4)	54.85246	59.6834	58.46731	57.58613	59.2537	68.14103	75.09164	69.15893
M-Term Deposits								
BB (5)	3.076923	3.374517	4.082324	6.739884	8.361775	4.931624	3.957704	5.308983
Other Banks								
(6)	17.60151	16.09009	16.8063	16.29827	19.04437	17.69444	21.25478	29.51234
Sub-Total (7)	20.67844	19.46461	20.88862	23.03815	27.40614	22.62607	25.21249	34.82132
M1								
(PM+STD)								
(8)	80.20429	87.19949	86.71429	90.02081	95.40614	104.4509	110.4371	105.7275
M2								
(M1+MTD)								
(9)	100.8827	106.6641	107.6029	113.059	122.8123	127.0769	135.6495	140.5489

	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Paper Money								
(1)	4039.8	5279.2	6648.2	8633.4	11410.6	13854	16348	16.8
S-Term Deposits								
BB (2)	2028.8	2793.6	3866	5458.8	7217.6	6887.2	6000	5.5
Other Banks								
(3)	5249.4	6115.2	7821	12092.6	15781.2	18845	21360	21.1
Sub-Total (4)	7278.2	8908.8	11687	17551.4	22998.8	25732.2	27360	26.6
M-Term Deposits								
BB (5)	760.4	882.2	923.6	1177.8	1538.4	1703.4	1358.4	1.2
Other Banks								
(6)	3524.4	4275	5128.8	6885.8	9088.2	10747.4	10970	11
Sub-Total (7)	4284.8	5157.2	6052.4	8063.6	10626.6	12450.8	12328.4	12.2
M1								
(PM+STD)								
(8)	11318	14188	18335.2	26184.8	34409.4	39586.2	43708	43.4
M2								
(M1+MTD)								
(9)	15602.8	19345.2	24387.6	34248.4	45036	52037	56036.4	55.6
Legenda								
Deflator	108.1	119.1	138.5	160.1	194.8	223.9	1.88	2.05
	108.10	119.10	138.50	160.10	194.80	223.90	1.88	2.05
	0.7918	0.872372	1.014471	1.172684	1.426851	1.64	1.88	2.05
Paper Money								
(1)	3198.713	4605.424	6744.404	10124.25	16281.23	22720.56	30734.24	34.44
S-Term Deposits								
BB (2)	1606.404	2437.057	3921.944	6401.449	10298.44	11295.01	11280	11.275
Other Banks								
(3)	4156.474	5334.727	7934.176	14180.8	22517.43	30905.8	40156.8	43.255
Sub-Total (4)	5762.878	7771.784	11856.12	20582.25	32815.87	42200.81	51436.8	54.53
M-Term Deposits								
BB (5)	602.0847	769.6062	936.9652	1381.187	2195.068	2793.576	2553.792	2.46
Other Banks								
(6)	2790.62	3729.389	5203.018	8074.869	12967.51	17625.74	20623.6	22.55
Sub-Total (7)	3392.704	4498.995	6139.983	9456.057	15162.58	20419.31	23177.39	25.01
M1								
(PM+STD)								
(8)	8961.591	12377.21	18600.52	30706.5	49097.1	64921.37	82171.04	88.97
M2								
(M1+MTD)								
(9)	12354.3	16876.2	24740.51	40162.56	64259.67	85340.68	105348.4	113.98
Paper Money								
(1)	37.37095	44.32578	48.00144	53.92505	58.57598	61.87584		
S-Term Deposits								
BB (2)	18.76781	23.45592	27.91336	34.09619	37.05133	30.76016		
Other Banks								
(3)	48.56059	51.34509	56.46931	75.53154	81.01232	84.16704		
Sub-Total (4)	67.3284	74.80101	84.38267	109.6277	118.0637	114.9272		
M-Term Deposits								
BB (5)	7.034228	7.407221	6.668592	7.356652	7.897331	7.607861		
Other Banks								
(6)	32.60315	35.89421	37.03105	43.00937	46.654	48.00089		
Sub-Total (7)	39.63737	43.30143	43.69964	50.36602	54.55133	55.60875		
M1	104.6994	119.1268	132.3841	163.5528	176.6396	176.803		

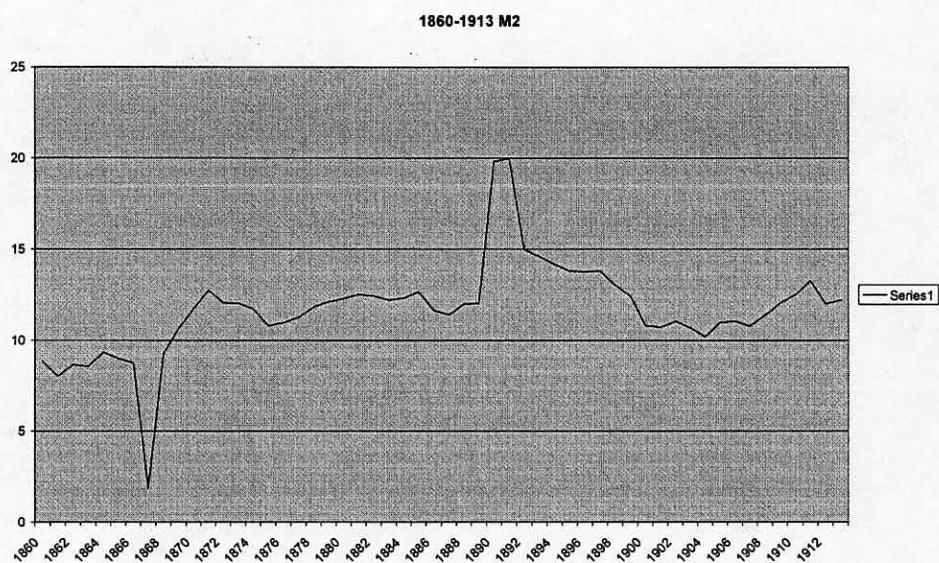
(PM+STD)								
(8)								
M2								
(M1+MTD)								
(9)	144.3367	162.4282	176.0838	213.9188	231.191	232.4118		

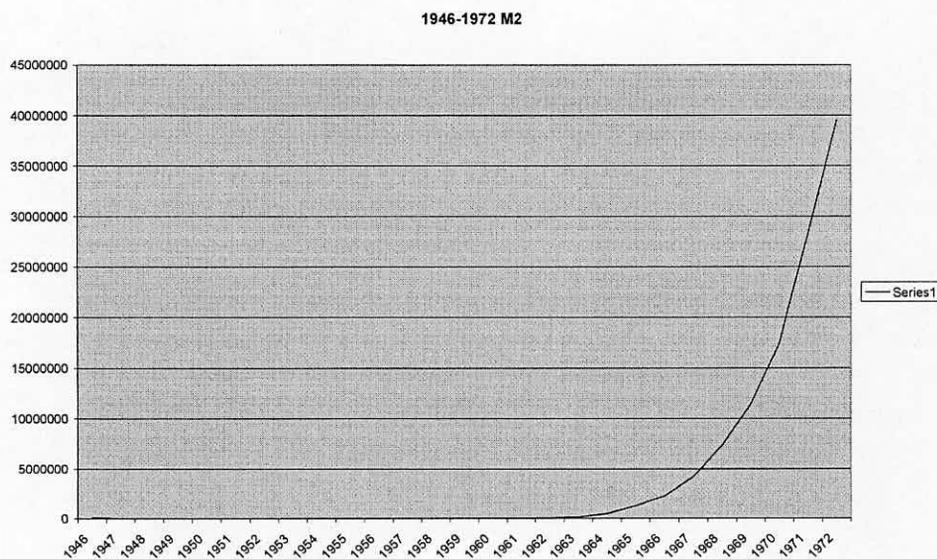
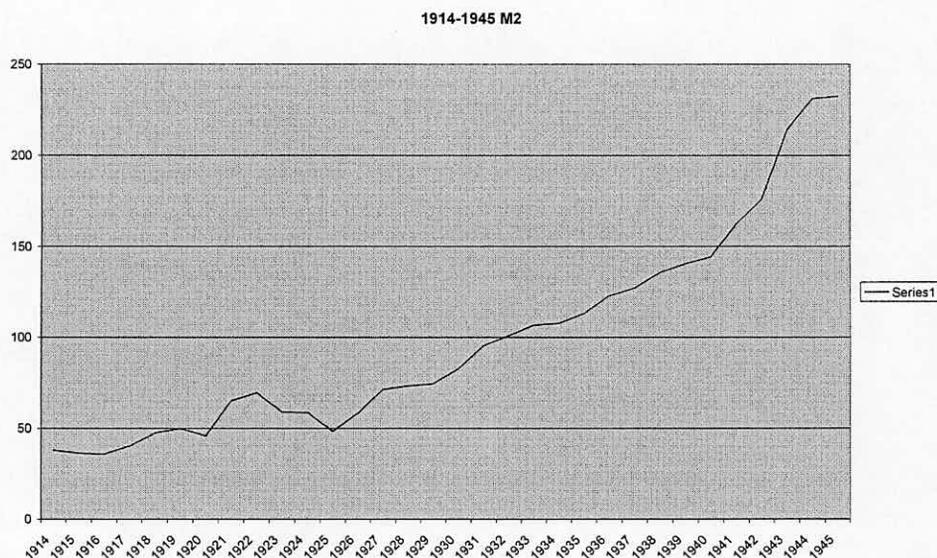
	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Paper Money								
(1)	17	18.9	23.9	27.4	31.1	37.5	47.1	56.2
S-Term Deposits								
BB (2)	6	6.5	6.2	7.8	9.5	10.7	13.8	15.2
Other Banks								
(3)	23.3	28.8	39	46.5	54.8	65.9	78.8	95.4
Sub-Total (4)	29.3	35.3	45.2	54.3	64.3	76.6	92.6	110.6
M-Term Deposits								
BB (5)	1.1	1.2	1.2	1.1	1.4	1.8	1.6	1.3
Other Banks								
(6)	12.1	13.7	15.9	16.8	16.8	17.9	19.9	20
Sub-Total (7)	13.2	14.9	17.1	17.9	18.2	19.7	21.5	21.3
M1								
(PM+STD)								
(8)	46.3	54.2	69.1	81.7	95.4	114.1	139.7	166.8
M2								
(M1+MTD)								
(9)	59.5	69.1	86.2	99.6	113.6	133.8	161.2	188.1

Legenda

Deflator	2.25	2.49	2.77	3.1	3.51	4.11	4.91	5.73
	2.25	2.49	2.77	3.1	3.51	4.11	4.91	5.73
	2.25	2.49	2.77	3.1	3.51	4.11	4.91	5.73
Paper Money								
(1)	38.25	47.061	66.203	84.94	109.161	154.125	231.261	322.026
S-Term Deposits								
BB (2)	13.5	16.185	17.174	24.18	33.345	43.977	67.758	87.096
Other Banks								
(3)	52.425	71.712	108.03	144.15	192.348	270.849	386.908	546.642
Sub-Total (4)	65.925	87.897	125.204	168.33	225.693	314.826	454.666	633.738
M-Term Deposits								
BB (5)	2.475	2.988	3.324	3.41	4.914	7.398	7.856	7.449
Other Banks								
(6)	27.225	34.113	44.043	52.08	58.968	73.569	97.709	114.6
Sub-Total (7)	29.7	37.101	47.367	55.49	63.882	80.967	105.565	122.049
M1								
(PM+STD)								
(8)	104.175	134.958	191.407	253.27	334.854	468.951	685.927	955.764
M2								
(M1+MTD)								
(9)	133.875	172.059	238.774	308.76	398.736	549.918	791.492	1077.813

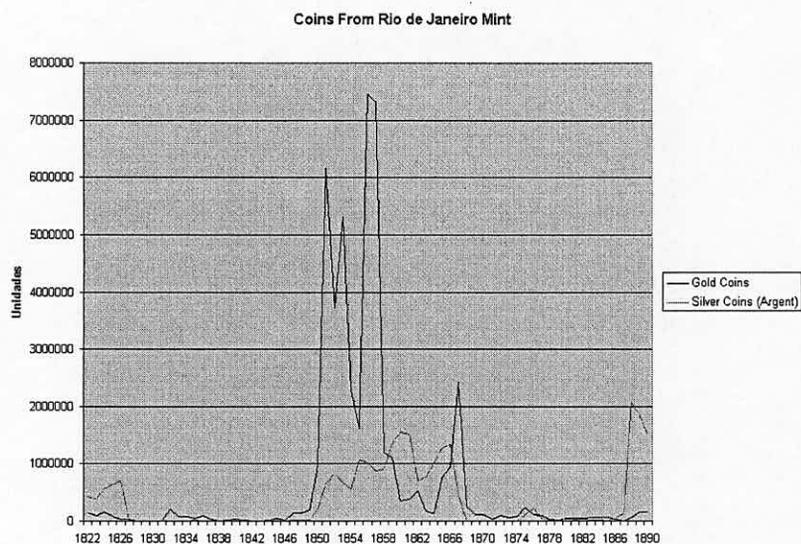
Relatório 5: Gráficos





Análise Tabela 1.1 Coins and notes from Rio de Janeiro:

O gráfico relativo à tabela 1.1 continha diversas lacunas de dados, o que prejudica uma análise mais apurada e uma visualização mais específica e confiável. Algumas tentativas de relações foram feitas, mas a única que continha alguma relação ponderável foi a de quantidade de moedas de ouro e prata ao longo do tempo. Mesmo esta, foi feita desconsiderando os números dos primeiros anos, introduzindo a contagem a partir de 1822, já que os dados anteriores são a soma de muitos anos, o que acarretaria em uma discrepância de análise. Para melhorar isto, deveria ser feita uma média aritmética do conjunto de anos antecedentes, o que faria necessário uma pesquisa direta na fonte de dados.



Análise Tabela 1.3:

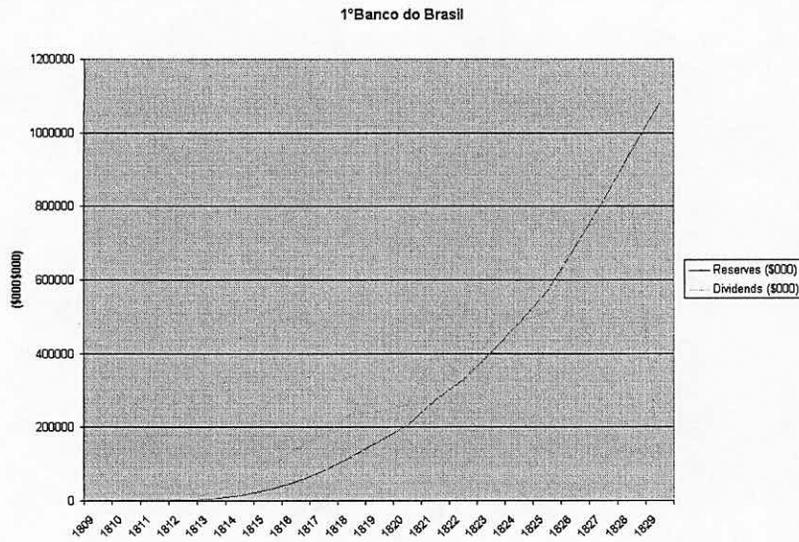
Na tabela 1.3 foi acrescentada a porcentagem do total, com o objetivo de abrir espaço para uma possível análise da relação entre as dívidas internas e externas, tentando pautar estas evoluções com o histórico das dívidas públicas brasileiras.

Foreign Debt	L Sterling	%of total
First loan, raised in England in 1824-5	3686000	4,3%
Second Loan, in 1829	769000	0,9%
Portuguese loan, in 1829	1400000	1,6%
Sub-total	5855000	6,9%
Of wich, redeemed or paid	-732000	-0,9%
Total	5131000	6,0%
	(28500000\$ CONTOS @43.2)	

Domestic Debt	Contos	%of total
Banco do Brasil notes	16000000	18,8%
Cooper coin bound to be withdrawn	19000000	22,4%
Budget arrears	3500000	4,1%
Subtotal unfunded debt	38500000	45,3%
Funded debt, in great book or 6% stock	18000000	21,2%
Total domestic debt	56500000	66,5%
Grand total (foreign + domestic)	85000000	

Tabela 1.2

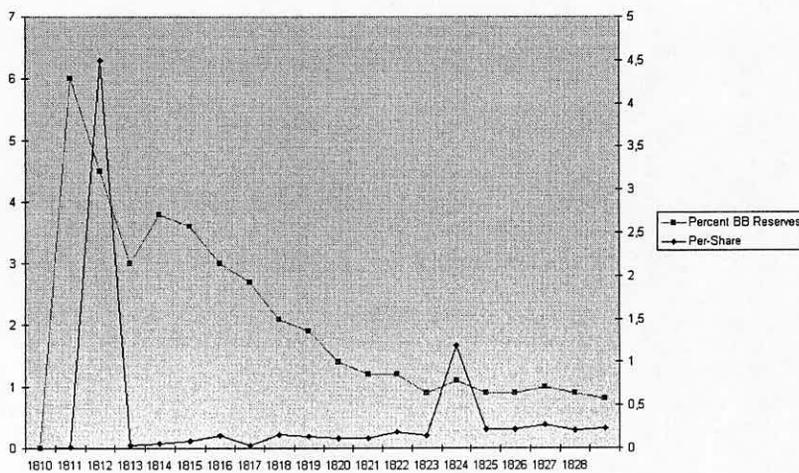
Baseado na tabela 1.2 foi feito o gráfico a seguir, que procura evidenciar o crescimento conjunto das reservas e dividendos. Nota-se que um estudo mais apurado deve ser feito a partir do ano de 1828, quando estas crescentes se dissipam e passam a caminhar em direções contrárias. Outros gráficos e relações foram tentados, mas por falta de dados acabavam não fazendo muito sentido e tomavam-se análises pífias.



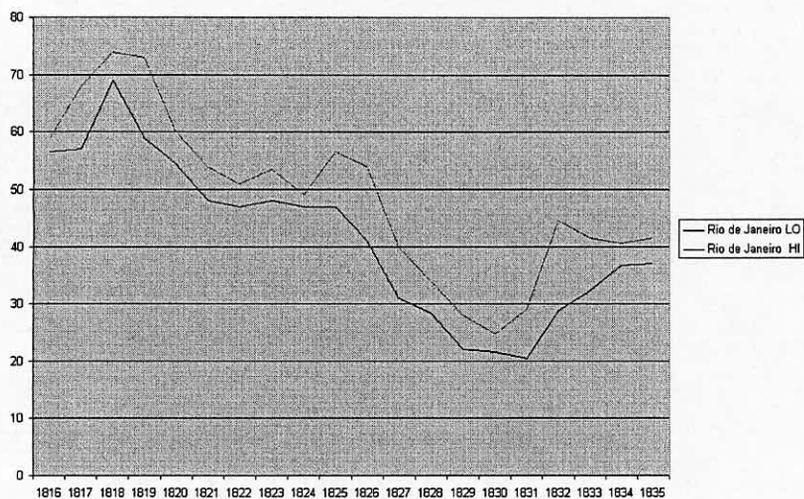
Análise Tabela x:

O gráfico que mais se mostrou útil na Tabela X foi o da relação percent Reserves e Per-share. Outras relações ficaram impossibilitadas por falta de conhecimento teórico prévio.

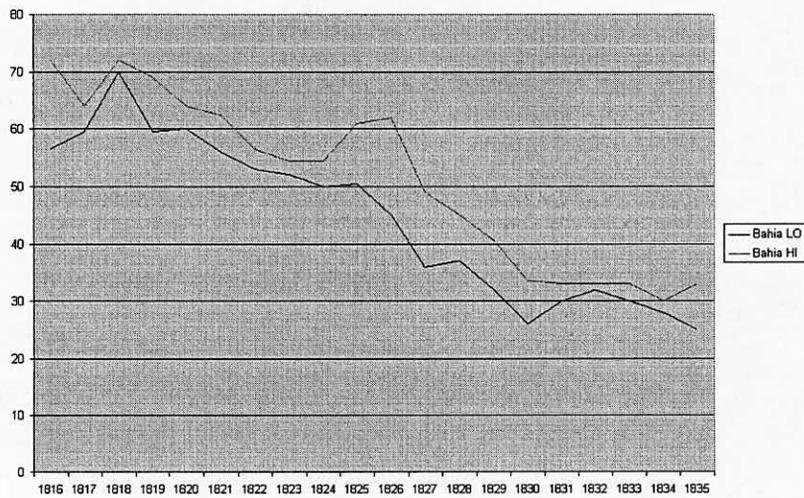
Banco do Brasil Dividend Payments, percent bank reserves and per-share payment, 1810-1829



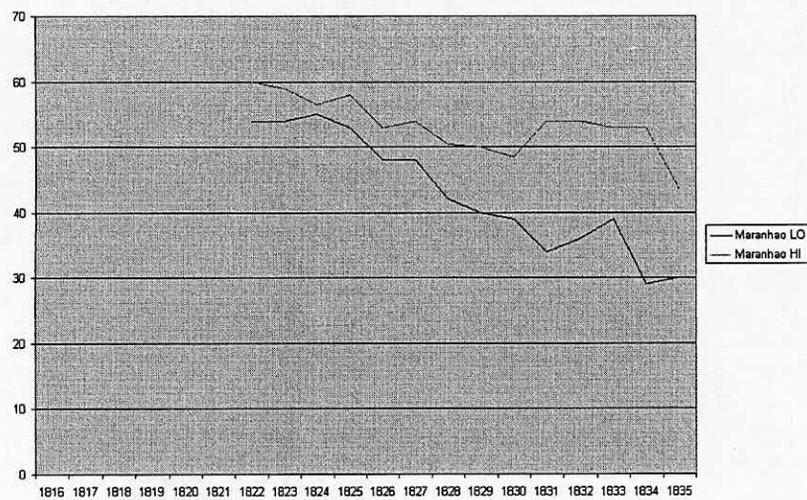
Rio de Janeiro Exchange



Bahia Exchange



Maranhão Exchange



Pernambuco Exchange

